

AS MISSÕES FRANCISCANAS NA GUINÉ (SÉCULO XVII)

Carlene Recheado

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa

SETEMBRO DE 2010



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa

[DECLARAÇÕES]

Declaro que esta tese/ Dissertação /Relatório /Trabalho de Projecto é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

Declaro que esta Dissertação / Relatório / Trabalho de Projecto se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

O(A) orientador(a),

Lisboa, de de

*Aos meus avós Luís e Justina,
por tudo*

Agradecimentos

Primeiramente, queria agradecer ao meu orientador, Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa, pelo muito que aprendi durante a elaboração do trabalho, pela paciência e dedicação com que acolheu o meu projecto. Aos meus colegas do projecto “Resgate de Documentação Histórica Barão do Rio Branco” no Arquivo Histórico Ultramarino em especial a Bertelina pela amizade ao longo desses e pelas muitas horas de estudo em conjunto e aos restantes funcionários do Arquivo pela disponibilidade que tive da parte deles para ter acesso à documentação que me foi muito útil.

À minha família, as minhas irmãs de sangue e coração, e ao Ângelo pelo apoio e pela paciência demonstrados durante esta caminhada. Ainda agradeço a muitas outras pessoas que ao longo desta etapa ajudaram de uma forma ou de outra.

Resumo

Durante a centúria de Seiscentos, dois ramos da família franciscana missionaram na Guiné. Os capuchinhos franceses e espanhóis trabalharam sob a égide da recém criada Congregação para a Propaganda Fide, por sua vez os capuchos foram enviados pelo padroado português. Foi durante este século que se deu o apogeu missionário na Guiné. Estabeleceram-se na região essas duas esferas missionárias que se demarcaram entre si pelas instituições europeias que as dirigiam e também pelos objectivos que procuraram atingir. Neste âmbito, analisamos a dimensão política da evangelização da Guiné do século XVII. Um território com uma realidade étnico-religiosa complexa, onde Portugal disputava o monopólio mercantilista com outras monarquias europeias.

Através dos relatos e correspondências dos missionários, do oficialato régio na Guiné, das autoridades da corte e da Propaganda Fide, estudamos este período da história da igreja na Costa Ocidental Africana, procurando compreender a dinâmica missionária, as relações sociais entre os missionários, os habitantes locais e as entidades portuguesas, a missão apostólica e as conversões ao catolicismo.

Palavras-chaves: século XVII; Guiné; Missionação; Padroado; Propaganda Fide, Franciscanos.

Abstract

During the seventeenth century to century, two branches of the family Franciscan missionary in Guinea. The French and Spanish Capuchins worked under the aegis of the newly formed Congregation of the Propaganda Fide, in turn hoods were sent by the Portuguese patronage. It was during this century that gave the peak missionary in Guinea. They settled in the region that these two spheres missionary distanced themselves from each other by the European institutions and also directed that the objectives they sought to achieve. In this context, we analyzed the political dimension of evangelization Guinea seventeenth century. This territory consists of an ethnic-religious complex reality, where Portugal was playing the mercantilist monopoly among other European monarchies.

Through the reports and correspondence of the missionaries, the royal officer corps in Guinea, the court officials and the Propaganda Fide, we studied this period of church history in the West African coast, trying to understand the dynamics missionary, social relations between the missionaries, the inhabitant's natives and the Portuguese authorities, the apostolic mission and conversion to Catholicism.

Keywords: seventeenth century; Guinea; Missionary Work, Patronage, Propaganda Fide, the Franciscans.

ÍNDICE GERAL

Introdução.....	1
Parte I: A diocese de Cabo Verde: Da Descoberta do arquipélago à Presença	
Jesuíta	6
Capítulo I: A Diocese de Cabo Verde: Contexto Histórico	7
Capítulo II: Organização política das Missões.....	19
Capítulo III: Antecedentes da Missionação Franciscana.....	24
Parte II: As Missões Franciscanas na Guiné.....	31
Capítulo I: Franciscanos Capuchinhos e Capuchos e a evangeliza�o	
da Guin�.....	32
Capítulo II: Miss�es da Congrega�o para a Propaganda.....	36
2.1 Missionários Estrangeiros nos Rios da Guin� - O Caso dos Capuchinhos	
Franceses.....	36
2.2- Os Capuchinhos Espanhóis e a Missão dos Reinos dos Negritas.....	45
2.2.1- Segunda Leva de Missionários Espanhóis	52
2.2.2- Missão Conjunta: Capuchinhos Espanhóis e Capuchos Portugueses.....	56
Capítulo III: Franciscanos do Padroado Português.....	64
3.1- Franciscanos da Província da Piedade.	65
3.1.2- Segunda Missão dos Franciscanos Capuchos da Piedade.....	71
3.2- Os Franciscanos da Província da Soledade.....	82
3.3. Bissau: Reino Cristão	89

Considerações Finais.....	93
Bibliografia	94
Lista de Figuras	107
Lista de Tabelas.....	108
Apêndices	109

Siglas e Abreviaturas

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino

DHRP- Dicionário de História Religiosa de Portugal

Doc.- Documento

HGCV- História Geral de Cabo Verde

HGCV-CD- História Geral de Cabo Verde - Corpo Documental

MMA- *Momumenta Missionaria Africana*

Vol.- Volume

Introdução

No decorrer do século XVII, uma acentuada presença de missionários franciscanos marcou a história religiosa dos Rios da Guiné. Trabalharam na região capuchinhos franceses e espanhóis e capuchos portugueses. Os primeiros, foram enviados pela Congregação para a Propaganda Fide, enquanto os capuchos estavam ao serviço do padroado português.

A criação da Propaganda Fide em 1622, congregação que trouxe para a subordinação do papado numa parte do trabalho missionário, dentro e fora da Europa, impondo limitações aos monopólios ibéricos no campo da evangelização no ultramar, conferiu um novo impulso à evangelização em África¹. Neste contexto, em 1633, chegou à Guiné o primeiro grupo de religiosos franceses; depois de fracassada esta missão, em 1646, chegam os primeiros capuchinhos espanhóis. A missionação dos religiosos espanhóis foi prolongada, tendo sido que mais obreiros teve na Guiné. Depois da Restauração da independência portuguesa, a dinastia de Bragança organizou alguns grupos missionários para a região, os primeiros, foram os capuchos da província portuguesa da Piedade, que chegaram em 1646. Na década de 70, com a criação da nova província de capuchos da Soledade, o trabalho apostólico na região ficou a seu cargo.

Há que se salientar e distinguir os dois universos missionários franciscanos que coexistiram na Guiné, para percebermos a difusão do Cristianismo.

O presente trabalho pretende analisar a problemática da missionação franciscana nesta região. A delimitação do espaço a ser estudado é a região dos “Rios da Guiné”. Na medida que foi a área continental do bispado de Cabo Verde, que compreendida uma faixa territorial de cerca de 320 léguas, que se iniciavam no rio Gâmbia e iam até ao rio de Santo André, actualmente Sassandra na Costa do Marfim; aí encontravam-se os povos não cristãos da diocese, objecto da acção missionária. É preciso, no entanto, realçar que os franciscanos só missionaram até a Serra Leoa, e nunca transpuseram os

¹ Existe estudos sobre a acção dos capuchinhos noutras partes do continente africanos ver: Rosana Andréa Gonçalves, *África Indômica: missionários capuchinhos no reino do Congo (século XVII)*, dissertação de mestrado em História, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

limites daquele território.

Contrariamente, no arquipélago de Cabo Verde, por ser uma sociedade nova que nasceu à sombra do Cristianismo, os africanos residentes nas ilhas, eram essencialmente escravos que não dispunham da faculdade de fazer escolhas religiosas. Eram baptizados ou ladinizados, não constituindo o foco principal do trabalho missionário no bispado.

O recorte temporal escolhido – da chegada dos primeiros capuchinhos (1633) à conversão do rei de Bissau, Bemcapolo – Có (1696) – justifica-se pelo volume de iniciativas missionárias empreendidas pela Propaganda e pelo padroado neste período.

O processo missionário e a transmissão da nova religião aos africanos constituíram um dos pontos-chaves da nossa pesquisa. Tentámos compreender a acção dos missionários junto das populações africanas e os seus meios de intervenção para o sucesso da evangelização. Procurámos identificar as missões; a acção dos missionários; compreender o avanço dos missionários no sertão guineense; a conversão dos africanos ao catolicismo; a relação dos africanos com as duas crêncas; o apelo do catolicismo e a preservação de manifestações das religiões africanas.

As fontes utilizadas na elaboração deste trabalho encontram-se, na sua maioria, na obra monumental do Padre António Brásio, *Momumenta Missionária Africana*, principalmente os volumes III, IV, V, VI e VII da segunda série (África Ocidental), onde encontramos importantes relatos dos missionários, como é o caso da *Relação de Frei André de Faro sobre as missões da Guiné*, correspondência entre os religiosos, a coroa portuguesa, a Propaganda Fide e os superiores das ordens religiosas. As crónicas de Fernão Guerreiro, *Relação Anual das Coisas que Fizeram os Padres da Companhia de Jesus Nas suas Missões* ajudaram-nos a perceber nos contornos da presença jesuíta na Guiné. As obras de André Álvares Almada (1594), André Donelha (1625) e Francisco Lemos Coelho (1684) dão-nos uma visão da Costa Africana nos séculos XVI e XVII, contendo informações geográficas, etnográficas e demográficas da região. Outro ponto, da nossa pesquisa recaiu sobre as crónicas de Manuel de Monforte e Francisco Santiago Barcellense, respectivamente das províncias da Piedade e da Soledade, escritas durante o século XVIII; reportando a história da ordem capucha em Portugal, não deixaram de narrar a odisseia destes religiosos na Guiné. Sobre a presença dos religiosos franceses encontramos o importante relato do capuchinho Alexis de Saint – Lô, *Relation du Voyage du Cap- Vert*, publicada em Paris em 1633. Nesta obra, o

religioso relata a primeira viagem que afectuou com o seu colega, frei Bernardinho du Renouard a Guiné.

Também recorremos à documentação manuscrita de Cabo Verde e da Guiné existente no Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, sendo que para o período em análise debruçámo-nos sobre as caixas de documentação avulsa e alguns códices de *Consultas Mistas*.

A natureza do nosso tema e a perspectiva em nos que propomos abordá-la, implicou a percepção das ilhas de Cabo Verde e da Costa Africana no contexto do Império Português, para enquadrar o tema dispomos de um enorme campo para pesquisa bibliográfica, devido à quantidade de trabalhos acerca da colonização europeia no Atlântico.

Para a história da Guiné e das ilhas de Cabo Verde consultamos um clássico, uma importante obra produzida no século XIX, *Subsídios para a Historia de Cabo Verde e Guiné* (Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1899) de Christiano José de Senna Barcellos, obra que tornou-se um marco para estudos posteriores. A vasta obra de António Carreira sobre a Guiné contribuiu para a nossa compressão de aspectos fulcrais como a presença portuguesa, a organização social, bem como muitas questões religiosas. A *História Geral de Cabo Verde*, obra de consulta obrigatória para quem estuda o arquipélago de Cabo Verde e a sua relação com o distrito da Guiné, também nos foi muito útil, neste estudo. Especificamente sobre a Guiné consultamos a obra de José da Silva Horta, que muito nos ajudou na compreensão do “espaço guineense”.

No campo da história religiosa foram utilizadas obras como, *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida. A vida do P. Baltazar Barreira, superior da missão da Companhia de Jesus de Cabo Verde, foi divulgada ainda no século XVII em obras clássicas de historiografia jesuíta, pelos padres Fernão Guerreiro, António Franco, e Baltazar Teles. O P. Francisco Rodrigues na *História da Companhia de Jesus e Assistência em Portugal* faz uma abordagem geral sobre a missão dos Inacianos na diocese de Cabo Verde. Em 1996, Nuno da Silva Gonçalves publica a sua tese de doutoramento intitulada, *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604 – 1642)*, onde faz uma análise sistemática da missão.

Muito importante foi a obra do padre Henrique Pinto Rema sobre as missões católicas na Guiné, uma obra sobre a igreja na região desde dos primórdios da presença portuguesa até ao século XX, que contribuiu para despertar o interesse pelo assunto,

fornecendo dados essenciais. Em 1991, Manuel Pereira Gonçalves defendeu a sua tese de mestrado sob o título *A missionação dos jesuítas e dos franciscanos nos “Rios da Guiné” no século XVII*. Esta obra abordou o tema da missionação de forma muito genérica, contendo informações incompletas e imprecisas sobre a presença dos missionários franciscanos. Verificámos ao longo da pesquisa, que havia a possibilidade de alargarmos as bases documentais usadas pelos padres Henrique Pinto Rema e Manuel Pereira Gonçalves, principalmente por novas publicações de fontes acerca do assunto como: o volume VII da *Momumenta Missionária Africana*, segunda serie, África Ocidental, contendo um grande acervo documental sobre as missões dos padres espanhóis e também sobre os capuchos da Soledade e reedição da *Relation du Voyage du Cap- Vert*, do capuchinho Alexis de Saint - Lô. Estas fontes possibilitaram-nos o acesso a áreas inexploradas da missionação na Guiné.

O trabalho encontra-se dividido em duas partes: a primeira parte *A diocese de Cabo Verde: da descoberta das ilhas à presença jesuíta* onde procuramos de forma sucinta traçar o período histórico que antecede as missões dos franciscanos. Tornou-se indispensável compreender o lugar da Guiné no âmbito do bispado de Cabo Verde; desta forma o primeiro capítulo foi reservado à contextualização histórica da diocese de Cabo Verde, propomo-nos analisar a história de um bispado que agrupava um vasto território, ligado entre si, por razões de complementaridade económica em prol do império português.

O segundo capítulo *Organização política das missões* tentamos compreender as vicissitudes da missionação no império português, os organismos e instituições ligadas a difusão do Cristianismo além mar, como também os factores que condicionaram esta difusão.

No terceiro capítulo entramos no panorama missionário da Guiné do século XVII, com uma breve análise da missão da Companhia de Jesus na diocese, pois a experiência missionária franciscana na Guiné foi antecedita pela presença de padres da Companhia, que durante 38 anos missionaram na diocese de Cabo Verde. Muito embora, tenham saído prematuramente da Guiné, com a morte do padre Manuel Álvares em 1617.

A segunda parte do nosso trabalho *As missões franciscanas na Guiné* constitui o foco da nossa investigação. Esta parte encontra-se dividida entre três capítulos, com os seus respectivos sub-capítulos. O primeiro capítulo *Os franciscanos capuchinhos e*

capuchos e a evangelização da Guiné pretende ser uma parte introdutória da questão, debruçando sobre as origens dessas duas ordens religiosas e a sua relação na missão nos Rios da Guiné.

O segundo capítulo *Missões da Congregação para a Propaganda Fide* trata a missionação estrangeira francesa e espanhola na Guiné do Cabo Verde. Estes missionários enfrentaram muitos problemas com as autoridades portuguesas por não terem beneplácito régio para exercer o trabalho apostólico na região. Muito embora, na última fase da missão espanhola, anos depois do fim da Guerra da Restauração, ela tenha sido reconhecida pela coroa portuguesa. Tendo sido criada então uma missão conjunta entre capuchinhos espanhóis e capuchos da Soledade para a região.

O último capítulo analisa o trabalho missionário dos franciscanos portugueses, o contexto em que estas missões surgiram, as viagens pela Guiné, a implantação da ordem capucha em Santiago de Cabo Verde, as conversões de muitos chefes locais. O apostolado destes religiosos esteve directamente ligado ao projecto expansionista português nos Rios da Guiné. A religião e o comércio se interligaram em prol dos interesses da monarquia portuguesa. Nesta parte do trabalho, torna-se mais perceptível a importância que o reino de Bissau veio ganhando ao longo dos tempos, e a necessidade da sua conquista espiritual e temporal.

Tentámos que a conclusão espelhasse, as grandes problemáticas deste trabalho, assumindo um desvio na linha da investigação que nos levou para os caminhos dos meandros políticos, que estiveram implícitos na evangelização da Guiné.

Primeira Parte

A Diocese de Cabo Verde: Da Descoberta do Arquipélago à Presença Jesuíta

Capítulo I

A Diocese de Cabo Verde – Contexto Histórico²

No primeiro século do seu povoamento, Santiago de Cabo Verde havia conhecido um ciclo de desenvolvimento, dada a sua relação com o exterior, principalmente com os Rios da Guiné.³ A exploração dos Rios da Guiné foi um factor determinante para o povoamento das ilhas de Cabo Verde, uma vez que não existiam aí recursos atractivos à fixação de uma população branca. O grande interesse suscitado pelo arquipélago resultou do papel que poderia oferecer nas actividades de resgate na costa africana.⁴ Entre as estratégicas ilhas de Cabo Verde e a rica costa africana desenvolveu -se, pois, uma relação de complementaridade de funções em prol dos interesses comerciais da coroa portuguesa. No início do povoamento, adoptou-se um regime político – administrativo semelhante ao estabelecido nos arquipélagos norte – atlânticos, instituindo-se uma donataria, concedendo-se capitánias e atribuindo-se direitos de exploração a alguns indivíduos.⁵ Nos finais do século XVI, a articulação Guiné – Cabo Verde traduziu-se na formação do governo-geral de Cabo Verde, onde se enquadrou a administração do “distrito” dos Rios da Guiné⁶. A criação de um Governo e de uma Ouvidoria gerais corresponderam de facto a uma segunda fase da história institucional das ilhas⁷. A administração filipina inaugurada em 1580 por ser mais centralizada conduziu a esta nova fase do governo das ilhas, o que de resto aconteceu noutras partes do império.

² Para a elaboração deste capítulo recorremos a consulta de obras como: Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, 4 vols, Porto Lisboa, Livraria Civilização, imp. 1967 - 1971; *História Geral de Cabo Verde*, vol.I, coordenação de Luís Albuquerque, vol.II, coordenação de Maria Emília Madeira Santos; Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia, Direcção Geral do Património de Cabo Verde – Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, 1991 e 1995; Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1899.

³ Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, “Actividade Comercial Externa de Cabo Verde: Organização e Funcionamento, Evolução” in *HGCV*, Lisboa, vol.I, pp. 237 – 337.

⁴ Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, “Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento” in *HGCV*, Vol II, p. 17

⁵ Cf. André Teixeira, “A Administração das Ilhas”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, tomo 2 dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marquês, coord. de Artur Teodoro de Matos, Editorial Estampa, 2005, pp. 29- 83.

⁶ Cf. Zelinda Coehn, *Os Filhos da folha (Cabo Verde - Séculos XV- XVIII)*, Praia, Spleen - Edições, 2007.

⁷ Idem p. 71

A assistência religiosa no arquipélago estava a cargo do Padroado concedido aos reis de Portugal. O papado atribuiu ao reino lusitano privilégios no domínio religioso, como a faculdade de enviar missionários, erigir dioceses, o direito de apresentação dos candidatos ao bispado e aos demais benefícios eclesiásticos. O direito de padroado baseava-se num conjunto de documento de documentos pontifícios. Entre ao quais destacamos a bula *Romanus Pontifex*, de 8 de Janeiro de 1455 em que o papa Nicolau V (1447-1455) concedeu ao rei de Portugal o direito de enviar missionários e de fundar igrejas, mosteiros e outros lugares pios, nos territórios ultramarinos, a bula *Inter coetera*, de 13 de Março de 1456, pelo qual o papa Calisto III (1455-1458) confirmou as concessões do diploma anterior e concedeu a jurisdição espiritual à Ordem de Cristo, de que o infante do Henrique era grão-mestre. Com a morte do infante em 1460, o grão-mestrado da Ordem de Cristo ficou na posse de membros da família real à título pessoal. Em 30 de Dezembro de 1551, a bula *Praeclara Charissimi*, do papa Júlio III (1549-1555), agregou na coroa portuguesa os mestrados das três ordens militares, extinguindo a jurisdição do prior de tomar em prol do rei de Portugal⁸.

Em Cabo Verde, a evangelização começou em 1466, com a presença de dois religiosos, frei Jaime e frei Rogério⁹. Ambos franciscanos do Convento de São Bernardino da Atouguia em Lisboa. Essa assistência foi efémera, terminando no decorrer de um conflito entre os frades e o capitão Bartolomeu de Noli¹⁰, que teria mandado matar frei Rogério e prender o seu companheiro.

Sendo o arquipélago geograficamente próximo das áreas de resgate e ao contrário da “terra firme da Guiné” os portugueses não encontraram resistência à fixação dos mecanismos de gestão comercial, Santiago funcionou como a sede da “feitoria do trato da Guiné”. Esta associação Guiné – Cabo Verde serviu de base para a formação da diocese de Cabo Verde.¹¹

Através do pedido de D. João III, o papa Clemente VII, em 31 de Janeiro de 1533, criou a diocese Santiago e confirma o seu primeiro bispo, D. Brás Neto. Para acolher a diocese, a vila de Ribeira Grande de Santiago é elevada a cidade e nasce o

⁸ Cf. Nuno da Silva Gonçalves, “Padroado” in *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, Dir. Carlos Moreira Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2001, pp. 364-368

⁹ Cf. Christiano José de Senna Barcelos, *ob. cit.* Parte I, p. 28

¹⁰ Bartolomeu de Noli foi o primeiro capitão donatário de Ribeira Grande de Santiago, fixou-se aí em 1466, constituindo o primeiro núcleo de povoamento do arquipélago.

¹¹ Cf. Maria Emília M. Santos, Maria João Soares, “Igreja, missão e sociedade” in *HGCV*

projecto da construção da catedral de Ribeira Grande.¹²

A diocese de Cabo Verde, para além de abranger as ilhas do arquipélago, estendia-se por uma faixa territorial de cerca de 320 léguas, que se iniciavam no rio Gâmbia, e que se estendiam até ao rio de Santo André, actualmente Sassandra na Costa do Marfim. A área abrangida pela ampla diocese, ultrapassava os limites da influência portuguesa, principalmente a sul onde abrangia territórios como a Serra Leoa, e uma parte do Golfo da Guiné¹³.

A 12 de Setembro de 1534, mais de um ano depois da criação da diocese e confirmação do bispo, o monarca português, por carta régia às autoridades seculares do arquipélago ordena que “ [...] dê e façaes muy inteiramente dar a dita pose, asy no espirituall, como no temporall, de todas a cousas que pertemçem ao dito bispado [...]”¹⁴ ao procurador de D. Brás Neto, que viajava para Santiago para “amdar nogoçando a dita pose”. No entanto, o prelado faleceu, antes da tomada de posse, sem nunca chegar a residir na diocese.

O segundo bispo de Cabo verde foi o francês D. João Parvi¹⁵, era cônego e arcediogo da Sé de Évora a data da confirmação da sua eleição por Paulo III a 23 de Setembro de 1546, veio a falecer em Santiago a 29 de Novembro de 1546, e foi sepultado na igreja de Nossa Senhora do Rosário. Com a sua morte, D. Francisco da Cruz, natural da Vila Viçosa foi nomeado em 1547 como novo prelado. Professou na ordem dos cônegos regantes de Santo Agostinho, foi coadjutor do bispo de Coimbra em 1545 e fazia parte do Conselho do Rei. Só em 1551 ou 1555¹⁶ ele teria deslocado a diocese. O seu bispado foi marcado pela construção de estruturas matérias da igreja nas ilhas, nomeadamente a construção da igreja e da Casa da Misericórdia, a construção do Paço Episcopal e o inicio das obras da Sé da Ribeira Grande. Vindo a falecer a 19 de Março de 1574, consequentemente, o doutorado em Teologia, D. Bartolomeu Leitão foi nomeado quarto bispo de Cabo Verde, em 1575, para onde foi residir no ano seguinte. Sobre este bispo recaiu acusações de corrupção, negligência na administração,

Lisboa, vol II, p.371

¹² BRÁSIO, António, *Monumenta Missionária Africana*, 2.ª série, vol II, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958. pp. 232 – 234

¹³ Cf. Maria Emília M. Santos, Maria João Soares, ob. cit. p. 371

¹⁴ António Brasil, *MMA*, 2ªsérie, vol II,p.266.

¹⁵ Cf. Fortunato de Almeida ob. cit. vol II, pp. 684 - 685

¹⁶ *Noticia corográfica e cronológica do Bispado de Cabo Verde desde o seu princípio até o estado presente*, ed. e notas e comentários de António Carreira, Lisboa: Inst. Caboverdiano do livro, 1985, p. 40

devassidão e imoralidade¹⁷, sendo que o papa Gregório XIII (1572 -1585) mandou por breve ao arcebispo de Lisboa, D. Jorge, proceder judicialmente contra ele. O bispo acabou por permanecer em funções até a sua morte em 9 de Fevereiro de 1587, uma vez que as acusações não foram de todo provadas. Sucedeu-lhe, D. Fr. Pedro Brandão, carmelita, que foi designado bispo de Cabo Verde a 8 de Agosto de 1588. Chegou a ilha de Santiago no ano seguinte, tendo regressado ao reino em 1594, na sequência de conflitos que teve com a sociedade local. Entretanto, só resignou a mitra 10 anos depois de ter abandonado a sede do bispado. Durante um período de quase 15 anos, a diocese permaneceu sem bispo. D. Luís de Miranda foi eleito bispo de Cabo Verde em 1607, tendo ido para Ribeira Grande em 1609. Faleceu um mês depois de chegar ao bispado.

O frade dominicano, D. frei Sebastião Ascensão, foi nomeado bispo de Cabo Verde entre Setembro e Dezembro de 1609. O novo bispo tomou posse em 1612, deparando-se com o problema do declínio comercial das ilhas, o que conduziu ao problema da falta de pagamento das ordinárias do clero, sendo que o seu bispado foi marcado pela tentativa de resolver este problema. O exercício pastoral de D. Frei Sebastião de Ascensão terminou com a sua morte em 18 de Março de 1614. Ainda no mesmo ano o catedrático de Salamaca e abade de Vila Flor, D. Manuel Guerra foi nomeado bispo de Cabo Verde. Só fixou residência em Santiago em 1622. Este bispo exerceu interinamente o cargo de governador de Cabo Verde em finais de 1622, por morte do governador D. Francisco Rolim¹⁸. Faleceu em 8 de Março de 1624, ainda no exercício do governo das ilhas. Sucedeu-lhe D. Fr. Lourenço Garro, conventual da Ordem de Cristo, chegou à Ribeira Grande em 1627, dois anos depois de ter sido eleito.

Dada a vastidão do território continental do bispado, a sua heterogeneidade, física, étnica, religiosa e cultural, (onde se encontravam povos animistas, islamizados e depois alguns grupos de cristianizados), os bispos muitas vezes, não conseguiam cumprir com as visitas anuais¹⁹ estipuladas pelo Concílio de Trento (1545 – 1563), pelo que a assistência religiosa não era igual para todo o território.

A actividade religiosa regular no bispado só tinha lugar nas ilhas habitadas; aí era semelhante à praticada na Europa cristã quinhentista. Este modelo foi transportado

¹⁷ António Brásio, *MMA*, 2ª série, vol III, pp. 86-87, carta de 16 de Fevereiro de 1581

¹⁸ D. Francisco Rolim foi nomeado capitão-geral e governador de Cabo Verde em 22 de Janeiro de 1621; tomou posse do governo em 3 de Abril de 1622 vindo a falecer meses depois.

¹⁹ Emília Madeira M. Santos, Maria João Soares, *ob. cit.*, p.266.

também para as restantes ilhas do atlântico e para o Brasil. Deste modo, a diocese de Cabo Verde encontrava-se organizada numa rede de paróquias. A expansão da igreja no arquipélago esteve intimamente ligada as vicissitudes do processo de povoamento. A ilha de Santiago foi a primeira a ser habitada, uma vez que, possuía bons portos, e boas nascentes de água doce. As ilhas de Santo Antão e São Nicolau também encontravam dotadas de boas nascentes de água, mas em contrapartida não usufruíam de grandes portos. Nas restantes ilhas, excepto a ilha da Brava, praticamente não havia água. A segunda ilha a ser povoada foi a do Fogo, dada a proximidade de Santiago e por ser uma grande produtora do algodão. As ilhas de Santo Antão e São Nicolau²⁰, já na década de 70 do século XVI ostentavam pequenos núcleos populacionais. As restantes ilhas do arquipélago, só tardiamente, já no século XVII, foram devidamente povoadas, embora já fossem aproveitadas para a criação de gado, como nos dá a conhecer Valentim Fernandes.²¹

D. Sebastião em cumprimento das predisposições do Concílio de Trento havia ordenado a criação de um seminário em Santiago, em 1570. Fixou uma renda anual de 200. 000 réis para o estabelecimento da instituição e encarregou o bispo de Cabo Verde D. Francisco da Cruz do assunto²². No período que nos ocupa, o seminário nunca chegou a funcionar. O projecto da criação da instituição foi importante devido a reflexão que criou em torno da formação de clérigos africanos. Um claro exemplo desta reflexão foi a opinião defendida pelo chantre de Évora, Manuel Severim de Faria (1584-1655)²³ de que a criação do seminário era a única forma de fazer face a crise da missionação da Guiné. Por um lado, formação de clero indígena resolveria o problema da falta de religiosos e por outro lado, estes pregadores africanos seriam mais bem acolhidos pelas populações e não precisariam de intérpretes no trabalho quotidiano²⁴.

Discutiu-se a localização do seminário, se devia ser em Portugal, ou na própria diocese segundo as predisposições tridentinas. Em 1605, D. Filipe III pretendia dar continuidade ao projecto e construir um seminário em Lisboa para a formação de

²⁰ Ver: André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *A ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Centro de História de Além - Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

²¹ Valentim Fernandes, *ob. cit.*, pp.741-745.

²² Carta de D. Sebastião de 12 de Janeiro de 1570 in *MMA* vol III pp. 7 – 11

²³ Cf. José Freitas de Carvalho, “Manuel Severim de Faria: espiritualidades e realidades missionárias nas ‘Províncias de Guiné’ no século XVII”, sep. de *Bracara Augusta*, 38, 1984

²⁴ *MMA* vol.IV, p. 675 s.

religiosos para a costa da Guiné²⁵. Sendo que, o governo do seminário seria entregue a Companhia de Jesus²⁶. As negociações entre a coroa luso-espanhola e a Companhia de Jesus para a fundação do seminário estenderam-se até o final da missão, em 1642, contudo não tiveram êxito.

Estas ideias relativas a educação dos indígenas africanos coincidiram com as leis que proibiam a escravatura dos índios do Brasil. Nos finais do século XVI e ainda durante o século XVII surgiu um conjunto de leis régias e bulas papais a favor da liberdade dos índios²⁷. A questão indígena dividia os sectores de decisão dentro da igreja e da própria sociedade portuguesa. Apesar do império português ter se formado com base na miscigenação, o etnocentrismo prevalecia na questão da formação de um clero autóctone. Instruir um gentio, e habilitá-lo a receber as ordens sacras significaria igualá-lo aos restantes religiosos europeus. Levantava-se a questão da localização da instituição, muitos defendiam a ideia de que em África, os futuros alunos não receberiam uma boa instrução, o que só aconteceria num seminário na Europa.

O sargento mor da ilha de Santiago, Francisco de Andrade, no seu relatório sobre a vida económica e social do arquipélago de Cabo Verde, datada de 26 de Janeiro de 1582 informa que “ [...] En todas estas yllas nomeadas há ygrejas, tirando a ylla do Sal, Santa Luçia, Sant Vicente [...]”²⁸.

No entanto, em 1595, o tesoureiro -mor da Sé de Santiago, Fernando Novais de Queiroga, encontrava-se em Lisboa para solicitar a construção de uma igreja na ilha de São Nicolau e a colocação de um pároco à custa dos dízimos da ilha à semelhança do que já acontecia em Santo Antão. Esta informação consta de um documento de 7 de Setembro do mesmo ano e entra em total contradição com a relação do sargento-mor. A solicitação do tesoureiro deixou bem patente o problema da falta de clérigos, que se fazia sentir na diocese, a excepção das ilhas de Santiago e Fogo – “ [...] na ilha de San Nicolau pasava de três annos que se não confesavam nem administravam os sacramentos por falta de cura [...]”²⁹.

Para além de ser em número reduzido, o corpo clerical de Cabo Verde, recebia

²⁵ Carta de Filipe III de 21 de Julho de 1605 in MMA, vol. IV, p. 73

²⁶ Cf. Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604 -1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996, p. 80

²⁷ Cf. Jonh M. Monteiro, “Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo”, *Revista História*, São Paulo, 120, Jan/jul 1989, pp. 45 - 47

²⁸ Relação de Francisco de Andrade publicado in MMA, 2ª série, vol.III, p.98.

²⁹ MMA, Vol.III, p.381.

com irregularidade os seus ordenados. Para solucionar este problema o monarca português em carta régia de 28 de Setembro de 1571, ordenou que se “ [...] lhes fizessem aos tempo e da maneira que comtinha e era declarado em suas cartas e provisões [...]”³⁰.

Em inícios da década de setenta do século XVI, os capelães das igrejas do bispado com menos de duzentos fogos por freguesia viram os seus ordenados aumentados em mais 30 mil réis por ano, com a condição de ensinarem a doutrina cristã ao povo, quando o bispo determinasse³¹. Notamos uma certa preocupação no que toca a evangelização na diocese. Preocupado com a catequização das ilhas, André Álvares de Almada, o autor do *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde*, de 1594, recordou nesta obra as diligências que fez em Lisboa e Madrid, para que fosse fundada, em Santiago, uma casa para religiosos da Companhia de Jesus ou de outra ordem³². Lopo Soares de Albergaria, fidalgo da casa real e membro do Conselho de Estado, na sua relação sobre a Guiné e de Cabo Verde, datada do ano de 1600, lamentava a falta de assistência religiosa na Guiné e o descuido na conversão dos gentios³³.

A ilha de Santiago, que segundo Francisco de Andrade³⁴, contava em 1582, com 508 vizinhos, possuía já oito paróquias, sendo elas a de S. João Baptista (Ribeira de António), Santa Catarina do Mato, Santo Amaro (Ribeira do Tarrafal), São Miguel (Ribeira dos Flamentos), Santiago (Ribeira Seca), São Lourenço (Ribeira dos Órgãos), São Nicolau Tolentino (Ribeira de São Domingos), e a de Nossa Senhora da Luz (Ribeira de Alcatrazes), com os seus curas, que administravam diariamente o sacramento da Eucaristia. Para além dessas freguesias, a ilha estava dotada de uma série de ermidas de devoção onde também se rezava a missa.

Na ilha do Fogo havia duas paróquias com as respectivas igrejas, a primeira de invocação a Santiago e São Filipe e a igreja de São Lourenço, com os seus respectivos vigários. As ilhas de Santo Antão, Boavista, Maio e Brava, ainda não estavam, organizadas segundo o sistema de freguesias, já possuíam igrejas e um capelão que administrava os sacramentos temporariamente ou em momentos mais importantes do ano litúrgico, como a Quaresma. Em 1582 as pequenas comunidades das ilhas de São

³⁰ MMA, Vol.III, p.21.

³¹ MMA, Vol.III, pp.28- 31.

³² MMA, Vol.III, p. 303

³³ Relação de Lopo Soares de Albergaria sobre a Guiné do Cabo Verde in MMA, 2ª série, Vol. IV, p. 4

³⁴ Relação de Francisco de Andrade publicado in MMA, 2ª série, vol. III, p.98.

Nicolau³⁵, São Antão, Boavista e Maio dispunham de uma igreja, enquanto as ilhas de São Vicente e do Sal, as últimas a serem povoadas, permaneceram até o século XVII, sem nenhuma estrutura religiosa. A primeira igreja extra – insular foi construída em Cacheu em invocação a Nossa Senhora do Vencimento, o seu primeiro pároco foi apresentado em 1598³⁶. Foram também construídas igrejas nas povoações de Geba e Baloula, Rio de Nuno e Ponga³⁷.

Do ponto de vista religioso, a Costa da Guiné encontrava -se abandonada. Embora alguns missionários franciscanos e carmelitas realizaram pequenas visitas apostólicas no curso dos séculos XV e XVI³⁸, só durante a missionação jesuítica na diocese, que as populações da Guiné conheceriam uma acção apostólica organizada, embora tenha terminado prematuramente, como veremos mais a frente neste trabalho.

No entanto, em 1669, para além da igreja matriz de Nossa Senhora do Vencimento, no bairro da Vila Fria, Cacheu dispunha da ermida de Santo António, dedicada depois pelos frades capuchinhos a Nossa Senhora da Candelária. A Guiné exercia pouco fascínio as autoridades diocesanas, pois, limitavam a enviar anualmente durante a Quaresma um visitador às povoações onde residiam cristãos. Até ao século XVII a acção missionária era quase que inexistente. Contra a expansão da fé católica na região contribuíram factores como a carência de missionários e a afluência do islão.

No que diz respeito ao arquipélago, é interessante notar o desfasamento em relação ao avanço da igreja católica nas ilhas. Este estava relacionado com o processo de povoamento e da dinâmica das actividades económicas que aí se desenvolveram. Desta forma, a igreja encontrava-se mais implementada nas duas principais ilhas (Santiago e Fogo), deixando as restantes ilhas remetidas a fraca existência do clero secular. As periféricas ilhas do Oriente, Norte e Brava, não tiveram nesta época uma grande assistência religiosa, como as ilhas de Santiago e Fogo, na medida que o fenómeno da evangelização estava intimamente associada, a conjuntura política e económica dos territórios colonizados.

Um outro factor, que contribuiu para esta disparidade, foi o facto do grupo clerical ser durante estes séculos muito reduzido, o que era agravado pela regular falta

³⁵ André Pinto de Sousa Dias Teixeira, *ob. cit.* P. 181

³⁶ MMA, vol. III, p.407.

³⁷ Francisco Xavier Catão, “A Diocese de Cabo Verde e o clero de Goa”, *Studia* Nº 19 (Dez. 1966), pp. 93-118

³⁸ A. da Silva Rego, *Curso de Missionologia*, Lisboa, 1956, p. 226

de bispos na diocese, principalmente, a partir de inícios de Seiscentos, quando a emigração do reino, diminuiu significativamente, fazendo-se também notar no número de clérigos. Uma vez, que a promoção de clérigos as ordens sacras e ordenações sacerdotais era uma prerrogativa exclusiva do prelado, foi impossibilitado aos nativos a ordenação sacerdotal na diocese.

No período compreendido entre as últimas décadas do século XVI e meados do século XVII, a história das ilhas de Cabo Verde é marcada por uma crescente desaceleração da economia, pois a sua importância como entreposto comercial foi diminuindo, o que culminou, em 1647, na perda a favor de Cacheu da sua função de centro de controle de todo o tráfico português nos Rios da Guiné³⁹. Esta medida resulta da necessidade de Portugal assegurar a continuidade dos seus interesses na costa africana, fazendo face às investidas francesas, inglesas e holandesas⁴⁰, ao longo da segunda metade do século XVII o tráfico foi administrado a partir de Cacheu.

A centúria seiscentista cabo-verdiana foi marcada pelo crescente empobrecimento das ilhas. O arquipélago continuou a ser um ponto de escala no Atlântico, de embarcações de várias nacionalidades, mas à excepção de alguns produtos, como a urzela, o sal, e os panos da terra, já não tinha muito para oferecer. Aquela que fora uma sociedade mercantil, nos séculos XV e XVI voltou-se lentamente para uma economia agrária escravocrata centrada nas fazendas do interior das ilhas de Santiago e Fogo⁴¹.

De 1604 a 1642 estabeleceu-se na diocese uma missão jesuítica⁴², que tinha como principal objectivo a missionação nos rios da Guiné. O padre Baltazar Barreira foi escolhido para superior da missão, com ele chegaram às ilhas de Cabo Verde, os padres Manuel de Barros e Manuel Fernandes e o irmão Pedro Fernandes. Seis meses depois de terem chegado a ilha de Santiago, os religiosos viajaram para a costa africana para dar início ao seu apostolado. Em 1619, a morte do padre Manuel Álvares na Serra Leoa representou o fim missionação na costa da Guiné. Até o ano de 1642, aquando da saída

³⁹ Cf. André Teixeira, “A Economia - O Comércio do Regaço no Litoral Africano ao Comércio Transatlântico. A Recolecção, A Pecuária e a Agricultura. A Tributação e as Finanças” in *Nova História da Expansão Portuguesa*, tomo 2 dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marquês, coord. de Artur Teodoro de Matos, Editorial Estampa, 2005, p 111.

⁴⁰ Cf. Filipe Nunes Carvalho, “A disputa pelo domínio dos portos e ilhas de África” in *Portugal no Mundo*, dir de Luís de Albuquerque, vol. V, Publicações Alfa, pp. 125 -138

⁴¹ Cf. António Leão Correia e Silva, “A Sociedade Agrária, Gentes das Águas: Senhores, Escravos e Forros” in *HGCV*, vol. II. p. 275 - 357

⁴² Cf. Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604 -1642)*, Lisboa,

dos jesuítas do arquipélago Cabo Verde, a Companhia não enviou mais missionários á Guiné. A missão ficou restringida assim às ilhas de Santiago e do Fogo.

A criação da Congregação para a Propaganda Fide em 1622 trouxe um novo alento a acção missionária na Guiné. Sob a alçada da congregação de Roma missionaram na região capuchinhos franceses e espanhóis. O trabalho destes missionários criou conflitos de jurisdição entre o Padroado Português e a Propaganda Fide.

Em 1 de Dezembro de 1640, quando terminou a união dinástica entre Portugal e Espanha, D. frei Lourenço Garro encontrava -se a exercer as suas funções como bispo de Cabo Verde, e após o seu falecimento em 1 de Novembro de 1646, iniciou-se um período de interregno na nomeação de bispos para Cabo Verde, situação similar as outras dioceses do império, devido ao corte das relações entre Portugal e a Santa Sé. A diocese de Cabo Verde voltou a ter um novo bispo, em 16 de Maio de 1672, com a confirmação papal do frade carmelita D. frei Fábio dos Reis⁴³.

De 1646 a 1672, a diocese de Cabo Verde esteve entregue á governação do cabido resultando numa série de impactos sobre o seu funcionamento, nomeadamente a redução do número de cónegos e dignidades eclesiásticos apresentados neste período, bem como a ausência de nomeações de vigários permanentes para as paróquias ou concessão de ordens maiores para os clérigos, por ser uma prerrogativa exclusiva do bispo.

O governo do cabido foi afectado pelos conflitos internos entre facções afectas aos diferentes grupos da fraccionada sociedade de Santiago, envolta nas disputas entre governadores e ouvidores.⁴⁴ Um exemplo destas querelas foi o conflito entre o cabido e o governador Pedro Ferraz Barreto (1653-1657). O governador acusava o cabido de irregularidades financeiras, de substituição dos padres apresentados pelo rei, de indelicadezas públicas na igreja de Ribeira Grande, entre outras queixas⁴⁵. A elite local representada pela câmara e o cabido de Ribeira Grande coligara-se contra o governador, este, chega a prender o vigário da ilha do Fogo, sob a acusação de negociar escravos com estrangeiros.

Brotéria, 1996

⁴³ José Pedro Paiva, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495 -1777*, Coimbra Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 589.

⁴⁴ Maria João Soares, *HGCV*, vol. III p. 338

⁴⁵ Idem

Enquanto o bispado sediado em Santiago era governado pelo cabido e os poderes seculares e eclesiásticos da sociedade cabo-verdiana disputavam o poder nas ilhas, no reino D. João IV procedia a mudanças no campo da organização missionária que rapidamente se repercutiram na diocese. Em 1656, foi criado um organismo, a junta ou tribunal das missões para a propagação da fé, encarregado de emitir pareceres sobre os problemas da evangelização e de dar respostas concretas às questões suscitadas pelos missionários.

Os jesuítas acabam por decidir oficialmente o fim da missão na diocese⁴⁶ e a escolha incidu sobre os franciscanos da província da Piedade, que chegaram a Santiago em 1657⁴⁷. Com nomeação dos franciscanos da Piedade para a diocese de Cabo Verde, a coroa pretendeu dar resposta para a questão da assistência espiritual nas ilhas de Cabo Verde e constituir uma missão portuguesa na terra firme da Guiné, região que vinha a ser evangelizada por missionários franceses e espanhóis⁴⁸.

Desta forma, missionários do Padroado português e da Congregação para a Propaganda Fide missionavam na Guiné em simultâneo. Levantando problemas a nível da jurisdição das duas instituições. Os missionários estrangeiros enviados por Roma enfrentaram muitos problemas com as autoridades portuguesas, por não terem autorização para trabalharem na região.

Na ilha de Santiago, o cabido manteve-se no centro da conflitualidade, a situação da igreja cabo-verdiana degradou-se paulatinamente ao ponto de o deão, o reinol Dr. Manuel Dinis Ribeiro, que exercia em simultâneo os ofícios de provisor e vigário – geral do bispado ter sido assassinado em sua casa na cidade de Ribeira Grande, em 17 de Janeiro de 1668⁴⁹. Da devassa feita para apurar os factos concluiu-se que os principais responsáveis eram os seus pares no cabido, que o deão havia denunciado à justiça eclesiástica.⁵⁰

Aquando da retoma das relações entre Portugal e a Santa Sé, em 1668, a igreja local ressentia-se pela falta de curas nas paróquias de Santiago e Fogo e nas ilhas de Barlavento⁵¹.

Dom Frei Fabião dos Reis (1672-1674), carmelita e qualificador do Santo Ofício

⁴⁶ Cf. Nuno da Silva Gonçalves, ob. cit. P. 246

⁴⁷ Cf. Henrique Pinto Rema, *As Missões Católicas da Guiné*, Braga, ed. Franciscana, 1982.

⁴⁸ Idem

⁴⁹ Maria João Soares, ob. cit. p. 339

⁵⁰ AHU, *Cabo Verde*, caixa 6, doc. 34

⁵¹ Cf. Maria João Soares, ob. cit. p. 340

foi o primeiro bispo de Cabo Verde no período pós – restauração; chegou a Santiago a 3 Maio de 1672, e faleceu nove meses depois. Este bispo detinha pela primeira vez a faculdade de nomear todas as dignidades, conezias, titulares de vigairarias e outros benefícios eclesiásticos pela sua exclusiva autoridade. Depois de nomeados localmente os designados receberiam do rei uma confirmação formal. Apenas a nomeação do deão continuava a ser de responsabilidade régia⁵².

Sucedeu-lhe D. Frei António de São Dionísio (1675-1684) franciscano e mestre de teologia que só chegou em Santiago a 24 de Junho de 1676. Teve como uma das suas prioridades a assistência espiritual das ilhas do Barlavento e a ilha do Maio⁵³. Das periféricas ilhas do Barlavento, apenas a ilha de Santo Antão dispunha de um vigário permanente desde do início do século XVII. As restantes ilhas de Barlavento dispunham apenas da presença de um visitador que se deslocava para administrar os sacramentos uma vez por ano.

Após a sua morte, em 1684, foi nomeado bispo de Cabo Verde, o franciscano D. Vitoriano Portuense que desembarcou em Santiago em 17 de Abril de 1688 e que chegou a exercer também o cargo de governador interino de Cabo Verde (1688 – 1690). Notabilizou-se como o primeiro bispo a efectuar uma visita pastoral a terra firme da Guiné, em 1694 e 1697. O seu governo corresponde ao um período de desenvolvimento do trabalho da igreja no arquipélago de Cabo Verde e no seu distrito da Guiné. O arquipélago continuou a funcionar durante todo o século XVII, como sede das missões destinadas a área abrangida pela diocese.

Depois de contextualizada a formação da diocese de cabo Verde, no próximo ponto deste trabalho debruçaremos sobre os antecedentes da missionação dos franciscanos capuchinhos e capuchos no bispado, analisando de forma sucinta o trabalho dos franciscanos, dominicanos e jesuítas que trabalharam em Cabo Verde e na Guiné.

⁵² Idem

⁵³ Maria João Soares *ob. cit.* p. 343

Capítulo II

Organização Política das Missões ⁵⁴

Com a expansão europeia, desencadeada pelos portugueses, o cristianismo que na sua génese tem uma dinâmica universalista, tornou-se numa religião vivida a escala planetária, professada uma por grande variedade de povos, em todos os continentes⁵⁵

Nesta parte do trabalho, pretendemos contextualizar as missões da Guiné, durante o século XVII. Este século, foi marcado por uma intensa actividade missionária naquela região, quando comparado com o século anterior, mas condicionada pela acção dos novos impérios europeus e pela criação da Congregação para a Propaganda Fide.

De acordo com as balizas cronológicas do nosso trabalho interessa-nos debruçar, sobre o processo de missionação moderna, que sendo fruto dos descobrimentos marítimos engloba duas fases⁵⁶. A primeira fase, foi a do monopólio dos padroados ibéricos, de direcção mais periférica, que se desenvolveu apoiado em grupos carismáticos no seio da igreja, como era o caso das ordens mendicantes e da Companhia de Jesus. Podemos delimitar esta primeira fase até 1622, altura que surge a Congregação de Propaganda Fide.

A Santa Sé através de uma série de bulas papais conferiu a Portugal a faculdade de conquistar as terras dos “infiéis”, reconhecendo o direito de Portugal sobre as novas terras⁵⁷. O Papa Calisto III concedeu à Ordem de Cristo, o padroado de todas as terras descobertas e que viessem a ser descobertas.

A partir da centúria de Seiscentos Portugal começou a ter problemas para cumprir com todas as suas responsabilidades no toque ao Padroado, devido a vastidão do território e a carência de recursos⁵⁸.

A Propaganda Fide, pelo contrário surgiu como um organismo romano

⁵⁴ João Paulo Oliveira e Costa, A Diáspora Missionária, in História Religiosa de Portugal, vol II, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000-2002; Nuno da Silva Gonçalves, “A Igreja e a Cultura” in *Nova História da Expansão Portuguesa*, tomo 2 dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marquês, coord. Artur Teodoro de Matos, Editorial Estampa, 2005, pp. 204 – 229; Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, 4 vols, Porto Lisboa, Livraria Civilização, imp. 1967 - 1971

⁵⁵ João Paulo Oliveira e Costa, *ob. cit.* p. 261

⁵⁶ Idem

⁵⁷ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. II ed. Preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Portucalense Editora: Liv. Civilizações Editora, 1968,p.241.

⁵⁸ Cf. Nuno da Silva Gonçalves, *ob. cit.* p 364

encarregado de dirigir a acção apostólica, como uma certa independência dos poderes leigos. Primeiramente, a propaganda concentrou a sua acção na Europa, trabalhando para a preservação do catolicismo, nas regiões não atingidas pela Reforma Protestante. Numa segunda fase começou a expandir a sua acção para fora do velho continente, onde se situavam os territórios submetidos aos padroados dos reinos ibéricos. A fundação da Congregação para a Propaganda Fide, pôs em causa os direitos do padroado português, porque Roma começou a desenvolver esforços para intervir directamente nos territórios ultramarinos. Embora, a Propaganda tivesse firmado o compromisso de não criar novos bispados, autónomos das arquidioceses existentes, não abdicou de enviar missionários desobrigados de obediência aos bispos portugueses, ainda que os enviasse para áreas onde não existissem missões do Padroado. Na teoria, pretendiam completar a acção das igrejas nacionais. O império português por ser territorialmente descontínuo, estava mais aberto as iniciativas da Propaganda, por outro lado, a coroa ciosa dos seus monopólios mesmo em áreas onde nunca colocaram missionários.

Quando a competição entre os vários estados europeus pelo comércio ultramarino se intensificou, os direitos do padroado português eram vistos como barreiras delimitadoras de áreas de influência⁵⁹.

Sofrendo inicialmente a oposição portuguesa e espanhola, a propaganda obteve apoio por parte da França, um grande estado católico interessado na expansão ultramarina. A ligação entre a propaganda e a monarquia francesa foi-se estreitando, tornando - a em certa medida numa “instituição francesa”.

O fim da união dinástica entre as coroas peninsulares inaugurou um período de crescente perturbação política no reino e com consequências directas sobre as suas possessões ultramarinas. Por um período, de quase três décadas Portugal esteve empenhado no reconhecimento internacional, pela Santa Sé e pelas restantes potências europeias, ao mesmo tempo que estava em guerra com a Espanha.

Uma das consequências político-diplomáticas da restauração foi o corte das relações entre Portugal e a Santa Sé. As relações entre o estado lusitano e Roma só retomaram após a assinatura, do tratado de paz entre as duas coroas ibéricas, em 1668. Na época, em que a estrutura episcopal portuguesa estava bloqueada (1640 – 1668), devido ao não reconhecimento da Restauração portuguesa, pela Santa Sé, o envio de bispos só poderia ser feito através da propaganda.

Em 1656, a coroa portuguesa um organismo, a junta ou tribunal das missões para a propagação da fé, órgão consultivo ligado à administração central, encarregue de emitir pareceres sobre os problemas da missionação e de dar respostas concretas às questões suscitadas pelos missionários⁶⁰.

Durante o reinado de D. Afonso VI (1656- 1683), a Junta das Missões esteve suspensa. Quando D. Pedro assume a regência em 1667 deparou-se com uma série de problemas relativas as missões, as missões ultramarinas ressentiam-se a falta de religiosos, para dar continuidade ao trabalho missionário, era insuficiente o número de religiosos. Esta situação piorou pela relutância de Portugal aceitar missionários estrangeiros nos seus domínios. Para solucionar estes problemas, D. Pedro II reactivou a Junta das missões em 1672.

A área da grande Guiné, bem como outros territórios ultramarinos de soberania portuguesa, foi alvo da política da Sagrada Congregação para a Propaganda Fide. Nas décadas de 30 e 40 do século XVII, a Propaganda Fide negociou a instalação de núcleos de missões com os superiores dos capuchinhos de Nantes e da Andaluzia. Estes religiosos acabaram por se fixar na Guiné sem autorização do governo Português. No início, o bispo D. Lourenço Garro manteve boas relações com aqueles missionários estrangeiros, mudando de opinião devido às pressões da coroa. O oficialato régio de Cabo Verde e da Guiné tinham ordens expressas para não aceitar a presença de religiosos estrangeiros. Neste sentido, quando os religiosos franceses, os primeiros a assistirem na região sob a tutela da Propaganda Fide, chegam à região em 1633, a monarquia luso-espanhola, na pessoa da regente, princesa Margarida, duquesa de Mântua, ordenou a expulsão imediata destes missionários. O mesmo acontece, com os capuchinhos espanhóis nos rios da Guiné, missionários na Guiné, a partir de 1646.

Com a saída dos jesuítas da Guiné, em 1619, a monarquia luso-espanhola não conseguiu enviar mais grupos de missionários para aquela região. Com a Restauração portuguesa e a saída dos jesuítas em 1642, D. João IV, tentou por diversas formas resolver o problema da missionação da Guiné, com o envio de missionários sujeitos ao Padroado português. Apenas em 1657, os religiosos do Padroado, capuchos da Província portuguesa da Piedade, começam a missionar na Guiné. Em 1673, com a

⁵⁹ Cf. João Paulo Oliveira e Costa, *ob. cit.* p. 294

⁶⁰ Cf. Márcia E. A. Sousa e Melo, *Pela propagação da fé e conservação das conquistas portuguesas. As juntas das missões – Séculos XVII – XVIII*, tese de doutoramento em História, Universidade do Porto, 2002.

criação da província portuguesa da Soledade, a evangelização no bispado de Cabo Verde foi-lhes confiada.

Na Guiné, a partir da segunda metade do século XVII, encontravam-se religiosos tutelados pelo Padroado e pela Propaganda Fide, uma convivência nem sempre pacífica. Os espanhóis que missionavam “clandestinamente” foram, sistematicamente alvo dos oficiais régios, que executavam as ordens chegadas de Lisboa. Finalmente, em 1686, os capuchinhos foram expulsos por ordem régia, pondo termo a quase anos de assistência de religiosos espanhóis na região.

Houve pois uma conjuntura europeia, que teve implicações sobre a região da costa da Guiné, no que diz respeito à propagação da cristandade. Com efeito, a acção dos frades estrangeiros esteve sempre condicionada pelas restrições que lhes foram impostos, dado ao não reconhecimento destas missões pelo Padroado português.

A actividade missionária foi sem dúvida, de grande importância para a afirmação das potências europeias nos outros continentes. O avanço dos missionários significava a consolidação da influência lusa numa determinada área ou a criação de novas zonas de expansão do império e de circuitos comerciais dominados por mercadores portugueses. Assim, as ordens religiosas desempenharam uma função crucial para a afirmação dos objectivos expansionistas do estado português. Os missionários eram, em regra verdadeiros funcionários régios, servindo a Deus e ao monarca.

Durante o século XVII, muitos problemas foram levantados quanto a missionação na Guiné, contudo os conflitos entre oficialato régio e os capuchinhos e a falta de clero, ocuparam os lugares centrais nesta conjuntura de crise. Problemas externos de ordem política e diplomática condicionaram a acção apostólica na região. Mas também, as tentativas de evangelização da Guiné foram marcadas pelo clima mortífero, o isolamento que viviam os missionários, o islamismo, a hostilidade dos gentios. Os missionários portugueses e espanhóis que trabalham entre os rios da Guiné e na Serra Leoa, a partir da década de 50, dissociam uns dos outros pelas políticas que estão subjacentes a cada grupo. Os missionários portugueses faziam parte de um projecto colonizador, que tinha como objectivo consolidar a presença portuguesa na região. Os órgãos de decisão na corte e os oficiais régios em Santiago e na Guiné estavam zelosos em averiguar se a presença destes missionários contribuiriam para a incrementação do comércio luso. A conversão dos reis africanos era vista como um

meio de selar alianças com Portugal. Os capuchinhos tutelados pela Propaganda Fide, pelo contrário, faziam parte de um projecto de expansão missionária de Roma.

Todavia antes da presença destes dois ramos da família franciscana na costa africana, outros missionários haviam sido os protagonistas da história religiosa da igreja católica na Guiné, segue-se no próximo ponto deste trabalho, um breve enquadramento sobre os antecedentes da missionação dos frades capuchinhos e capuchos na diocese de Cabo Verde.

Capítulo III

Antecedentes da Missionação dos Franciscanos Capuchinhos e Capuchos

61

Na diocese de Cabo Verde encontramos-nos perante dois universos sociais e religiosos diferentes, que se demarcaram um do outro, dada as suas especificidades. O primeiro, constituído pelas ilhas que formam o arquipélago de Cabo Verde; o segundo, por uma área continental, na costa africana. Sendo inexistente o povoamento antes da presença portuguesa, a Igreja Católica acompanhou nas ilhas de Cabo Verde o nascimento de uma sociedade que não possuía uma religião organizada. Os escravos, trazidos da costa da Guiné, estando privados da sua liberdade, e desenraizados da sua comunidade, não podiam conservar na autenticidade as suas práticas religiosas. A costa da Guiné, por sua vez, era profundamente diversificada étnica e religiosamente, com uma forte presença islâmica, principalmente nas regiões do norte e com predominância de crenças animistas mais a sul.

Artur Augusto da Silva⁶² identificou cerca de trinta e oito etnias no litoral africano entre o Senegal e a Serra Leoa. Nesta região viveram por exemplo os jalofos, os balantas, os bijagós, os beafadas, os papeis, os fulas, os mandingas, os felupes, os manes, os sossos e os buramos. A povoação de Cacheu, situada no rio de São Domingos, fundada em 1595, era a mais importante povoação com presença portuguesa e foi elevada a qualidade de vila em 1605. As restantes povoações com presença portuguesa encontravam situadas nas margens do rio Grande, sendo elas Guinala e Buba, então designada por Bigula.

No que toca à missionação na costa guineense, os religiosos iniciavam, em regra, o seu apostolado com a tentativa de conversão dos chefes locais e de seus familiares directos. Nas ilhas de Cabo Verde, por não existir uma aristocracia indígena, praticaram

⁶¹ver: Maria Emília Madeira Santos, Maria João Soares, “Igreja Missionação e Sociedade” in *História Geral de Cabo Verde*, vol.II, 2ª ed. Coord. De Maria Emília Madeira Santos, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 200, pp. 359- 508; Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuítas e a Missão de Cabo Verde (1604 - 1642)*, Lisboa, Brotéria, 1996; Nuno da Silva Gonçalves, “A Igreja e a Cultura” in *Nova História da Expansão Portuguesa*, tomo 2 dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marquês, coord. Artur Teodoro de Matos, Editorial Estampa, 2005, pp. 204 - 229.

⁶² Cf. Artur Augusto da Silva, Apontamentos sobre as populações oeste - africanas segundo os autores portugueses dos séculos XVI e XVII, in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 14 (1959) pp. 373 -406

a evangelização dos escravos africanos, que se encontram na base da pirâmide social.

Em Cabo Verde, devido as especificidades étnicas assistimos a uma conversão em dois sentidos, a do africano ao catolicismo e a do europeu aos rituais trazidos pelos escravos. No entanto, enquanto, a primeira era oficial, administrada pela igreja e pelos seus missionários, e a segunda resultou da interacção entre os dois grupos humanos e foi sistematicamente combatida pela Igreja. Grande parte da população tinha ao seu dispor, representantes das duas componentes religiosas, por um lado tinham o padre católico, enviado pelo poder temporal e representante da igreja de Roma, e por outro o *jabacouce* africano “sacerdote \ médico”, de uma forma informal⁶³.

Os franciscanos foram os primeiros a dedicarem a assistência religiosa na ilha de Santiago. Como já vimos anteriormente, em 1466⁶⁴ desembarcaram dois religiosos, frei Rogério e frei Jaime, naturais da Catalunha, provenientes do convento de São Bernardino de Atouguia⁶⁵. A documentação dos finais do século XV e da primeira metade do século XVI testemunham a continuidade da vida religiosa nas ilhas de Santiago e do Fogo, mas chegaram até nós fracas informações acerca dos clérigos que trabalharam no território.

Sabemos que, em 1549,D. João III (1521-1557) enviou frei Gaspar para evangelizar em Cabo Verde e dois anos depois, chegou D. João de Monserrate⁶⁶.

Encontramos alguns exemplos da presença de religiosos dominicanos nas ilhas de Cabo Verde um deles refere uma carta de apresentação de frei João, da ordem de São Domingos, para iniciar o seu apostolado na ilha de Santiago⁶⁷.

No entanto, foi no século XVII que a diocese de Cabo Verde conheceu a primeira missão projectada e organizada pelo Padroado Português para a região, a missão dos padres da Companhia de Jesus (1604 – 1642)⁶⁸. O início desta missão resultou de intensos anos de negociações entre a coroa portuguesa e os jesuítas da província portuguesa. A intenção da coroa era construir na ilha de Santiago um colégio,

⁶³ Cf. Maria Emilia Santos, Maria João Soares ob. cit. p. 456

⁶⁴ Cf. Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, 1899, p. 28

⁶⁵ Idem. p. 106.

⁶⁶ Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, Vol.II ed. Preparada e dirigida por Damião Peres, Porto, Portucalense Editora: Liv. Civilizações Editora, 1968,p266

⁶⁷ *História Geral de Cabo Verde – Corpo cronológico*, Vol.I, Instituto de Investigação Científica Tropical Direcção – Geral do património cultural de Cabo Verde, Lisboa 1988,p.41

⁶⁸ Sobre a Companhia de Jesus no império português ver: Dauril Alden, *The making of an enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its Empire and beyond, 1540- 1750*, Stanford, California: Stanford University Press, 1996.

para servir de base à cristandade das ilhas e da costa da Guiné. A partir do colégio os religiosos iriam missionar no “ rio de São Domingos e outros rios da costa”⁶⁹. Para o seu sustento, foi estabelecido a quantia de 200. 000 réis que estava destinada ao seminário de Cabo Verde, que como já vimos nunca chegou a ser estabelecido.

O padre Baltazar Barreira foi escolhido para superior da missão, com ele chegaram às ilhas de Cabo Verde, os padres Manuel de Barros e Manuel Fernandes e o irmão Pedro Fernandes⁷⁰. O apostolado na diocese durou cerca de 38 anos. Os primeiros anos de missão podem ser considerados como sendo uma fase amistosa e de bom relacionamento entre os missionários e a sociedade local.

A “terra firme da Guiné” constituiu o principal foco da missão, logo após a chegada à Ribeira Grande, pois a primeira preocupação do padre Barreira foi viajar para o continente africano. Este desejo concretizou – se em Dezembro de 1604, seis meses após a chegada à ilha de Santiago. A presença dos jesuítas nos Rios da Guiné e na Serra Leoa resultou de uma estratégia régia para a consolidação do seu poder na região, com vista à colonização do espaço, que permanecera até então, quase inexplorado. Através dos relatos dos dois principais missionários na Guiné, os padres Baltazar Barreira e Manuel Álvares ficamos com uma percepção do trabalho desenvolvido pelos padres da Companhia na região.

No início do trabalho apostólico, os jesuítas começaram por considerar os gentios da Guiné como sendo facilmente cristianizáveis. Todavia, os poucos anos de missão iriam revelar que os povos da costa ocidental africana possuíam manifestações culturais e hábitos ancestrais bem enraizadas, como a poligamia, cultos e rituais animistas e algumas cerimónias fúnebres, de que não abdicavam facilmente.

Na região, os jesuítas começaram a evangelização no seio das elites locais⁷¹. Numa tentativa de cativar os principais da terra para o catolicismo. Deram prioridade a conversão das crianças, filhos e sobrinhos da nobreza local, como de resto aconteceu no Brasil e na Ásia:

huã filha dELREY Farma, o mayor e mais poderoso daquellas partes , e porque ele mesmo a mandou ao padre pêra que a fizesse filha de Deos , que assy chamaom o fazerse christaõs; temos miuta confiança

⁶⁹ António Brásio, *Monumenta Missionária Africana*, 2.ª série, vols. III, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958, p.386

⁷⁰ MMA, Vol.IV, p.35

⁷¹ MMA, Vol.IV, p.202

em o senhor que cedo elle também hade de fazer o mesmo; será de 13 ou 14 annos e avia muito tempo que desejava ser do rebanho de christo; entre os mais que vieraom com esta menina do Reyno de Loguós [...] veo um sobrinho do deste Rey com o intento também de Christão [...]⁷²

Os Jesuítas preocuparam-se, com uma prévia preparação antes da administração do baptismo aos neófitos. O caminho para a conversão tinha que ser feito com o recurso ao ensino da doutrina cristã, a catequização, e a pregação⁷³.

Os inacianos administravam os sacramentos, como o baptismo, a confissão, a missa, e a assistência aos moribundos, estando presentes em todas as fases da vida do homem desde do nascimento até à morte. Trabalhavam na conversão dos gentios e na assistência espiritual às comunidades cristãs da Guiné e da Serra Leoa, sendo que na Quaresma o auxilio prestado era maior:

Assy como foy grande o sentimento de devoção em que todos causarão os offios da sagrada paixão, asy foy pera elles nova extraordinária a alegria que receberam os offios do sábadó santo e ressurreição do salvador. Neste dia concorrerão todos de madrugada à procissão que se fez com todos os instrumentos músicos, cantares e festas que naquellas partes foi possível fazeremse.⁷⁴

Está sempre presente nos relatos dos jesuítas a preocupação com os escravos que saíam da Guiné sem serem baptizados, temendo que estes não conseguissem a salvação eterna, por falta das águas do baptismo.

O efémero apostolado jesuíta na terra firme da Guiné, foi sempre condicionado pela falta de missionários e pelo rigor do clima, que causou muitas vítimas. Com a morte do padre Manuel Álvares em 1617, na Serra Leoa, e devido à precariedade da missão, o trabalho apostólico na costa africana terminou, ficando os poucos religiosos sobreviventes, remetidos á ilha de Santiago⁷⁵.

Em Santiago de Cabo Verde, as ocupações dos jesuítas passavam por “ [...]

⁷² Carta ânua da missão de Cabo Verde do ano de 1610 até Julho de 1611 in António Brásio, MMA, 2ª série, Vol.IV p.445.

⁷³ MMA, Vol IV, p.439.

⁷⁴ MMA, Vol.IV, pp. 444-445

⁷⁵ Maria Emília Santos e Maria João Soares, ob. cit. p. 443.

pregar todos os dias santos, confessar a todas as horas, fazer doutrinas, ler latim aos meninos e casos, aquém os ouvir [...]”⁷⁶; por outro lado, dedicaram – se à evangelização dos escravos. O baptismo dos negros foi uma grande preocupação dos religiosos, uma vez que, os senhores donos de escravos para fugir ao pagamento da verba prescrita para este sacramento, deixavam -nos morrer nas “trevas da gentilidade”. Para fazer face a este problema os jesuítas deram ordem aos meninos da cidade para os avisarem “ [...] de todos os pretos gentios em adoecendo, pêra serem baptizados [...]”⁷⁷.

A conversão ao catolicismo por parte dos gentios era feita de forma superficial, pois não esqueciam as suas práticas seculares bem enraizadas. Os jesuítas tentaram combater muitas destas crenças cultivadas pelos “cabo-verdianos” dos inícios do século XVII. Estas estavam ligadas à morte e a algumas doenças, que acreditavam ter origem no ódio. Para procurar a cura destas “enfermidades”, os moradores recorriam ao trabalho dos *Jabacouces*. Os religiosos queixavam-se de outros “pecados” que arruinavam a sociedade local, nomeadamente o facto de muitos moradores viverem em mancebia e de trabalharem aos domingos e dias santos. Na carta ânua dos anos de 1610 e 1611 o padre Baltazar Barreira, descreve uma grande fome que atingiu o arquipélago, em consequência de um dos inúmeros episódios de seca que ocorreu ao longo da sua história⁷⁸; para o jesuíta, a fome foi um castigo de Deus pelos comportamentos dos seus habitantes. Ainda, segundo o testemunho do padre, a chuva só voltou quando os moradores demonstraram arrependimento⁷⁹.

O ensino foi uma área privilegiada na cidade de Ribeira Grande. Um exemplo deste empenho na educação dos jovens encontra-se num relato deixado pelo padre António Dias⁸⁰, pelo qual afirma dar aulas de Português e Latim, a vinte alunos, em 1613⁸¹.

Nos primeiros oito anos de missão, tinham sido enviados doze missionários para a diocese. De 1612 a 1630, época que o padre Sebastião Gomes foi superior da missão, apenas cinco religiosos integraram o grupo. Este fraco número de missionários por si só

⁷⁶ António Brásio, *MMA ob. cit.* Vol.IV, p. 278.

⁷⁷ *MMA*, Vol.IV. p.278.

⁷⁸ Ver: António Correia e Silva, “Subsídios para a História Geral de Cabo Verde. As Secas e as Fomes nos séculos XVII e XVIII”, in *studia*, 53 (1994), pp 365 -382

⁷⁹ *MMA*, Vol.IV, pp. 465-466

⁸⁰ O padre António Dias foi superior da missão de Cabo Verde de 1630 a 1642.

⁸¹ António Brásio , *MMA*, 2ªsérie, vol.IV, p.538.

relewa as dificuldades por que a missão de Cabo Verde passava.

A relação da coroa com os missionários acabou por se tornar em Cabo Verde, umas das causas da fraqueza da missão, as negociações dos jesuítas com a coroa foram sempre inconclusivas⁸², principalmente no refere a proposta da coroa para a fundação da casa de Santiago. Por outro lado, os conflitos em que os missionários se viram envolvidos, respeitantes ao pagamento das ordinárias, a algumas heranças, a desavenças com bispos e autoridades locais, constituíram uma variedade de causas externas a missão, que levou a sua estagnação e conseqüente fim.

Um claro exemplo desta cisão dos padres com a sociedade santiaguense esta numa carta do padre jesuíta Sebastião Dias, de 30 de Maio de 1627, pela qual o sacerdote considera a missão como fracassada e pede a saída dos missionários do arquipélago. Começa por mencionar as “[...] contradições, estorvos, e inconvenientes [...]” da permanência na ilha⁸³. Queixa-se do rigor do clima, que havia ceifado a vida de muitos irmãos e padres e da “perseguições das gentes da terra”.

Fazendo uma clara caracterização dos moradores, afirma:

“A gente desta ilha hé muy pouca, e se entre todos os moradores della se acharem vinte homnes da governança que de todo seião brancos e destes não raro são os que não seião da nação[judeus] [...] mais os que mais se notam são treiçois, injurias, falsidade e sobretudo um vicio o vicio torpe, por onde raros são aqui dos nascidos na ilha os que são legítimos.”⁸⁴

A missão durou 38 anos; os últimos anos foram caracterizados pela ruptura dos padres com a sociedade local, o que levou ao abandono do arquipélago em 1642. A missão havia conhecido 21 missionários, um número bastante reduzido, dada a vastidão da diocese e as muitas mortes no seio dessa comunidade.

Em 1653, os jesuítas decidiram formalmente o final da missão de Cabo Verde, e começou -se a organizar em Portugal uma missão de Franciscanos Capuchinhos da Província da Piedade para dar continuidade a evangelização na diocese.

⁸² Nuno da Silva Gonçalves *ob. cit.* p. 197

⁸³ MMA, Vol V, p. 179.

⁸⁴ *MMA*, Vol V., p. 184.

Segunda Parte
As Missões Franciscanas na Guiné

Capítulo I

Franciscanos Capuchinhos e Capuchos e a Evangelização da Guiné

A região dos rios da Guiné, compreendia a zona da África atlântica que vai desde do rio Senegal até a Serra Leoa; correspondia, assim, a um espaço vasto e heterogéneo, onde durante séculos, a presença portuguesa foi essencialmente comercial, com a criação de entrepostos integrados nas rotas africanas e atlânticas⁸⁵. A par dos luso-africanos e europeus empenhados na empresa mercantilista, os missionários, contribuíram para assegurar a presença europeia naquelas paragens. O anúncio do Evangelho e a transmissão dos valores do Cristianismo, foi tarefa, confiada a estes missionários. Na Europa, estes religiosos eram homens, que renunciaram à vida secular, entregando-se à vida religiosa. Na “Guiné do Cabo Verde” eram europeus frágeis, incumbidos da conversão dos gentios, tarefa, nem sempre fácil. Pois estava condicionada pelo clima e pelas doenças que ceifaram muitas vidas, pelas autoridades portuguesas, no caso dos missionários estrangeiros, pela debilidade das condições de vida no sertão africano e pelo isolamento a que ficavam sujeitos longe dos rios e portos de navegação.

A história da igreja católica na Guiné, foi marcada pelas missões franciscanas, do século XVII, que deram o seu contributo para o desenvolvimento do catolicismo na região, convertendo muitos reis africanos⁸⁶ e seus súbditos.

Na centúria de Seiscentos, frades da família franciscana, capuchinhos franceses da Província da Normandia, capuchinhos espanhóis da Província da Andaluzia e os capuchos portugueses das províncias da Piedade e da Soledade, missionaram na Guiné.

Os missionários franceses e espanhóis foram enviados pela Congregação para a

⁸⁵ Cf. José da Silva Horta, *A representação do africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453 -1508)*, dissertação de mestrado em História Moderna, apresentada a faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990; Julião Soares Sousa, *A Guiné na Literatura Portuguesa de Viagens (Séculos XV -XVII)*, Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

⁸⁶ O nosso trabalho foi realizado com base em fontes europeias, nestes documentos o chefe local africano, a sua família, bem como os seus os “principais da terra” são denominados por termos europeus, desta forma ao longo deste trabalho e de acordo com a documentação aparecem os termos: rei, fidalgo e príncipe; sobre a organização social dos povos da Costa Ocidental Africana ver: José da Silva Horta, *ob. cit.* pp. 207 - 224.

Propaganda Fide. Os primeiros, missionaram na década de 30 do século XVII, época conturbada, principalmente pela entrada de potências não - ibéricas na disputa dos territórios ultramarinos. Por isso os religiosos franceses representaram uma ameaça à hegemonia da coroa lusa na região.

Seis anos após a Restauração, os frades da Andaluzia chegaram na Guiné. Representavam “ o inimigo espanhol” e, deste modo, os quase quarenta anos (1646 - 1686) na região foram condicionados pela luta portuguesa pelo reconhecimento da independência face a vizinha Espanha.

Para fazer face à falta de clero na diocese de Cabo Verde e pôr fim a presença de missionários estrangeiros na Costa Ocidental Africana, D. João IV preparou uma missão para a diocese. A partir de 1657, os frades da província da Piedade começaram a evangelizar na região, e em Fevereiro de 1674, chegaram os primeiros missionários portugueses da província da Soledade.

Até à segunda metade do século XVII, a Guiné viveu numa situação de marginalidade, no que diz respeito a assistência religiosa. Nos primeiros anos, do século, a efémera missionação jesuíta, embora transitória, inaugurou um projecto de evangelização da Guiné, no sentido de que foi a primeira missão direccionada para a região. Autores, como o cabo-verdiano André Alvares de Almada e o capitão, Francisco de Lemos Coelho, registaram nas suas páginas o abandono espiritual em que viviam as poucas comunidades cristãs da região. Se não existiam clérigos para dar conforto espiritual aos cristãos, muitos menos, existiam missionários para cuidar da cristianização dos guineenses. A partir da segunda metade do século XVII, o padroado português, confiou a conversão dos gentios guineenses aos capuchos portugueses. A missão espanhola enviada pela Propaganda Fide permaneceu até a década de 80. Sendo assim, a segunda metade do século XVII correspondeu a uma época de florescimento missionário na região, apesar dos conflitos multinacionais.

Criada por volta de 1525, na província das Marcas, Nordeste italiano, junto ao Adriático. A ordem dos frades menores capuchinhos⁸⁷ constituiu uma das maiores reformas surgidas no seio da Ordem Franciscana. O seu fundador Mateus de Bascio, um jovem sacerdote que na Província das marcas, fazia parte dos observantes⁸⁸, grupo que

⁸⁷Cf. Albino Felicíssimo, “Capuchinhos (Ordem dos Frades Menores Capuchinhos)” in *DHRP* Dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000, pp. 288 -294.

⁸⁸ O movimento da observância apareceu na Itália e pouco depois na França e na Espanha. Os

reclamava a faculdade de observar à letra a regra franciscana.

Os capuchinhos distinguem-se pela simplicidade do vestuário, com um hábito de capuz pontiagudo, pequena capa, sandálias e uso de barba. Espiritual e doutrinalmente, sublinhavam certos pontos da espiritualidade franciscana: como a observância literal da regra, no qual estava incluído o testamento do fundador; distribuição do tempo entre a oração, descanso e apostolado, com acento na oração contemplativa. A austeridade e a pobreza, tanto individual como colectiva era garantida pela renúncia à privilégios concedidos diversos papas à Ordem Franciscana, renúncia a remuneração de trabalhos apostólicos e recurso a mendicância como forma de subsistência.

No que toca ao apostolado a preferência ia para a pregação popular e para as missões entre os “infiéis”. Estas e outras determinações das Constituições de Albacina (1529) foram revistas em 1536. Em 1574, os Capuchinhos estabeleceram-se em França e daí espalharam-se pela Europa.

A ordem dos frades menores conhecidos por Descalços, Alcantarinos ou Capuchos, surgiu em 1561. Os frades da estrita observância em Espanha recebem o nome de “Descalços” (porque os mais rigorosos nem usavam sandálias), “Alcantarinos” (por influencia marcante de São Pedro de Alcântara no movimento) e em Portugal “Capuchos” ou membros do “Instituto Capucho” (devido ao formato pontiagudo do capelo). Este grupo estava ligado hierarquicamente ao tronco principal da observância sob a dependência do mesmo ministro geral. Mas beneficiava de uma certa independência e obteve constituições próprias em 1642 e um procurador-geral privativo em Roma em 1703⁸⁹.

Estes dois ramos da família franciscanos participaram de forma activa no processo da evangelização da costa africana. Os primeiros missionários capuchinhos chegaram em 1634, regressando alguns meses depois a França. Em 1637, um grupo de quatro franciscanos franceses desembarcam na Guiné, permanecendo até meados de 1638, saindo voluntariamente da região, após alguns problemas com as autoridades portuguesas. Em 1647, chegaram os primeiros missionários espanhóis a Guiné. Os espanhóis missionaram durante cerca de 40 anos, coexistindo com a presença de capuchos portugueses enviados pelo Padroado. Os capuchos portugueses, primeiro da

seus defensores insistiam na observância integral da regra da Ordem Franciscana, praticavam na austeridade e pobreza, privilegiavam a oração mental e a pregação popular e se localizavam em sítios ermos e nos meios rurais.

⁸⁹ António Montes Moreira “Franciscanos” in *DHRP*, p. 276

província da Piedade, e mais tarde da província da Soledade trabalharam na Guiné, durante toda a segunda metade do século XVII.

No próximo ponto deste trabalho passaremos a analisar o caso da missão dos franceses nesta zona do continente africano, enviados pela Propaganda Fide e apadrinhados pelo monarca francês.

Capítulo II

Missões da Congregação para a Propaganda Fide

Uma década após a sua criação, a Propaganda Fide ocupa-se da missionação da Costa africana. Até a época, a evangelização no bispado de Cabo Verde tinha estado em regime de exclusividade sob a tutela do Padroado Português. A vastidão do território ultramarino e as limitações de recursos humanos e financeiro impossibilitaram o padroado português de cumprir com todas as suas responsabilidades⁹⁰.

Nesta perspectiva, a Santa Sé através da Propaganda Fide começou a tomar a seu cargo as iniciativas missionárias no ultramar. Salvo a missão dos jesuítas, o padroado português não conseguiu prover missionários para a região da Guiné e da Serra Leoa, durante a primeira metade da centúria de Seiscentos.

Em 1633, a Congregação de Roma decide arranjar missionários para a Guiné. O convite foi aceite pelos capuchinhos franceses da Normandia. De Novembro de 1634 a meados de 1638, capuchinhos franceses desembarcaram na Guiné, com vista a constituir uma missão, que todavia fracassou. A propaganda Fide não desistiu de enviar missionários para a região. Após algumas negociações, os capuchinhos da Andaluzia, foram enviados para a região. Os espanhóis chegaram em 1467, em plena Guerra da Restauração. Ao contrário da missão dos religiosos franceses, esta missão que sofreu fortes oposições por parte das autoridades portuguesas vingou nos rios da Guiné e na Serra Leoa durante quarenta anos.

2.1- Missionários Estrangeiros nos Rios da Guiné - O Caso dos Capuchinhos Franceses

Durante o século XVII, o continente africano, tal como o Brasil e a Ásia, foi palco de inúmeros conflitos que opuseram os portugueses a outros povos europeus⁹¹.

⁹⁰ Nuno da Silva Gonçalves, “Padroado” in *DHRP* Dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 364-368

⁹¹ Vide Filipe Nunes Carvalho, “A disputa pelo domínio dos portos e ilhas de África” in

Neste século, foram os holandeses os principais adversários dos portugueses. Envolvida na guerra dos Oitenta Anos contra a Espanha, a Holanda encontrou na União Ibérica um pretexto para atacar as áreas de influência portuguesa. Porém, em 1640 apesar da Restauração da independência lusa, a Holanda prosseguiu as suas investidas.

A presença europeia no continente africano era essencialmente litorânea, grupos de indivíduos instalavam-se em ilhas e portos estratégicos da costa, beneficiando da supremacia bélica sobre os povos autóctones e do estabelecimento de alianças com as autoridades locais. Promoviam um comércio lucrativo, em que quase sempre o escravo tinha um papel preponderante⁹².

As feitorias e fortalezas erguidas ao longo da costa constituíam símbolos da presença europeia, as ligações com o interior eram sempre entregues aos africanos ou a europeus que tendiam a um desvinculamento progressivo da cultura europeia, como era o caso dos lançados⁹³.

Desta forma, os conflitos que opuseram portugueses a outros europeus, foram justificados pelo controle das ilhas e portos estratégicos, com um intuito de disputar os lugares mais importantes no tráfico.

Mais concretamente, na costa da Guiné, a região da Mina foi desde muito cedo cobiçada pelos castelhanos, mas com o tratado de Alcáçovas⁹⁴ em 1479 os Reis Católicos renunciaram as suas pretensões sobre a Guiné, seguindo-se um período de meio século em que predominou a hegemonia portuguesa na região.

A partir de meados do século XVI, foram registadas incursões de navios franceses e ingleses na costa. Um tratado celebrado entre portugueses e ingleses em 1576 pôs fim às viagens inglesas à Mina até ao fim do século. Com o decorrer dos anos, a situação tendeu a piorar, um exemplo desta situação foi o saque da vila da Praia na Ilha de Santiago, durante dez dias em Setembro de 1598⁹⁵.

Com vista, a por termo à concorrência estrangeira nos seus domínios, Filipe II,

Portugal no Mundo, dir de Luís de Albuquerque, vol.V, Publicações Alfa, pp. 125 -138

⁹² ver: Marília Lopes, "A exploração económica da Guiné e de Cabo Verde nos Séculos XV e XVI in *Portugal no Mundo*, vol I, pp. 250 -263

⁹³ Sobre os lançados ver: Maria Emília Madeira Santos, Os primeiros "lançados" na costa da Guiné: aventureiros e comerciantes in *Portugal no Mundo*, vol.II, pp. 125-136

⁹⁴ O Tratado das Alcáçovas, também denominado de Tratado das Alcáçovas-Toledo, foi um diploma assinado entre Afonso V de Portugal e os Reis Católicos, no desenvolvimento da Guerra da Beltraneja. Foi inicialmente assinado na vila portuguesa de Alcáçovas, no Alentejo, a 4 de Setembro de 1479, colocando fim à Guerra de sucessão de Castela (1479-1480) e posteriormente ratificado na cidade castelhana de Toledo, a 6 de Março de 1480; cf. João Paulo Oliveira e Costa, "D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II" in *Mare Liberum*, Nº 17, Junho 1999, pp. 39-71

de Espanha, determinou através de uma lei de Março de 1605 a saída de todos os estrangeiros da Índia, do Brasil, da Guiné e dos arquipélagos de São Tomé, Cabo Verde, Açores e Madeira⁹⁶.

Em 1628, os Holandeses protagonizaram uma tentativa de se assenhorearem da ilha de Santiago, em Cabo Verde, incursão que se revelou falhada graças a resistência de uma companhia de milícias⁹⁷. Obtiveram melhores resultados em Benzeguiche, na costa da Guiné, que depois de fortificada, passou a ser uma importante base, do processo expansionista da Holanda. O seu principal objectivo continuava a ser a conquista do forte da Mina. Em Agosto de 1637, uma poderosa força militar flamenga desembarcou entre o Cabo do Corso e o forte da Mina. Juntaram a eles, algumas centenas de africanos, os portugueses tiveram que se resignar e partir para a ilha de São Tomé.

Em meados do século XVI os franceses começaram a frequentar a costa do Cabo Verde e depois de 1580 os ingleses apoiando as pretensões de D. António Prior do Crato (1531-1595) ao trono português, começaram a estabelecer na Costa. André de Álvares de Almada escreveu que o porto de Bizinguiche “ [...] é uma baía muito formosa, morada contínua dos ingleses e franceses, donde podem estar muitas naus sem perido de tempo, por ser abrigada dos ventos.”⁹⁸

André Donelha, autor da “Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde (1625)”⁹⁹, aborda a questão da entrada de agentes franceses no resgate no rio Senegal, justificando o declínio do comércio externo do arquipélago de Cabo Verde, como consequência da entrada dos agentes franceses na disputa do trato na costa ocidental africana: “O trato antigo desta ilha de Santiago que nas partes de Guiné fazia era do rio Sanaga até a Serra Leoa. O resgate de Sanaga durou pouco mais de sessenta anos; por acusa dos piratas franceses se perdeu de então pêra cá, que há mais de cem anos”¹⁰⁰

No que toca a missionação, com a morte do padre Manuel Álvares na Serra Leoa

⁹⁵ Filipe Nunes Carvalho *ob.cit* p. 128

⁹⁶ Idem

⁹⁷ Idem

⁹⁸ André Álvares Almada, *Tratado Breve dos Rios da Guiné* in MMA, África Ocidental 2º serie, vol III, p. 249

⁹⁹ André Donelha, *Descrição da Serra Leoa e dos Rios da Guiné do Cabo Verde (1625)* edição do texto em português, introdução, notas e apêndices por A. Teixeira da Mota e Paul Hair, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do ultramar, Centro de Estudos de Cartografia Antiga, Lisboa, 1977, p. 122

¹⁰⁰ Idem

em 1617, findou-se o trabalho missionário da Companhia de Jesus nos rios da Guiné. A falta de religiosos e as condições internas da missão foram obstáculos para o envio de novos missionários da ordem para a região. A recém criada Congregação para a Propaganda Fide, decidiu tomar ao seu cargo a “conversão das almas” naquela região africana, neste sentido dirigiu um convite ao provincial dos Capuchinhos da Normandia, em 24 de Junho de 1633¹⁰¹.

Todavia, antes de aceitar a missão, a província francesa enviou dois capuchinhos normandos, os padres Aleixo de Saint-Lô e Bernardinho du Renouard para a Guiné. Os dois capuchinhos embarcaram em 11 de Outubro de 1634, no porto de Dieppe. Esta viagem teve como principal objectivo, fazer um reconhecimento e exploração da região.

A viagem dos religiosos franceses para a costa africana ficou registada na obra do padre Alexis de Saint-Lô , *Relation du Voyage du Cap- Vert*, publicada originalmente na capital francesa em 1635¹⁰². No capítulo III da relação, intitulado “descouuert du cap-vert e des habitantes du pays”,¹⁰³ o autor informa que ancoraram ao porto de Rusfisque¹⁰⁴ (perto da actual Dakar) em 3 de Novembro de 1634.

A povoação de Rusfisque, nome adoptado pelos franceses desde inícios do século XVII, era o Recife ou Arrefice de Cabo Verde para os portugueses. Em 1629, neste porto, o governador João Pereira Corte Real foi expulsar com ordem régia os judeus portugueses que ali tinham uma sinagoga¹⁰⁵.

Neste porto, os capuchinhos foram bem recebidos por uma pequena comunidade de católicos e foram informados de que muitas pessoas aguardavam o momento de receber o sacramento do baptismo. Na relação constam os nomes de algumas dezenas de africanos baptizados, alguns gentios, sendo a maioria filhos de cristãos por eles, bem como os nomes dos seus respectivos padrinhos. Estes baptismos no seio destas comunidades que viviam sem a presença de um padre, significa que o contacto com os leigos católicos podem levar à conversão.

¹⁰¹ Leite de Faria, “A primeira Missão dos Capuchinhos em Cabo Verde” (Separata da Colectânea de estudos, 2ª série, ano V, nº 1) Braga 1954, pp. 10 -18 (ver)

¹⁰² Alexis de Saint – Lô, *Relation du Voyage du Cap- Vert*.. A Paris, Chez François Targa, au premier piller de la grand’salle du Palais, devant la Chapele, au Soleil d’or. M. DC. XXXVII. Avec le Privilege du Ron

¹⁰³ Idem p.12

¹⁰⁴ Os jalofofos eram considerados pela literatura da época como sendo os primeiros povos que habitavam a margem esquerda do rio Senegal, o rei dos jalofofos (Grão - falofó) era imperador e vivia em Encalhor, e tinha muitos reis que lhe prestavam vassalagens.

¹⁰⁵ Filipe Nunes Carvalho *ob.cit* p. 128

Os missionários seguiram depois para o Cabo Gaspar¹⁰⁶ a oeste e em Janeiro de 1635 passaram a Portudal ou porto do Ale, Seraine e Joala, portos a sudoeste de Rusfisque. Os portugueses das povoações de Recife, Seraine, Portudal e Joal tinham pouca comunicação com Cabo Verde e Cacheu, devido a forte presença holandesa em Berzeguiche.

Iniciaram a viagem de regresso a França em 15 de Maio¹⁰⁷ do mesmo ano. De Joala enviaram uma lista, com a data de 26 de Janeiro de 1635 com os nomes de 44 pessoas baptizadas por eles¹⁰⁸. No entanto, na relação do padre Alexis de S. Lo consta registos de nomes de mais de 50 neófitos.

O visitador e vigário de Cacheu comunicou a presença destes missionários ao bispo de Cabo Verde, D. Frei Lourenço Garro (1625 -1646), que por sua vez em carta ao rei D. Filipe III, de Portugal, informou sobre a presença destes religiosos na Guiné e do seu trabalho apostólico, dando conta da relação dos baptismos de gentios por eles feita. Dada a falta de clero na diocese e das noticias que teve de “[...] fazerem suas doutrinas e administrar os sacramentos com grande aproveitamento das almas[...]”, o bispo mandou agradecer-lhes o esforço missionário naquela região do seu bispado¹⁰⁹.

Em consulta de 20 de Setembro de 1635 sobre a carta do bispo, a Mesa da Consciência e Ordens foi de parecer que sendo o porto de Joala, onde se encontravam os dois capuchinhos franceses, uma zona estratégica, situada a trinta léguas a sudoeste do Cabo Verde e setenta léguas da ilha de Santiago, não era conveniente ter missionários estrangeiros na região.

“[...] ruins consequencias consentiremse estrangeiros, ainda que religiosos nas conquistas destes reynos e andarem pregando nellas e fazendo officios de parrochos sem licença e ordem de V. magestade. E que deve V. magestade mandar estranhar ao bispo aver dado graças a estes estrangeiros sem que primeiro viessem amostrar os titulos que traziam, e serem examinados pelo mesmo bispo [...]”¹¹⁰

¹⁰⁶ O Cabo Gaspar é onde actualmente se situa a cidade de Dakar, capital da Republica do Senegal.

¹⁰⁷ Alexis de Saint – Lô, *ob. cit.* p. 205

¹⁰⁸ António Brásio, *Momumenta Missionaria Africana*, 2º série, Africana Ocidental, Vol.V, Academia portuguesa da História, 1979, pp. 268 -271

¹⁰⁹ MMA, Vol.V p. 280

¹¹⁰ MMA, Vol.V p. 281

A mesma opinião tinha, a Mesa da Consciência e Ordens¹¹¹, que condenou a ida dos missionários franceses, não aprovando a presença de religiosos estrangeiros enviados pela Propaganda Fide, com o consentimento de outro monarca, que não fosse o rei de Portugal. Neste caso, o rei francês, Luís XIII (1610 – 1643), havia de certa forma apadrinhado esta missão. Para aquele tribunal os religiosos deviam ser enviados com a devida autorização do padroado português e a viagem para o continente africano devia ser feita a partir da cidade de Lisboa.

O Conselho de Estado, também se pronunciou sobre o assunto, aconselhando o envio dos missionários para Lisboa, por representarem uma ameaça o facto dos “ [...] franceses vão metendo pee na costa da Guiné, e com o pretexto de salvação das almas andavam dous capuchos franceses [...]”¹¹².

Tanto o Mesa da Consciência e Ordens como Conselho de Estado emitiram pareceres pelos quais, a solução do problema da presença de padres estrangeiros na costa da Guiné, passava por dar um novo impulso a missão dos religiosos da Companhia de Jesus da ilha de Santiago, construindo uma Casa Professa, que funcionaria como uma sede para as missões da Guiné e da Serra Leoa. Esta havia sido de facto, um dos principais objectivos da missão jesuíta sedeadada na cidade de Ribeira Grande.

A intenção de implantar em Cabo Verde uma instituição de ensino para a formação de clérigos, com vista a evangelização na diocese era anterior à missionação jesuíta na diocese. D. Sebastião (1557 -1578), por carta régia de 12 de Janeiro de 1570 ordenou a fundação em Santiago de um seminário. A futura instituição foi dotada de uma renda anual de 200.000 réis, e tinha por finalidade a administração do ensino aos mais novos, o monarca ordenou que “ [...]no dito seminario se doutrinem alguns moços em bons costumes e doutrina [...]”¹¹³. Aquando, das negociações para a fundação da missão dos padres da Companhia de Jesus a necessidade de uma instituição de ensino voltou a estar patente. Porém, a missão jesuítica estabeleceu-se na diocese, mas em matéria de construção do colégio, a coroa luso -espanhola e a ordem religiosa, nunca chegaram a um consenso, continuando as negociações até ao fim da missão, em 1642.

Quando os capuchinhos franceses e a Propaganda Fide articulavam a implementação de uma missão na região, os jesuítas já não missionavam na costa

¹¹¹ Tribunal instituído por D. João III em 1532, com a função de tratar de assuntos relativos ao direito e administração dos mestrados das Ordens.

¹¹² António Brásio, *ob. cit.*, Vol . V, p. 283

¹¹³ António Brásio, *ob. cit.* Vol.III, p. 7.

africana, como vimos anteriormente. Na década de 30 do século XVII, a missão sedeadada na Ribeira Grande passava por momentos difíceis, tendo terminado poucos anos depois. Os problemas relacionados com o sustento dos religiosos, a tensa relação dos padres com os órgãos de poder local e eclesiásticos do arquipélago, a carência de religiosos, os muitos pedidos dos moradores para o envio de uma nova missão composta por franciscanos capuchos portugueses da província da Piedade, constituem o panorama missionário da diocese nesta época.

Em Novembro de 1634, o provincial dos capuchinhos da Bretanha¹¹⁴ nomeou um grupo de missionários para a missão da Guiné, e o padre Angélico de Nantes foi escolhido para superior da missão. Porém, este grupo nunca chegou a viajar para África.

O monarca francês, Luís XIII, em carta de 30 de Setembro de 1635, ao provincial dos Capuchinhos da Normandia, solicitou capuchinhos da província para o auxílio espiritual dos franceses que habitavam “ [...] en l’île de St. Christophle et autres isles voisines, comme aussi en la coste du Cap Verd et de Cenegal [...]”¹¹⁵, também requereu à Propaganda Fide as faculdades para os missionários destinados ao Cabo Verde e as ilhas de São Cristóvão¹¹⁶. O pedido do rei foi respondido favoravelmente por um decreto da congregação de Roma e confirmada pela província da Normandia em 1636¹¹⁷.

A princesa Margarida de Sabóia, duquesa de Mântua¹¹⁸ em carta, de 2 de Abril de 1636, ao bispo de Cabo Verde, ordenou o embarque dos capuchinhos franceses para o reino, e informou que se encontrava a tentar solucionar o problema da construção do colégio jesuíta na diocese¹¹⁹. Devido a morosidade de comunicação entre as ilhas e Lisboa, à data da carta, os dois capuchinhos, Aleixo de Saint – Lo e Bernardinho du Renouard já se encontravam em França.

Entretanto, na Europa as negociações entre a província francesa e a Propaganda Fide continuavam para o envio de uma missão dos capuchinhos franceses para a costa africana. O novo grupo foi constituído por quatro religiosos, incluindo os dois padres

¹¹⁴ António Brásio, *ob. cit.*, Vol. V p. 163

¹¹⁵ MMA, Vol.V, p. 286

¹¹⁶ MMA, Vol.V, p. 294

¹¹⁷ MMA, Vol.V, p. 296

¹¹⁸ A duquesa de Mântua foi nomeada regente de Portugal durante o reinado de D. Filipe III de Portugal em Janeiro de 1634, filha de Carlos Emanuel I, duque de Sabóia (1562-1630) e da infanta Catarina Micaela de Espanha (1567-1597), era prima direita de Filipe III de Portugal e estava encarregue do governo do reino quando se deu a Restauração.

¹¹⁹ MMA, Vol.V, p. 299

que estiveram na Guiné. Em 1637, os capuchinhos Alexis de Saint - Lô, Bernard du Renouard, Gervasio de Argentam e André de Constances, partiram para a costa da Guiné, constituindo a primeira missão de religiosos franceses naquela região.

Em Março de 1637, quando a Propaganda Fide confirmou definitivamente os missionários para a Guiné, estes já se encontravam na região, por ordem de Luís XIII.

O vigário de Cacheu, o padre João de Almeida escreveu à Princesa Margarida sobre a presença deste novo grupo de religiosos franceses, e em Outubro de 1637, a regente escreveu ao bispo ordenando o envio destes mesmos missionários para Lisboa. A missão acabou por ser interrompida prematuramente, com a saída dos missionários da Guiné, em meados de 1638. O provincial dos capuchinhos da Normandia, escreveu a congregação para a Propaganda Fide, quase dois anos depois da retirada dos frades, em 28 de Maio de 1640¹²⁰, explicando os motivos do abandono da missão, alegando que os inconvenientes para a continuação do trabalho foram as dificuldades que missionários enfrentaram devido ao clima pouco sadio e à situação de abandono a que se encontravam remetidas as comunidades cristãs da região por parte do bispo, queixando-se das actividades do visitador, o padre João de Almeida, que não se deslocava junto das comunidades de Cassamansa em missão apostólica, acusa-o de fazer negócio a custa dos baptismos. Desta forma, apesar das diligências das autoridades portuguesas para afastar os religiosos, a oposição das autoridades portuguesas face a missão não foi um dos motivos apresentados pelo provincial para justificar a retirada dos missionários. O fim daquele missão deveu-se a falta de logística e a incapacidade dos frades em se adaptarem ao meio e a situação da igreja na região.

Estas comunidades viviam isoladas, ocasionalmente o bispo de Cabo Verde, D. Frei Lourenço Garro conseguia enviar um sacerdote para dar a assistência a comunidade cristã.

Esta presença de missionários franceses na costa da Guiné foi transitória, compreendendo dois momentos, a primeira, uma missão puramente exploratória da região e das suas gentes, a segunda, claramente uma tentativa de implantar uma missão que de acordo com as vicissitudes da época não teve êxito. Esta foi a primeira missão para a região da Guiné enviada pela Propaganda Fide, entrando em desacordo com os interesses da monarquia luso-espanhola e do padroado. Não obstante, o provimento de assistência religiosa para as zonas de sua jurisdição ser da responsabilidade do padroado

português, este não conseguia dar resposta às necessidades espirituais das comunidades católicas da região e nem ao fomento do surgimento de novos cristãos.

A assistência destes capuchinhos franceses causou alguns incómodos para as autoridades portuguesas no Reino, na medida que, o que estava em causa não era a propagação da fé cristã, mas sim, a defesa de um território que se encontrava sob ameaça constante. A presença de estrangeiros nos domínios portugueses, mesmo sendo religiosos, representava uma fonte de perigo, para o comércio português na costa ocidental africana.

Mais de uma década depois da saída dos religiosos, a Propaganda Fide enviou uma nova missão de capuchinhos espanhóis para as terras africanas do bispado de Cabo Verde, que passaremos a analisar no próximo ponto deste trabalho.

¹²⁰ MMA, Vol.V, p. 337

2. 2- Os Capuchinhos Espanhóis e a Missão nos Reinos dos Negritas

Neste capítulo, propomos -nos analisar a missão dos Capuchinhos espanhóis da Província da Andaluzia na Guiné (1647 - 1687), apadrinhada pela Congregação para a Propaganda Fide. Esta missão decorreu num século marcado pela afluência de novas potências europeias às regiões ultramarinas, pela Restauração portuguesa e consequente guerra com a Espanha, pelo corte das relações entre Portugal e a Santa Sé, e pela crescente actuação da Propaganda Fide nos territórios de jurisdição do Padroado Português.

Nestas linhas interessamos sobretudo analisar a dinâmica missionária, tendo em conta o contexto sócio - político, vivido na segunda metade do século XVII.

Dispomos de uma variedade de fontes para o estudo deste caso: os relatos detalhados dos missionários, a correspondência entre a coroa portuguesa e oficialato régio em Cabo Verde e também as comunicações estabelecidas entre os missionários, a Congregação para a Propaganda Fide e a Província dos capuchinhos da Andaluzia.

Após a Restauração, a diocese de Cabo Verde debatia-se com a falta de missionários. Os jesuítas como vimos, abandonaram a missão de Cabo Verde em 1642 e as ordens religiosas estabelecidas em Portugal não responderam ao convite régio para abraçar a evangelização na diocese¹²¹. Para fazer face, a fraca assistência religiosa na costa da Guiné, D. João IV (1640 - 1656), em carta ao vigário de Cacheu, padre João de Almeida, de 7 de Outubro de 1644, ordenou que os moradores de Gâmbia, Geba e demais povoações fossem viver em Cacheu, para “[...] com isso viverem e morrerem com os Sacramentos da Santa Igreja Católica [...]”¹²². Em carta de 6 de Junho de 1647, ao deão, dignidades e mais o cabido da Sé de Ribeira Grande, o monarca português ordena que não enviassem mais visitantes aos moradores de Geba por lhes ter ordenado que recolhessem a Cacheu¹²³. Ao mesmo tempo, escreveu ao bispo de Cabo Verde, frei D. Lourenço Garro ordenando que não consentisse a presença de religiosos estrangeiros na sua diocese.¹²⁴

¹²¹ Henrique Pinto Rema, *História das Missões Católicas da Guiné*, Braga, Editorial Franciscana, 1982, pp. 118, 119

¹²² MMA, Vol.V, 374

¹²³ AHU – Conselho Ultramarino, cód. 275, fl. 108v

¹²⁴ Henrique Pinto Rema, “A Primeira missão franciscana na Guiné (séculos XVII- XVIII)”,

A missão dos capuchinhos espanhóis iniciou-se durante o período da Guerra da Restauração (1640 - 1668), que opôs Portugal a Espanha, mas como veremos na área da Guiné as relações comerciais luso-espanholas reataram-se muito antes do fim da guerra, devido as necessidades mútuas de alimentar o trato negreiro para as Índias de Castela¹²⁵. A dinastia de Bragança debateu-se com muitos problemas para afirmar Portugal como um reino independente e reconhecido internacionalmente¹²⁶. A política externa de Portugal privilegiou a paz com a Holanda e a possibilidade de vir a conseguir o apoio militar e diplomático dos inimigos de Espanha¹²⁷. Para os Holandeses, firmar a paz com Portugal significaria o fim das suas pretensões sobre as conquistas da Ásia e do Atlântico, desta forma estiverem relutantes em assinar qualquer tratado de paz até 1661. No entanto, a pouco e pouco, Portugal foi perdendo uma parte das possessões que ainda detinha no oceano Índico¹²⁸. No Atlântico, perdeu o Nordeste do Brasil, e 1630, Luanda e de São Tomé em 1641, que foram reconquistados mais tarde.

A presença de missionários espanhóis nas possessões portuguesas da costa africana constituiu uma ameaça constante. A Guiné, de igual modo aos restantes territórios de domínio lusitano, encontrava-se a data da Restauração sob forte pressão dos rivais europeus. Na costa os portugueses enfrentavam a concorrência comercial de franceses, ingleses e holandeses¹²⁹, e a restauração teve consequências ao nível regional para a “terra firme da Guiné”, pois afectou directamente o comércio local, com a proibição régia de negociarem com espanhóis.

O trato de escravos da costa guineense vivia principalmente do comércio com a América espanhola. Esta medida fez paralisar a vida económica, originando solicitações dos principais moradores de Cacheu para que Portugal solucionasse o problema do declínio do comércio negreiro. Para fazer face ao problema, D. João IV autoriza o resgate de escravos com o Brasil e o incremento das relações comerciais com o

Boletim Cultural da Guiné, vol 22, Nº 89- 90 (1968). p. 94

¹²⁵ Cf. Maria Manuel Ferraz Torrão, “Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento” in *HGCV*, Vol II, pp. 114- 123; Maria Luísa Esteves, *Gonçalo de Gamboa de Aiala, Capitão-Mor de Cacheu, e o Comércio Ngreiro Espanhol (1640 -1650)*, IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu 1588 - 1988, Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1988

¹²⁶ Sobre este assunto ver: Leonor Freire da Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006; Ângela Barreto Xavier, Pedro Cardim, *D. Afonso VI*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006; Pedro Soares Martínez, *História Diplomática de Portugal*, 2º Ed. Editorial Verbo, 1992, pp. 133 -158

¹²⁷ Cf. Rui Ramos (coord.) *História de Portugal*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2009, pp. 302-308

¹²⁸ Cf. Glenn J. Ames, *Renascent empire: the house of Bragança and quest for stability in portuguese mansoon Asia c. 1640 – 1683*, Amesterdão: University Press, 2000.

¹²⁹ Maria Luísa Esteves, *ob. cit.* p. 2

arquipélago cabo-verdiano. O corte do circuito Guiné – Índias de Castela desenvolveu um desequilíbrio na estrutura económica da região culminando com a pretensão dos homens de negócio da Guiné de emigrarem para Santiago de Cabo Verde¹³⁰.

Para amenizar esta questão, D. João IV ordenou a construção da fortaleza de Cacheu e consequentemente nomeou Gonçalo de Gamboa de Aiala, como capitão e feitor de Cacheu, por carta régia de 16 de Julho de 1641¹³¹.

É neste contexto, que se iniciou a evangelização de capuchinhos espanhóis na Guiné; esta presença em solo africano perdurou por mais de quarenta anos. O ano de 1646 ficou marcado pela chegada à Guiné de um primeiro grupo de missionários espanhóis enviados pela Congregação pela Propaganda Fide. Esta missão surgiu no seguimento de um pedido de apadrinhamento para os seus missionários destinados às Índias Ocidentais e Orientais dirigido pelos padres do Definitório da Província Capuchinha da Andaluzia à Sagrada Congregação, para a Propaganda da Fé em 24 de Abril de 1644. O mesmo Definitório enviou à Propaganda Fide a lista dos missionários que deviam formar a *Missão dos Negritas*¹³², em 24 de Outubro de 1644.

Um decreto da Propaganda Fide, de 14 de Fevereiro de 1645, autorizou a ida de 14 capuchinhos espanhóis ao Reino dos Negritas, dando-lhes a faculdade de residir nos reinos e remetendo-os ao Santo Ofício no que toca a mais prerrogativas¹³³.

O grupo foi composto por religiosos das Províncias da Andaluzia e de Castela, sendo eles, o padre frei Gaspar de Sevilha, escolhido para prefeito¹³⁴ da missão e com a faculdade de escolher o vice - prefeito, os padres pregadores, frei Manuel de Granada, frei António de Ximena, frei Serafim Leão, frei Francisco Vallecas, frei João de Sevilha; e os padres frei Luís de Priego, frei José de Lisboa, frei João de Bergara, e ainda os leigos frei Miguel de Granada, frei Alonso de Macharavia, André de Sevilha e frei Brás de Hardales.

A missão dos religiosos espanhóis na costa da Guiné ficou muito bem documentada nas duas descrições da costa africana atribuídas ao capitão Francisco de

¹³⁰ Idem p. 10

¹³¹ Idem

¹³² O *reino dos negritas* estendia-se desde o deserto do Sara á Guiné, onde se incluía a diocese de Cabo Verde

¹³³ Henrique Pinto Rema, *ob. cit.* p. 120

¹³⁴ Sob o ponto de vista administrativo e organizativo, a Sagrada Congregação para a Propaganda Fide regia - se por meio das Prefeituras Apostólicas; desta forma em cada grupo de missionários um dos membros era o prefeito da missão

Lemos Coelho¹³⁵, ambas escritas na segunda metade do século XVII. Na primeira relação, o autor da conta da chegada de “ [...] huma nao castelhana e nella trouxe doze religiosos capuchos barbados da nação castelhanos, os quais diziam que vinham pela sua santidade feitos mecionarios [...]”¹³⁶. Segundo, Francisco de Lemos Coelho, os frades capuchos da Andaluzia chegaram à costa da Guiné em 1647, no rio Gâmbia, reino de Corcalhor, na costa do falofo.

Porém, segundo a documentação oficial, os missionários haviam partido do porto de São Lucas de Barrameda para Cadiz a 13 de Novembro de 1646, de onde embarcaram a 7 de Dezembro, e no dia 23 de Dezembro¹³⁷ já se encontravam na Guiné:

“Llegados pues al porto de Alé saltarom en tierra algunos de los padres missonarios la vigília de la Navidad, y hallaron algunos christianos que no se avian confessado en muchos anos, ni baptizado sus hijos, y el dia de Navidad pusimos altar y les dízimos muchas missas y confessaron y comulgaron y viendo que la tierra era buena y saludable pareció a todos quedasse alli vn tercio de la mission [...]”¹³⁸

Em Ale, ficaram os capuchinhos Serafim Leão e Diogo de Gualcanal, padre Francisco de Vallecás e frei Alonso, para dar início ao trabalho apostólico.

Segundo, o relato de frei Gaspar de Sevilha¹³⁹, no dia de Natal a tarde os outros missionários seguiram viagem para o Rio Gâmbia, tendo chegado ao porto de Gelufe a 29 de Dezembro. Aí, encontraram algumas comunidades cristãs:

“ [...] y hallando en todos los puertos alguns christianos blancos, y la maior parte mulatos que llaman criollos, y otros negros sin tener más de christianos que el agua del santo baptismo, porque viuen como barbaros , y que toda esta tierra, y la que toca a la mission es del o bispado de Cabo Verde, y aunque es verdad que los reyes no resisten a nuestra entrada, antes se alegran mucho, que para barbaros no se puede

¹³⁵ Francisco Lemos Coelho, *Duas Descrições Seiscentistas da Guiné*, introdução e anotações por Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1992.

¹³⁶ Idem p. 75 (1ª descrição)

¹³⁷ Relação da Missão na Costa da Guiné in António Brásio, *MMA*, vol V. p. 459

¹³⁸ *MMA*, Vol V. p. 459

¹³⁹ *MMA*, Vol V. p. 459

dessear más [...]”¹⁴⁰

Numa tentativa de legitimar a missão, o vice perfeito frei Manuel de Granada, acompanhado pelos freis José de Lisboa e Miguel de Granada viajaram até Cacheu a 2 de Janeiro de 1647, de onde tencionavam prosseguir viagem até a ilha de Santiago para apresentar ao bispo de Cabo Verde, D. frei Lourenço Garro “[...] los despachos de la Sacra Congregation, para con esto asegurar la entrada, pues a el solo tocael admitir o contradecier y desto segundo parece no poder aver recelo en pastor tan sancto”. Todavia, D. frei Lourenço Garro havia falecido em 1 de Novembro de 1646; ao tomarem conhecimento da morte do prelado cancelaram a ida ao arquipélago de Cabo Verde.

Em Cacheu encontrava -se o visitador, o arcediogo, Diogo Furtado de Mendonça, que escreveu ao rei D. João IV, em Fevereiro de 1647¹⁴¹ informando da presença de “ três frades capuchos castelhanos”. Gonçalo de Gamboa de Aiala, em carta ao monarca português também participou a chegada deste religiosos a Cacheu e comunicou que mandara chamar os frades para uma reunião juntamente com o cônego Diogo Furtado de Mendonça, o mestre escola João Caldeira de Araújo, que dava assistência em Geba, e Paulo Barradas da Silva. Uma vez que não tinham obtido licença do rei de Portugal para missionar na Guiné, os três religiosos, foram detidos na casa do cônego, enquanto aguardavam uma embarcação que os levasse à ilha de Santiago e “ [...] que juntamente mamdase pasar huma escumunhão pêra que os ditos frades não adminstrasem sacramento nenhum [...]”. Os embargos aos religiosos espanhóis seriam publicados na igreja de Cacheu, e remetidos através de Francisco Vaz França para a Gâmbia, para serem divulgados “nos lugares adomde puder, pêra que venha noticia de todos”. Já em Santiago, um dos religiosos foi remetido para Lisboa e os outros dois por motivos de doença ficaram na ilha.

No porto de Geluder permaneceram os capuchinhos Luís de Priego e João de Sevilha, confessando, baptizando e ensinado a doutrina cristã, enquanto frei Gaspar de Sevilha e o irmão André de Sevilha regressaram ao navio, que os transportou de Ale para Geluder.

Os missionários espanhóis administravam o baptismo, ensinavam a doutrina

¹⁴⁰ MMA, vol V. p. 460

¹⁴¹ Carta de 24 de Fevereiro de 1646 in MMA Vol V, p. 467

cristã duas a três vezes por dia “rodeados de muitos negritos grandes y pequenos, que acudem com mucho afecto”¹⁴²

O quotidiano dos nativos despertou interesse nos missionários, Frei Gaspar de Sevilha, autor da “relação da missão da Guiné”, descreveu-os como sendo dóceis, receptíveis a aprender a doutrina cristã e as lições de catequese; eram muito pobres, e a sua alimentação resumia-se a um pouco de milho cozido com água e peixe seco que eles chamavam de “mafé”. Os jovens até os 14 anos andavam nus e as mulheres os homens de baixa condição social usavam uns “trapilhos”. Os mais ricos vestiam camisas de algodão brancas ou azuis. Os parentes mais próximos dos reis, que o autor chamou de “fidalgos” usavam uma espécie de sobrepeliz do mesmo tecido. As mulheres de melhor condição social usavam camisas compridas muito estreitas, de algodão azul ou branco, um pano sobre o ombro e turbante na cabeça¹⁴³.

Entretanto, Frei Serafim Leão e o padre frei Diogo de Guadalcal, que haviam ficado no porto de Ale, percorreram os portos de Joala e Arrecife, onde encontraram cristãos dando-lhes assistência espiritual, a par da conversão de muitos gentios. Nestas duas povoações encontraram muitas dificuldades porque “los naturais estan muy duros de reducir”, devido a forte presença islâmica na região. Esperavam obter melhores resultados nas povoações de Geba, Bissau e na Serra Leoa, onde a presença muçulmana não era tão forte¹⁴⁴.

Porém, essa missão acabou por fracassar. Os missionários que tinham sido detidos em Cacheu e tinham chegado em Santiago em Março de 1657 e segundo uma carta do cabido de Ribeira Grande à D. João IV, de Agosto de 1647¹⁴⁵, ainda permaneciam presos na ilha.

O Conselho Ultramarino numa consulta de 30 de Outubro de 1647, foi de parecer de que o capitão-mor de Cacheu devia recolher os religiosos que ainda permaneciam na Guiné, para serem enviados para Cabo Verde “ [...] porque como sendo castelhanos poderão ser de muito prejuízo em toda a costa, e Rios de Guiné [...]”¹⁴⁶ O não reconhecimento desta missão por parte de Portugal, as rivalidades entre as coroas espanholas e portuguesas, o corte das relações entre Lisboa e a Santa Sé,

¹⁴² Relação da Missão da Costa da Guiné in *MMA*, Vol V p. 462

¹⁴³ *MMA*, Vol.V. p. 462

¹⁴⁴ *MMA*, Vol.V. pp. 463-464

¹⁴⁵ AHU, Cabo Verde, caixa 2-A, doc. 263

¹⁴⁶ AHU- Conselho Ultramarino, *Consultas Mistas*, cód. 14, fls. 94

constituíram pois factores desfavoráveis ao trabalho apostólico da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos espanhóis. As autoridades portuguesas na costa da Guiné, fizeram valer as ordens régias que impediam a permanência de missionários estrangeiros nos domínios portugueses, principalmente espanhóis. A entrada de missionários estrangeiros na Guiné, uma região tradicionalmente de jurisdição do Padroado Português, onde a coroa lusa detinha a monopólio missionário, levantou a questão das esferas de acção e da coexistência da Propaganda Fide e do Padroado.

Dos nove capuchinhos que permaneceram no rio Gâmbia, sete regressaram a Espanha. Estes religiosos foram mais tarde recebidos na diocese de Cartagena na Colômbia, pelo bispo D. Cristobal de Lazárraga¹⁴⁷

Ficaram na costa africana apenas dois capuchinhos espanhóis, ambos com mais de sessenta anos de idade:

“[...] hum chamava-se frei António que ficou em Gambea, e vendo que a gente daquelle rio não tomavão bem a conversão se veyo para Cacheo para dahi passar para a Serra [Leoa], o qual importunando dos moradores daquella praça se deixou ficar alguns annos, o qual também enfadado do que nella via, e principalmente pelo capitão mór, que não se deo bem com elle [...] foi deliberadamente para a Serra [...]”¹⁴⁸

Frei António de Ximena acabou por falecer no porto de Bissau e foi enterrado na igreja de Nossa Senhora de Bissau, enquanto frei Serafim Leão prosseguiu o seu trabalho apostólico na Serra Leoa.

Frei Serafim Leão¹⁴⁹ fixou residência na aldeia de Lagós e algumas vezes em Tumbá. Nessas aldeias reedificou duas igrejas, ambas em honra de Santo António. Era servido por duas devotas, uma em Lagós, filha do ambreiro Vaz da Costa Saldanha, e outra em Tumbá filha de Matias Fernandes. Na Serra Leoa baptizou milhares de gentios; as suas ocupações passava por confessar, rezar a missa, “[...] ensinava a doutrina christãa aos meninos, e novos conversos [...] vezitava os enfermos que havia,

¹⁴⁷ MMA, vol V pp. 513 - 515; D. Cristobal Pérez de Lazárraga, bispo de Chiapa, foi confirmado no Consistório de 18 de Outubro de 1640, segundo António Brásio.

¹⁴⁸ Francisco de Lemos Coelho, *ob. cit.* p. 77 (1º descrição)

¹⁴⁹ Frei Serafim Leão aparece em algumas passagens da Relação do capucho português André de Faro. O autor nutriu grande admiração por ele, das notícias que foi obtendo ao longo da sua viagem pela Serra Leão.

ou baptizava”. O ensino da catequese e a recitação do terço eram diários, reservando para o Domingo a pregação.

No final da sua vida, viajou para Cacheu a fim de receber os últimos sacramentos, falecendo dias depois de chegar naquela povoação, em Junho de 1657.¹⁵⁰

A morte de frei Serafim Leão ocorreu onze anos depois de ter chegado a costa africana, entre os quais permaneceu 10 anos na Serra Leoa. Um decreto da propaganda fide, de 12 de Junho de 1657, sob proposta do cardeal Sfortia, renova-lhe a prorrogação do seu apostolado entre *os negritas* por mais uma década.

Esta missão por estar directamente subordinada ao papado, logo não esviava vinculada a nenhuma monarquia europeia. Desta forma, este projecto da propagação da fé entre os gentios da Guiné fazia parte da pretensão da Propaganda Fide em diminuir a intervenção dos monopólios missionários das coroas portuguesa e espanhola. A acção de religiosos espanhóis não interferiu com os interesses comerciais portugueses na Costa Africana, tratou-se de uma missão sem pretensões colonizadoras.

2.2.1. Segunda Leva de Missionários Espanhóis

Em 1651, o procurador-geral dos capuchinhos e a Propaganda Fide encontravam-se em negociações para o envio de novos missionários para a Guiné¹⁵¹. Seria necessário enviar 4 ou 5 religiosos para dar continuidade ao projecto missionário.

Em 1657, chegam mais 2 frades espanhóis, numa nau da mesma nacionalidade. Os religiosos frei Agostinho de Ronda e frei João Peralta, viajaram para a Serra Leoa, o primeiro instalou-se em Tumbá, e o segundo em Lagós¹⁵². Depois, frei João Peralta viajou para o Rio Nuno, onde viveu durante dois anos. Missionou também no porto de Bissau, onde faleceu; segundo Francisco Lemos Coelho permaneceu aí entre 3 a 4 anos¹⁵³.

Mi compamero se quedo en el rio de Nuno, para volverse a dar cuenta a la Sacra Congregación; ya há vuelto a Sierra Leona a este puerto de

¹⁵⁰ António Brásio, *Momumenta Missionaria Africana*, África Ocidental, Segunda Série, Vol VI, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1991, p. 3

¹⁵¹ MMA, Vol VI, p. 3

¹⁵² Francisco de Lemos Coelho, *ob. cit.* p. 81

¹⁵³ Idem

Tumba y estos dias há baptizado al rey Caracal, que es poderoso, u a su mujer, hijos y hermanos, cosa há causado grande edificación¹⁵⁴

O padre Agostinho Ronda prefeito da missão viveu sempre na aldeia de Tumba, cerca de “ dez ou onze annos no cabo dos quais foi cobrar os prémios destes trabalhos”¹⁵⁵, sendo sepultado na Igreja de Santo António de Tumba. Em Abril, de 1658, escreveu de Tumba, na Serra Leoa aos mercadores de Cadiz informando que em Cacheu tivera notícias da morte de frei Serafim Leão ocorrido em Junho do ano passado.¹⁵⁶ De Cacheu os missionarios foram para a Serra Leoa:

“[...] a 20 de enero y por los puertos de los rios donde se detenía la não bautizamos mucha gente, es a saber, hijos y hermanos de retes e outros fidalgos; tres reyes poderosos, que son el de Vener, el Chubungulo y el de Mambello [...]”

Quando frei João de Peralta se deslocou a Santiago, presumivelmente por motivos de doença ali encontrou um religioso da mesma província frei Francisco Quirino de Antuérpia¹⁵⁷. Por conta da deslocação do capuchinho à ilha de Santiago, o governador de Cabo Verde, António Galvão, escreveu ao rei D. Afonso VI em Junho de 1664, avisando da presença deste religioso na ilha e de outros na costa da Guiné. O monarca português reagiu ordenando ao governador que “vigiasse” os procedimentos daqueles religiosos, e ordenando que não fossem aceites na região religiosos estrangeiros que não tivessem viajado por Lisboa.¹⁵⁸

Frei João de Peralda viajou para Bissau, depois de missionar no Rio Nuno. E trabalhou aí até a sua morte em 1666. Sobre frei Francisco Quirino de Antuerpia, não encontramos nenhuma referência na documentação sobre o seu percurso depois desta estadia em Santiago.

Francisco de Lemos Coelho relatou a chegada de 4 religiosos espanhóis ao rio Gâmbia numa nau inglesa. Ele enquadra cronologicamente a chegada desses religiosos,

¹⁵⁴ MMA vol VI p. 127

¹⁵⁵ MMA vol VI pp. 81, 82

¹⁵⁶ MMA, vol.VI p. 127

¹⁵⁷ Francisco de Lemos Coelho, *ob. cit.* p. 247

¹⁵⁸ MMA, Vol.VI p. 272

depois da retirada definitiva de frei André de Faro e no tempo de frei Salvador de Taveiro, provavelmente em finais de 1664. Deles, por já se encontrar em Santiago, só soube o nome do padre frei Inácio das Canárias.¹⁵⁹ Segundo o capitão, os quatro religiosos foram para a Serra Leoa. De onde, após algum tempo haviam viajado para Lisboa, fazendo escala em Santiago com a excepção de frei Inácio e outro companheiro que ficaram na Serra Leoa.¹⁶⁰

No entanto, foram oito os religiosos que desembarcaram na Guiné¹⁶¹, sendo eles, frei José de Málaga, frei Teodoro de Bruxelas, frei Paolo Jerónimo de Fregenal, frei Inácio de Canárias, frei Basílio de Cabra, frei Eusébio de Granada, Frei Diego de Rute e o Irmão frei Jerónimo de Antequera.

Destes religiosos, apenas 6 chegaram à Serra Leoa; o padre Fregenal em carta ao secretário da propaganda fide diz que:

“ [...] fuimos continuando com los exerçios y misiones entre aquellos habitantes com grande aprobechamiento suyo, exaltacion de nuestra santa fee, y predicacion del sagrado evangelho, hallandose al presente baptizados, y reducidos al grémio de nuestra santa yglesia tres Reyes, y un emperador, y muchos delos nobles de y plebeyos [...]”¹⁶²

De certo houve notícias de alguns reis da Serra Leoa, convertidos pelos missionários espanhóis, como é o caso do rei D. Filipe de Faranbure que escreveu ao papa Clemente X (1670-1676),¹⁶³ intitulando -se rei “ dos los quallas y de Serra Leona”, e solicitou o envio de mais religiosos da mesma ordem. O rei de Caracuri, D. Miguel, em Agosto de 1671, escreve ao mesmo sumo pontífice, concedendo licença a frei Fregenal para viajar a Espanha com vista a conseguir mais missionários para a Serra Leoa¹⁶⁴. Estas conversões, ao contrário das feitas pelos missionários portugueses não tinham muito impacto a nível político e económico nas sociedades locais. A conversão dos reis locais pelos missionários espanhóis não representava a afirmação de alianças comerciais.

Em Outubro de 1671, o prefeito da missão, frei Fregenal, já se encontrava na Europa, onde tentou arranjar mais religiosos para a missão, escreveu de Bruxelas

¹⁵⁹ Francisco de Lemos Coelho, *ob. cit.* p. 83

¹⁶⁰ Idem, p. 247

¹⁶¹ MMA, Vol VI p. 309

¹⁶² MMA, Vol.VI p. 309

¹⁶³ MMA, Vol.VI p. 296

¹⁶⁴ MMA, Vol.VI, p. 307

fazendo um balanço da missão na Serra Leoa.

Entretanto, em África, dois dos religiosos que permaneciam na missão da Serra Leoa, frei Teodoro de Bruxelas e frei Basílio Cabra, saíram de Cacheu com destino à Europa, naufragaram acidentalmente na ilha de S. Nicolau, no arquipélago de Cabo Verde, onde foram obrigados a residir por mais de um ano. No entanto, desconhecemos os motivos da saída destes capuchos da Costa Africana. A experiência desses dois capuchinhos naquela ilha, chegou até nós, através do relato de Teodoro de Bruxelas, em carta de 1 de Janeiro de 1670, quando o missionário já se encontrava em Sevilha. Através do documento apercebemos da vida espiritual da ilha, bem como, das restantes ilhas do arquipélago.

A ilha de São Nicolau que ele descreveu como tendo cerca de 900 a 1000 habitantes na época do naufrágio não dispunha de um sacerdote para a administração dos sacramentos, mais importantes na vida de um cristão, como era o caso da preparação para a morte. Durante o tempo que os religiosos ficaram retidos na ilha cuidaram da assistência religiosa da população, administrando-lhes os sacramentos, ensinando a doutrina cristã, uma vez que “ por faltar-lhes sacerdotes estava com grande ignorancia de las cosas de la dotrina christiana, la qual se les enseno y explico com la mayor claridad que há sido possivel”¹⁶⁵

Frei Teodoro de Bruxelas diz que para além da ilha de São Nicolau , as ilhas de Boavista e Maio não tinham nenhum sacerdote, e que contavam com 500 e 200 habitantes respectivamente. Enquanto, que a ilha de Santo Antão com cerca de 5 000 habitantes, tinha um “sacerdote viejo y muy sordo”; a ilha do fogo, a segunda a ser povoada, contava com cerca de 10 000 habitantes e tinha dois sacerdotes. Não se refere a ilha Brava, que tanto quanto sabemos, no século XVII já se encontrava povoada. A assistência espiritual das ilhas que não tinham os seus próprios párocos, ficava a cargo dos visitantes, que eram geralmente nomeados pelo bispo entre o cabido de Santiago, e que deslocavam anualmente às ilhas, normalmente na época pascal; auferiam então uma ordinária de 10 000 réis, segundo o caderno das ordinárias pagos na ilha de Santiago, em 1613¹⁶⁶. Frei Teodoro de Bruxelas chegou à ilha de São Nicolau, provavelmente no ano de 1666; na sua carta informava que os visitantes só dirigiam a ilha, quando para

¹⁶⁵ MMA, Vol VI, p. 282

¹⁶⁶ AHU - Cabo Verde, Cx. 1, doc. 26; e em 1652 pagaram-se 28 000 réis ao cónego Francisco Correia de Alvarenga, pela visita que fez às ilhas de São Nicolau; Folha de ordinária dos sacerdotes, feita em Santiago, a 26 de Junho de 1652, AHU - Cabo Verde, Cx. 4, doc. 39

ela se deslocavam os navios para buscar couro, criticando a sua curta estadia, de cinco a seis dias, a sua má conduta e acusando-os de extorquir dinheiro à população.

Em 1670, os dois capuchinhos já haviam regressando a Sevilha, onde junto dos seus superiores procuraram obter licença para regressar ao arquipélago de Cabo Verde, com a intenção de criar uma missão com vista a evangelização, daquelas ilhas, que ao contrário da ilha de Santiago, onde se verificava uma grande concentração de clérigos, continuaram ao longo do século XVII, com uma fraca assistência religiosa. Entretanto, frei Teodoro de Bruxelas falece em 1672¹⁶⁷, não cumprindo o desejo que alimentava de regressar à evangelização das ilhas.

Com a saída destes religiosos do bispado e a morte dos seus companheiros em Cacheu, findou-se a primeira missão de espanhóis na Guiné. De 1664 a 1678 não chegou nenhum religioso espanhol à diocese de Cabo Verde.

2.2.2- Missão Conjunta: Capuchinhos Espanhóis e Capuchos Portugueses

Durante este período de interregno no envio de missionários para a Guiné, a Propaganda Fide que estudava a possibilidade de enviar uma nova missão para o bispado, entrou em negociações com o procurador-geral dos capuchinhos. Pensou-se entregar a missão a capuchinhos franceses ou flamengos. A preferência recaiu sobre os missionários gauleses, pelo francês ser uma das línguas faladas na região da grande Guiné, e pela previsível incapacidade dos flamengos em se adaptarem ao clima da região. Todavia, uma personagem da corte de Madrid ofereceu-se para sustentar uma missão de 12 capuchinhos na Serra Leoa¹⁶⁸ e a missão foi novamente entregue a missionários espanhóis.

O padre António de Truxilio, superior da missão, que estava a ser formada para a Serra Leoa, em carta a Propaganda Fide, de 30 de Junho de 1678, pedia que fosse comunicado ao bispo da Cabo Verde a partida do grupo para a região; procurava, assim evitar que a missão fracassasse por os seus membros não serem súbditos do rei de Portugal¹⁶⁹. Para salvaguardá-la, o secretário da propaganda Fide escreveu ao bispo de Cabo Verde, em 22 de Agosto de 1678, informando da ida de 14 missionários para a

¹⁶⁷ MMA, vol. VI, p. 317

¹⁶⁸ MMA, vol. VI p. 411

¹⁶⁹ MMA, vol. VI p. 420-421

Guiné¹⁷⁰

De facto, neste ano de 1678, chegou a Serra Leoa um grupo de 14 capuchinhos espanhóis. Este grupo contava com a protecção da duquesa de Aveiro, D. Maria de Guadalupe de Lencastre (1630 - 1715)¹⁷¹. Logo após a chegada, quatro religiosos morreram afectados pelas doenças tropicais, muitos adoeceram e alguns acabaram por regressar a Espanha. O superior deixou 3 religiosos na Serra Leoa para dar assistência espiritual aos convertidos e viajou na companhia de 6 religiosos para Cacheu. Outros cinco religiosos partiram para a missionação entre-os-rios da Guiné.

De Cacheu frei António Truxillo foi para Santiago acompanhado de outro religioso¹⁷². Na ilha, foi aconselhado pelo Bispo de Cabo Verde, D. Frei António de São Dionísio (1675-1684) a legitimar a missão junto das autoridades portuguesas, e para acelerar o processo entregou-lhe uma carta de recomendação em 23 de Junho de 1681, convencendo-o a viajar para Lisboa.

Entretanto, os religiosos que ficaram na Guiné acabaram por regressar a Espanha, deixando a missão desprovida de obreiros, sem aparentes razões. Muitas vezes confrontados com o clima e as dificuldades de um meio austero, onde não eram “bem vindos” os missionários espanhóis abandonavam as missões.

Frei António viajou até Lisboa, onde apresentou o seu projecto de constituir uma missão de capuchinhos espanhóis e capuchos da Soledade para evangelização da Guiné, em virtude do desamparo espiritual das novas comunidades cristãs e também dos gentios.

A província portuguesa aceitou a proposta, disponibilizando 18 voluntários, dos quais foram escolhidos 8. Os religiosos reuniram-se no convento de Xabregas em Lisboa. Juntou-se-lhes um outro religioso vindo de Madrid.

O príncipe regente D. Pedro II (1648 -1706), por alvará de 23 de Março de 1683 tomou sob sua protecção aqueles missionários,¹⁷³ destinado uma verba anual de 100 000 réis para a missão e para o hospício que haviam de construir em Bissau, deu -lhes mil

¹⁷⁰ MMA, vol.VI p. 427

¹⁷¹ Foi a 6ª duquesa de Aveiro, tendo sido confiscada a casa de Aveiro ao seu irmão D. Raimundo, o 4º duque de Aveiro, sua mãe a marquesa de Torras Novas, obteve ordem para sair do reino e D. Maria de Guadalupe a acompanhou a Castela, onde viria a casar com um fidalgo castelhano, D. Manuel Ponce de León, futuro 6º duque dos Arcos de la Frontera. Depois de 1679, após ser-lhe restituída judicialmente o ducado de Aveiro, regressa à Portugal para poder tomar posse da casa.

¹⁷² MMA, vol.VI p. 469- 470

¹⁷³ MMA, vol.VI p. 492

barafulas¹⁷⁴

Em Lisboa, frei António de Truxilio, num memorial dirigido ao príncipe D. Pedro de Portugal, datado de 1683, dissertou sobre os métodos “ [...]máis adecuados para el mejor afecto de la conversión de los infieles de dichas misiones y subsistencia de los ministros evangélicos que las hubierem[...]”.¹⁷⁵ No documento, o religioso caracterizou a nova cristandade da Guiné, como sendo fruto do trabalho missionário dos capuchinhos, louvou a conversão de muitos “herejes” ingleses e holandeses e lembrou a forte presença islâmica, principalmente entre os mandingas que “son los que ensinam, haciendo misiones por todos os los máis reinos”, enfatizou o problema da falta de clérigos na conversão dos gentios, solicitando a construção de um hospício em Cacheu para albergar os missionários. Para ele, os obstáculos para a consolidação da nova cristandade da Guiné era a religião muçulmana e a falta de missionários. Desta forma, segundo ele, para solucionar o problema da evangelização da região, a missão teria de ter a protecção da coroa portuguesa, para que os oficiais régios pudessem auxiliá-los nesta “luta” em prol da propagação da fé, disponibilizando-lhes embarcações para passarem aos rios da Guiné, e acompanhando-os para servir de intérpretes.

O grupo partiu em inícios de Abril de 1683, e chegou a Cabo Verde no dia 23, e a 17 de Maio já se encontravam em Cacheu. Em 3 de Maio de 1683, frei Truxilio escreveu a D. Pedro, dando conta da chegada do grupo de que ele era superior, e avisando que dentro de 3 dias viajariam para Cacheu, e daí para o trabalho missionário junto da gentilidade de Bissau. Os religiosos mais novos ficariam em Bissau, por causa da época das “águas” ser propícia para doenças e os mais experientes passariam ao Rio Grande, para missionar em regiões onde não havia comunidades cristãs.

Em Guiné, a maior parte dos religiosos adoeceu, e um dos padres, frei Francisco do Desterro acabou por falecer¹⁷⁶. Uma série de desavenças puseram fim ao projecto missionário, as desconfianças entre os missionários portugueses e espanhóis reinava nesta missão mista, o bispo pediu aos capuchinhos do Algarve que vigiassem os espanhóis, não os deixando sós em Bissau “para que não fizessem alguma fortaleza e entregassem a Castela”¹⁷⁷. Em Junho de 1684, o bispo encontrava-se em desavenças

¹⁷⁴ Numa época em que não existia notas e moedas em Cabo Verde e na Guiné, o elemento de troca era a *barafula*, que era uma espécie de pano vulgar utilizado em África, por exemplo, uma barra normal de ferro podia ser trocada por duas *barafulas*.

¹⁷⁵ MMA, vol VI p. 483

¹⁷⁶ MMA, vol VI pp. 496- 497

¹⁷⁷ Carta de D. Frei António de São Dionísio de 15 de Junho de 1684 in MMA, vol.VI, pp. 513 -

com os missionários, acusando os algarvios de terem feito a “cabeça do dito padre prefeito que eu não fiava nelles, e os tinha como traidores”.

A maioria dos missionários portugueses acabaram por regressar a Portugal. Em Junho de 1684, já só se encontrava um religioso português na Guiné, frei Domingos da Encarnação. Os padres freis Manuel de Santa Helena, Pascoal de São Francisco e João de Madre Deus, acabaram por ficar cativos dos mouros em Argel, aquando da viagem de regresso à Portugal¹⁷⁸.

O superior da missão viajou novamente a Lisboa para resolver os conflitos internos daquela missão, acompanhado de frei Ângelo de Madrid. Chegou a Cabo Verde, em 24 de Julho de 1684 e a 13 de Julho o bispo entregou-lhe uma carta de recomendação e em inícios de Novembro já se encontravam em Lisboa.

Nesta data, dos 14 missionários que chegaram a Guiné em 1678, só restavam 3 padres espanhóis em Bissau, e da leva de missionários de 1683 não restava nenhum¹⁷⁹.

Em Lisboa frei António de Truxillo propõe a D. Pedro II que enviasse doze missionários espanhóis a Guiné, oferecendo-se para ir a Roma tratar do assunto. Em Bissau estavam frei Francisco da Mota, frei Boaventura de Maluenda e frei Ângelo de Fuente la Pena.

Em 20 de Junho de 1685, os padres de Bissau, escreveram ao núncio apostólico de Lisboa, monsenhor Marceloco Durazzo, informando que aguardavam ordens da Propaganda Fide, trabalhando para que a missão não se extinguísse e esperavam novos missionários para os apoiar na conversão das almas¹⁸⁰.

Em Julho de 1685, o pároco de Cacheu, Padre António Moreira, escreveu ao rei D. Pedro, queixando-se dos missionários estrangeiros da costa, afirmando-se que:

“ Pois no discurso de trinta annos, que dizem habitam nesta costa, não tenho achadoe noticias de conversão que fizessem nos gentios, fazendo eu as diligencias para o saber. Não creio será sua falta, pois religiosos tam reformados não poderão faltar ao que lhes incumbe, mas por não ser nestas partes a sua lingua tem bem ouvida, como hé a portugueza”¹⁸¹.

Estas afirmações do pároco de Cacheu, encontram desajustadas da realidade,

¹⁷⁸ Henrique Pinto Rema, *ob. cit.* p. 139

¹⁷⁹ Idem

¹⁸⁰ António Brásio, *Momumenta Missionária África*, África, 2ª série, Vol.VII, Lisboa: Academia portuguesa da História, 2004, p.12

¹⁸¹ MMA, vol. VII, p.14

uma vez que os missionários espanhóis conseguiram muitas conversões entres os gentios, incluindo o baptismo de alguns reis. Neste caso, encontramos perante um claro exemplo da rivalidade que reinava neste época na Guiné entre religiosos portugueses e espanhóis.

E ainda, segundo o pároco, o porto de Bissau, onde os religiosos residiam, era frequentado por navios ingleses, franceses e espanhóis por causa de trato dos escravos “sem fazerem cazo dos direitos que se devem a V. majestade”. Atribuindo a culpa aos missionários que ao seu entender não zelavam pelos interesses comerciais da coroa portuguesa, o que já não acontecia com os missionários do Padroado Português. Exemplificando com um caso que sucedeu em 1681, quando um missionário da província da Soledade, frei António de Becco, interveio junto do rei de Bissau no sentido de proibir um inglês e um francês de assentarem casas de contrato em Bissau. Declarando, desta forma, que os religiosos portugueses tinham mais utilidade para a Portugal, no sentido de que salvaguardavam os seus interesses.

Em resposta à carta do pároco de Cacheu, o Conselho Ultramarino fez consulta, em Setembro de 1686, sendo de parecer que o rei devia mandar capuchos da Soledade ao reino de Bissau “[...] para que na sua assistência se logre não só ao serviço de Deos na conversão daquelle gentio, mas tambem que se evite o não continuarem as naçoens estrangeiras aquelle porto”¹⁸²

Os missionários de Bissau em Junho de 1686 escreveram ao rei de Portugal¹⁸³, relatando a vivência entres brancos e gentios naquele reino, da miscegenação, do crescente número de mestiços “ en el cuerpo monstruos en la fe”.Mostrando um total desagrado com a conduta das comunidades cristãs na Guiné, principalmente dos mulatos. Queixando-se das injustiças de desacatos de que eram alvos nos casos em que negavam dar sepultura eclesiástica a um defunto, sendo que os cristãos gentios obrigava-lhes a sepultar os mortos “foram ao hospicio com o defunto e com ggrande furia deitaram os religiosos fora d'elle, arrastando os pellas barbas com empuxões, ameassando os com armas, e querendo os obrigar a forsa a enterrar, e por o não poderem conseguir”.

No entanto, em Abril do mesmo ano haviam redigido um documento intitulado “Informa-se y Relacion [...] del modo com que os negros de ditchas Costas e Rios da

¹⁸² MMA, vol. VII, p. 53

¹⁸³ MMA, vol. VII, p. 44

Guiné se comparam y son reducidos a cativoiro”¹⁸⁴. Nesta relação escrita pelos padres Francisco da Mota e Frei Angel de la Pena, e reconhecida pelo padre Buaventura de Maluenda, os religiosos catalogaram o tráfico de escravos como sendo ilícita e pecaminosa. Descreverem, o trato de escravos nas regiões de Geba, de Farim, em Cacheu, nas ilhas dos Bijagós, em Bissau, no Rio Nuno e na Serra Leoa¹⁸⁵. Este manifesto anti-esclavagista dos religiosos espanhóis teve repercussão no futuro daquela missão. Os religiosos tinham enviado cópias da relação aos seus superiores e ao rei de Portugal, gerando uma certa polémica em torno dos missionários e sobre a quem confiar a missão.

O procurador da coroa, emitindo o seu parecer sobre a carta dos capuchinhos, lembrou que eles estavam na Guiné a missionar com beneplácito régio e que desta forma a coroa devia assegurar que eles continuariam a missionar livremente, e que o capitão-mor devia zelar por eles.

Opinião diferente, teve a junta das missões. Informada das queixas dos capuchinhos e da consulta do Conselho Ultramarino a favor dos mesmos missionários, solicitou que fossem substituídos pelos padres da Soledade, na evangelização de Bissau. Dada a importância comercial que a ilha de Bissau vinha adquirindo para o tráfico de Cacheu. Este comércio segundo, Roque Monteiro Paim, não podia-se “conservar sem a vontade, e inclinação dos reys negros que habitaõ nella”¹⁸⁶. A mesma opinião foi defendida pelo governador de Cacheu.

Era necessário ter uma certa confiança no trabalho dos missionários destes reinos, dado o importante papel que a evangelização detinha, no que toca a afirmação de alianças entre o reino de Portugal e as autoridades indígenas.

D. Pedro II, em carta régia de 22 de Dezembro de 1686, ao capitão de Cacheu, António de Barros Bezerra, ordenou que os missionários espanhóis recolhessem a ilha de Santiago, de onde o governador devia os remeter ao reino, e que no lugar deles iria enviar capuchos da Soledade para o hospício de Bissau¹⁸⁷. Em inícios, de 1687, os missionários deixaram Bissau definitivamente.

Terminava assim, a missionação dos capuchinhos espanhóis na Guiné. A missão

¹⁸⁴ MMA, vol. VII, pp. 19 -37

¹⁸⁵ Sobre este assunto ver: Avelino Teixeira da Mota, *As Viagens do Bispo D. Frei Vitoriano Portuense a Guiné*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, Publicações Alfa, S. A, Lisboa, 1989.

¹⁸⁶ MMA, vol. VII, p. 65

¹⁸⁷ MMA, vol. VII, pp. 67-70

de início sofreu fortes oposições por parte da coroa portuguesa justificadas pelo facto do Padroado português não ter reconhecido àquela missão enviada pela Propaganda Fide. Para além, de serem enviados por Roma, os missionários eram espanhóis, e a Espanha era então um reino inimigo de Portugal.

Todavia, em 1668, o fim da Guerra da Restauração, proporcionou a formação de uma missão conjunta constituída por portugueses e espanhóis, que se concretizou em 1683. No entanto, as hostilidades continuaram, pondo fim a quarenta anos de missão. Ainda que, ao longo desses anos teve havido períodos de intermitência, em que não se enviaram missionários para a costa da Guiné.

O fim da missão deveu-se aos muitos desentendimentos entre os religiosos, durante os anos de trabalho conseguiram muitas conversões, garantiram a assistência religiosa, principalmente as comunidades cristãs de Bissau e da Serra Leoa.

A presença de padres espanhóis na região coexistiu com a missionação de capuchos portugueses das províncias da Piedade e da Soledade, respectivamente. Após, a retirada definitiva dos religiosos da província espanhola de Bissau, os missionários da Soledade continuaram o trabalho missionário, na última década do século XVII.

Devido a um conjunto de características própria a missionação dos espanhóis foi singular, primeiramente destacamos a sua independência em relação as coroas europeias. Tendo a Guiné como sede missionária, o número de missionários enviados directamente para a terra firme da Guiné foi muito superior ao número de capuchos portugueses. Enquanto, que a maioria dos religiosos enviados pelo padroado português ficava em Santiago, os espanhóis estiveram totalmente concentrados na Costa Africana.

Porém, por outro lado, os capuchinhos espanhóis, a excepção de uns poucos, não permaneciam muito tempo no terreno. Regressam prematuramente a Europa, mas no contexto histórico -político em que se encontravam, como já vimos anteriormente, o abandono da missão, pode ser explicada pelos atritos que tiveram com as autoridades portuguesas, mas também pelas contingências do clima local.

A maioria das fontes que chegaram até nós sobre esta missão trata de questões de ordem política e institucional, de carácter mais organizacional da missão, deixando algumas lacunas no que toca ao trabalho missionário em si. No entanto, a acção dos missionários junto das populações africanas, preenche algumas linhas dos relatos e correspondência destes religiosos, pelas quais se destaca o trabalho apostólico, as lições de catequese e de doutrina cristã aos gentios. Mas também, estiveram atentos ao auxílio

espiritual as comunidades cristãs, administrando-lhes os sacramentos, rezando a missão e também ladainhas e terços diários com a população. Tendo como principal objectivo a conversão dos gentios, conseguiram muitos baptismos, contribuindo para o aumento da cristandade da Guiné.

Capítulo II

Franciscanos do Padroado Português

A partir da segunda metade do século XVII, inaugurou-se um período de missionação de religiosos franciscanos portugueses na diocese de Cabo Verde. Nesta época, trabalharam no bispado os religiosos capuchos das províncias da Piedade e da Soledade, bem como os franciscanos da Terceira Regra. Nos próximos capítulos deste trabalho analisaremos o trabalho missionário dos capuchos na Guiné. No que toca, aos religiosos franciscanos da Terceira Regra¹⁸⁸ não abordaremos a sua acção, uma vez que nunca se deslocaram à Costa da Guiné. Partiram, em 1636 de Monchique, a pedido do bispo de Cabo Verde, D. Lourenço Garro¹⁸⁹. O grupo era pequeno constituído pelo presidente, o padre frei João da Esperança, e por outros dois religiosos, os padres frei Manuel do Espírito Santo e frei Vicente da Conceição. O presidente faleceu pouco tempo depois da chegada a Santiago e os seus companheiros acabaram por regressar a Portugal. Em 1640, já se tinham retirado para o reino, como se deduz por uma carta de D. Lourenço Garro, de 19 de Julho do mesmo ano, onde solicitava frades da ordem terceira para a evangelização do arquipélago de Cabo Verde¹⁹⁰.

Como o objectivo do nosso trabalho é o estudo da missionação entre os povos não cristãos, destacamos para este efeito, o trabalho desenvolvido pelos capuchos da Piedade e da Soledade. A província portuguesa da Piedade estabeleceu-se na diocese de Cabo Verde em 1657, tendo a seu cargo a missão naquela região até à criação da província portuguesa da Soledade, em 1673. Até ao cabo do século XVII, os padres da Soledade foram os principais obreiros da evangelização da Guiné. O convento dos capuchos fundado na Ribeira Grande, durante a primeira missão dos religiosos da Piedade tornou-se numa espécie de base missionária, onde os missionários se alojavam quando chegavam de Portugal, onde permaneciam e preparavam as viagens para a Costa

¹⁸⁸ A Congregação da Terceira Ordem de S. Francisco foi aprovada pelos papas Honório III (1226 - 1227) e Nicolau IV (1288 - 1292).

¹⁸⁹ Vide Frei Vicente Salgado, *Compêndio da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*, Lisboa: na oficina de Simão Thaddeo, 1793, p. 169

¹⁹⁰ Christiano José de Senna Barcellos, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, Lisboa, Academia Real das Ciências, parte I, 1899, p. 243

da Guiné, e foi também para onde regressavam, quando sobreviviam ao clima, ao tempo e as contingências do meio, num território que lhes era estranho.

3.1- Franciscanos da Província da Piedade

Durante muito tempo a região dos Rios da Guiné manteve-se numa situação periférica, quando comparada com outros domínios portugueses, como era o caso do Brasil e da Índia. Somente no reinado de D. João IV, Portugal tentou ocupar-se dos súbditos e dos indígenas da costa da Guiné, preocupando-se com a evangelização do território. O monarca decidiu edificar um convento na ilha de Santiago¹⁹¹ e entregá-lo aos capuchos da província da Piedade.

A província de Nossa Senhora da Piedade foi fundada em Castela por frei João de Guadalupe, que procurava transmitir o fervor da observância primitiva através de um modo de vida mais austero. O religioso obteve um breve do papa Alexandre VI (1492-1503), em 5 de Setembro de 1496 autorizando a fundação da nova província¹⁹². Em Portugal, com a protecção do duque de Bragança, D. Jaime, construíram um convento em Vila Viçosa. Em, 1509, fundaram a custódia da Piedade, que foi elevada à Província pelo breve *Exponi nobis nuper* de 7 de Julho de 1517.

A província aceitou a missão de Cabo Verde e apresentou oito religiosos, sendo eles, os sacerdotes António de Braga, Domingos de Braga, Luís de Chaves, Manuel de Borba e Manuel de São Vicente da Beira; e os irmãos leigos, Constantino de Amarante e Sebastião de Ourondo. A missão tinha como prelado frei Gonçalo de Vila Real, que apareceu como o nome de frei Boaventura na Crónica da Província da Piedade.

Todavia, D. João IV faleceu a 6 de Novembro de 1656 antes do embarque dos religiosos para a ilha de Santiago. Na data da morte do monarca os capuchos já se encontravam em Lisboa vindos de Vila Viçosa, onde aguardavam o embarque para Santiago de Cabo Verde. Acabaram por viajar em Dezembro, aportando em na cidade de Ribeira Grande em 10 de Janeiro de 1657.

D. Luísa de Gusmão em carta de 22 de Novembro de 1656, ao governador de

¹⁹¹ Frei Manuel de Monoforte, *Chronica da Província da Piedade, Primeira Capucha de toda a Ordem e Regular observância de nosso Serafico Padre S. Francisco*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, 1751 p. 766

Cabo Verde, Pedro Ferraz Barreto, ordenou que os alojasse na casa que pertenceu aos padres da Companhia de Jesus¹⁹³. Uma vez em Santiago, os capuchos trataram da assistência religiosa à população local; visitaram as restantes ilhas, a fim de estabelecer contactos com a população e administrar os sacramentos. Segundo, uma carta do governador de Cabo Verde: “[...] O Padre Presidente frei António de Braga, foi o primeiro que logo se embarcou para estas ilhas vizinhas [...]”¹⁹⁴. Frei Boaventura de Vila Real, o padre Manuel de Borga e o frei Domingos de Braga encarregaram-se das nove paróquias da ilha de Santiago, advertidos pelo governador da falta de assistência religiosa daquelas comunidades durante a Semana Santa.

Os religiosos procuraram dar andamento à fundação do convento na Ribeira Grande; para tal, foi disponibilizada a quantia de 4000 cruzados do fisco, que se encontravam depositados em Santiago, tendo ficado alguns padres a dirigir as obras do convento.

Segundo, Henrique Pinto Rema, por volta de 1658 ou 1659 chegaram mais quatro religiosos, entre eles encontravam-se frei Paulo de Lordelo e frei Manuel de Castelejo¹⁹⁵, mas não encontramos fontes que registem a chegada destes religiosos.

Enquanto a missão se preparava para enviar religiosos para a “terra firme da Guiné”, a rainha D. Luísa de Gusmão, determinou, por decreto de 11 de Dezembro de 1658, o pagamento na ilha de Santiago de 25 000 reis a cada missionário para o seu sustento e mais 8 000 réis do pescado para as despesas necessárias com o hospício¹⁹⁶ da Piedade, que pretendiam construir em Cacheu.

Em Dezembro de 1660¹⁹⁷, quase quatro anos depois da implantação da ordem em Santiago, os capuchos frei Paulo de Lordelo¹⁹⁸ e frei Sebastião de São Vicente da Beira chegaram à Guiné, a fim de fundar o hospício da Piedade em Cacheu¹⁹⁹ e dar

¹⁹² Idem p. 9

¹⁹³ MMA, vol. VI, p. 78

¹⁹⁴ MMA, vol. VI, p. 88

¹⁹⁵ Cf. Henrique Pinto Rema, *História das Missões Católicas na Guiné*, Braga, Edições Franciscana, 1980, p.

¹⁹⁶ Idem, p. 135

¹⁹⁷ Francisco Santiago na sua crónica da Província da Soledade, escrita em 1762, afirma que frei Sebastião de São Vicente deixou um manuscrito, uma relação desta viagem, que se encontrava a data no Arquivo Geral da Província da Soledade. Frei Francisco de Santiago Barcellense, *Chronica da Província de Nossa Senhora da Soledade*, Tomo segundo, apresentação de frei Henrique Pinto Rema, Lisboa, Província portuguesa da Ordem Franciscana, Imperitura – Alcalá [200 -] – 2009, p. 425

¹⁹⁸ Segundo o cronista Manuel de Monforte, frei Paulo era natural do arcebispado de Braga. vide Manuel de Monforte *ob. cit.* p. 769

¹⁹⁹ Frei Manuel de Monforte *ob. cit.* p.770

início a acção missionária de religiosos portugueses na região, na medida em que religiosos espanhóis enviados pela Propaganda Fide trabalhavam na Costa da Guiné desde da década de 40, como já vimos anteriormente.

“[...] Neste [Cacheu] esteve Fr. Paulo e o seu companheiro aloguns mezes administrando os Sacramentos Catholicos, assim portuguezes, que alli vivem por razão do contrato, como dos convertidos moradores da terra; continuamente lhes fazia saudaveis praticas, de que necessitavão ainda os mesmos portuguezes, por viverem alguns como gentios na liberdade em que se achavão. Este stylo observou sempre em todo o tempo de sua missão, que chegando a alguma se estende na conversão [...] assim este religioso [frei Paulo] primeiro alimentava os christãos com a palavra Divina, que não é memos sustento da alma, como lhe chamou o mesmo Senhor, que o pão do corpo, e depois passava a conversão da gentilidade”²⁰⁰.

Os dois religiosos, começaram o trabalho no seio das comunidades cristãs, uma vez, que a falta de clero na região afectava directamente a sua vivência cristã. Muitas aldeias e povoações permaneciam anos à espera da visita de um clérigo, o que certamente contribuiu para darem início ao trabalho entre os católicos, mas não desprezando a conversão dos gentios.

Segundo, Manuel de Monforte, frei Paulo “ [...] gastou mais de seis anos percorrendo por toda a Serra Leoa, e ilhas adjacentes [...]” Mais adiante o cronista diz que “Em algumas partes, onde prégou, e lhe pareceu conveniente, fundou algumas Igrejas, onde concorressem os christãos a ouvir a palavra Divina, e receber os Sacramentos, e catequizasse os gentios, que queirão receber o baptismo [...]”²⁰¹. O seu apostolado na Guiné decorreu durante 3 anos, terminando com a sua morte em 1664.

Da praça de Cacheu, os dois religiosos passaram para o reino dos Banhuns. Neste reino, no porto de Quinguim edificaram uma igreja com duas celas, para servir - lhes de habitação. Converteram o rei local chamado Lampo, catequizando-o e

²⁰⁰ Idem pp. 770, 771

²⁰¹ Idem

administrando-lhe o baptismo, tendo recebido o nome de Afonso.

De Quinguim, seguiram viagem para a povoação de Farim “que fica a cinquenta legoas distante da praça de Cacheu pelo rio acima”²⁰². De Farim, viajaram para o reino da Matta, onde converteram o rei, partiram para o reino dos Cassangas, onde construíram uma ermida em invocação a Santo António no sítio de Cabo, e baptizaram o seu rei.

No reino de Casamansa, onde segundo a crónica de Francisco de Santiago, cujo rei se intitulava imperador por ter como vassalos outros reis vizinhos²⁰³, não foram receber o baptismo, e nem conseguiram muitas conversões entre os seus súbditos “[...] por aquelle gentio muito cultivados dos negros mandingas, que seguem a seita do alcorão de mafoma, e como a cabeça não se quis lavar, ficaram todos os membros enxutos e sujos como antes estavam”²⁰⁴.

Este excerto da crónica de Francisco de Santiago deixa bem patente a importância da conversão dos reis locais, para o sucesso das conversões dos gentios. Converter um rei significava obter a sua licença para catequizar os seus súbditos. Quando, se efectivava a conversão de um rei, o reino passava a ser formalmente um reino cristão. Juntamente com o nome português, o chefe local, também tornava-se vassalo do rei de Portugal, selando alianças comerciais. Mas também, temos quanto se fala nos sucessos e insucessos nas conversões na costa africana, temos de ter em conta a religião do chefe local e das populações. Em regra, no seio de comunidades muçulmanas era quase impossível obter conversões. Enquanto, que os animistas abraçavam a religião católica com mais facilidade.

As camadas mais baixas da hierarquia social, tendencialmente seguem os comportamentos das classes mais altas, seguem seus hábitos e costumes, também no que toca as práticas religiosas. Desta forma, o baptismo de um rei significava quase sempre sucessos na “redução” dos gentios numa determinada região.

Regressaram para Cacheu, de onde partiram numa nova jornada, para o reino de Baçarel. O rei e muitos principais da terra receberam o baptismo. Numa segunda visita ao reino Baçarel, frei Sebastião teve notícia de um reino chamado Cajeguete, onde residia uma pequena comunidade cristã. Deslocaram-se até Cajeguete onde baptizou muitos gentios, sem grandes dificuldades porque o rei já era cristão. Os religiosos foram

²⁰² Frei Francisco de Santiago Barcellense, *ob. cit.* p. 422

²⁰³ Idem

também, para o reino de Jamo “onde não só o rei deixou os erros e superstições da gentilidade, mas também grande parte de seus vassalos”.²⁰⁵ Terminando as conversões em Jamo partiram para Guinsangor, de onde foram expulsos pelo rei.

Decidiram seguir viagem mais a Sul, em direcção a Serra Leoa. Passaram, pelas ilhas de Bocio e Bissau, os respectivos reis não quiseram receber o baptismo, e não puderam fazer nenhuma conversão. Limitaram -se a administrar os sacramentos aos cristãos que encontravam nestas regiões. Aproveitaram um navio que estava de partida para o Rio Nuno, para visitar a povoação.

No Rio Nuno ergueram uma ermida e dali viajaram até a Serra Leoa, onde frei Paulo converteu “o rei mais poderoso dos daquela terra, chamado Granfarma”,²⁰⁶ que faleceu dias depois de se ter tornado cristão. O gentio da Serra Leoa tinha reputação de ser dócil, e receptível a fé cristã, especialmente os sapes, que segundo as informações de Francisco de Lemos Coelho, viviam nos reinos de Casteresl, Boulões, Carecole, bagas e Lagos. Estas informações tornavam a Serra Leoa num destino preferido pelos missionários. Ali passaram três meses, estabeleceram em Cashimpim e Lagos, de onde saíam para as outras partes, foram meses de muitas privações principalmente a nível de alimentação. Iniciaram a viagem de regresso a Cacheu, aportaram nas ilhas dos Bijagós. Entraram no Rio Grande, e na povoação de Balloula, baptizaram o rei e muitos gentios.²⁰⁷

Frei Paulo veio a falecer em 1664, durante uma visita que fez ao reino dos Banhús²⁰⁸. Os seus restos mortais foram levados para Cabo Verde, em 1666 e foi sepultado no convento de Ribeira Grande. Frei Sebastião de São Vicente passou a residir no hospício de Cacheu, depois passou para a ilha de Santiago, de onde viajou para o reino.

Terminou assim, o apostolado de mais de 3 anos, dos dois capuchos da piedade pelas terras da Guiné e da Serra Leoa. O capitão mor de Cacheu Manuel Dias Cotrin, em carta ao rei de Portugal, de 29 de Janeiro de 1661, louvou o trabalho dos dois capuchos, informando que“ [...] tratarão e puzerão por obra de meterem doutrina nesta matriz, a salue dos sabados à noite depois das ladainhas, pregação que o dito frey Paulo

²⁰⁴ Idem, p. 423

²⁰⁵ Idem, p. 424

²⁰⁶ Frei Manuel de Monforte *ob. cit.* p. 772, Frei Francisco Santiago *ob. cit.* p. 425

²⁰⁷ Francisco Santiago *ob. cit.* p. 425

²⁰⁸ Frei Manuel de Monforte *ob. cit.* p.773

faz com grande devoção e os domingos o próprio frey Sebastiam dá doutrina ao povo sem falta [...]”²⁰⁹. A par do quotidiano dos missionários, o capitão alude a conversão de cinco reis, muitos fidalgos e centenas de gentios, contudo, segundo as fontes que relatam esta viagem missionara, os dois religiosos converteram sete reis, durante o tempo de missionação, como podemos constatar pela tabela nº 1.

Tabela 1 – Reis africanos convertidos pelos missionários da primeira missão de capuchos da Piedade

Reinos	Conversão
Banhuns, porto de Quinquin	Conversão de um rei chamado Lampo, após o baptismo recebeu o nome de Afonso
Matta Matta	Converteram o rei Converteram o rei
Cassangas	Converteram o rei
Cassamansa	O rei não quis receber o baptismo
Baçarel	Converteram o rei
Cajeguete	O rei já era cristão
Jamo	Converteram o rei
Guinsangon	Foram expulsos pelo rei local

²⁰⁹ Idem, p. 149

Bocio e Bissau	Os reis não aceitaram o baptismo
Serra Leoa	Converteram um rei chamado Granfarma
No Rio Grande, na povoação de Balloula	Baptizaram o rei

Depois da saída destes missionários da região, estas comunidades não mantinham grandes ligações com o catolicismo, por falta de religiosos para dar assistência espiritual. Contribuindo para a resistência das práticas animistas²¹⁰, fazendo com que essas conversões não fossem douradoras.

3.1.2- Segunda Missão dos Franciscanos Capuchos da Piedade

Os cronistas Manuel de Monforte e Francisco Santiago chamam a atenção para os muitos pedidos que partiram de Santiago para que fossem mais franciscanos capuchos para a missão de Cabo Verde.

A segunda missão foi constituída por 12 religiosos, que embarcaram em Lisboa com destino a ilha de Santiago em 27 de Maio de 1662. Depois de 16 dias de viagem chegaram a ilha do Maio, dois frades desembarcaram aí, tendo sido recebidos pelo capitão Braz Rodrigues, e mais tarde saíram fugidos da ilha, quando avistaram uma embarcação, que aparentava ser um navio pirata. No mesmo dia, chegaram ao porto da vila da Praia, na ilha de Santiago. No dia 11 de Junho de 1662 amanhecera no porto da cidade de Ribeira Grande²¹¹.

Esta missão, a nível de fontes para o estudo do quotidiano missionário, é muito rica, graças a relação de frei André de Faro sobre as missões da Guiné, nos anos de

²¹⁰ Sobre o animismo ver: Issaiaka-Prosper Laeye, “As Religiões da África Negra” in *As Grandes Religiões do Mundo*, Dir. de Jean Delumeau, trad. De Pedro Tamen, Lisboa, Editorial Presença, 1997, pp. 613-679

1663 e 1664.

André de Faro faz descrições das terras, das suas gentes, usos e costumes, e do relacionamento com os portugueses. Inserido no âmbito das literaturas de viagem o relato do capucho português, constitui uma importante fonte no que reporta a missionação dos capuchos portugueses na Costa Ocidental Africana.

A viagem de André de Faro e do seu companheiro frei Salvador Taveiro, pela terra dos gentios, teve um percurso diversificado e aleatório. O itinerário não correspondeu a um programa predefinido, mas tinha como finalidade a missionação na Serra Leoa, que como já vimos anteriormente exercia grande fascínio aos religiosos. Porém, regressaram a muitas comunidades criadas pelos seus antecessores, transmitindo-nos a ideia de querer dar continuidade ao trabalho missionário. A relação constitui o essencial da odisseia de André de Faro e dos relatos do trabalho missionário de frei Salvador de Taveiro. O espaço geográfico percorrido pelos frades, muitas vezes, é impossível de enquadrar cronologicamente, devido as referências indefinidas em relação ao tempo. André de Faro chegava às aldeias e povoações, estabelecia contactos com a população, a seguir colocava em prática o seu projecto evangelizador e no final imprimia o seu olhar, um olhar de viajante europeu, sobre as realidades africanas. Algumas vezes fascina-se, outras apenas constata, relata e reprova as atitudes que considera pouco cristãs, pouco civilizadas. O outro - o negro, cujo objectivo do seu trabalho é a “salvação da sua alma”, aparece caracterizado de diversas formas, consoante a região. As contingências do meio, o esforço físico e psicológico, a luta pela sobrevivência quotidiana deixaram marcas na narrativa, onde, os valores da expansão da fé cristã se sobrepõem às dificuldades do meio. Em todas as paragens, a acção evangelizadora, desdobrava-se em baptismos, na pregação, nas confissões, e administração dos demais sacramentos.

A realidade missionária na Guiné, por si só complexa, englobava, muito mais que a simples difusão da palavra de Deus. O frade estabeleceu contactos com os reis e seus súbditos principais, com vista a obter apoio para a sua missão.

A conversão da gentilidade teve momentos diferenciados, em algumas povoações conseguiam muitos baptismos, noutras eram simplesmente expulsos, sendo que, em algumas demoram dias doutrinando e catequizando os autóctones, no final dos quais estes recebiam o baptismo.

²¹¹ Francisco Santiago *ob. cit.* p. 774

Quanto aos modelos didácticos da catequização do gentio, sobressai a forma como o religioso convida o gentio a abraçar a fé católica, transcrevendo alguns, como foi o caso da conversão do “fidalgo” Bexari, no reino dos Boylões episódios, na Serra Leoa. Desta conversão, resultou um detalhado relato, onde a persistência do missionário foi o principal factor que contribuiu para aceitação do baptismo por parte do “fidalgo”.

A acção missionária, feita de sucessos e insucessos conduz, à descrição da realidade, do negro, das suas qualidades e defeitos, sob um olhar europeu. Os conceitos “mau” e “bom” servem para catalogar os indígenas. Os maus, ao contrário dos bons dóceis, ofereciam resistência a adesão à nova religião, pondo em risco o programa missionário.

A existência de espaços e objectos sagrados para os africanos, dentro ou fora das habitações, como eram o caso das *Chinas*²¹², originaram muitos conflitos entre os padres e os autóctones. Estes locais de ligação entre o crente e a divindade, próprios das práticas das religiões africanas, representavam aos olhos dos missionários, um exemplo de desunião com Deus, pelo que pediam para serem destruídas depois da conversão, o que acabava quase sempre por criar conflitos.

Oito dias após o desembarque na Ribeira Grande, o comissário frei António de Azere, enviou dois frades para catequizar nas ilhas de Barlavento, sendo eles, frei Manuel de Alter e Frei João de Eiras. Ambos confessores, “[...] nas ditas ilhas de balravento, se exercerão em confessar, e bautizar, fazendo suas praticas, e doutrinando touda aquella gente[...]”²¹³. Esta assistência religiosa naquelas ilhas durou apenas 15 dias, porque a embarcação que os transportava tinha de regressar ao porto de Ribeira Grande. Depois do regresso dos dois confessores, o comissário encarregou outros dois religiosos frei António de Giras e frei António de Ourega da evangelização da ilha do Fogo, onde permaneceram oito meses. Findo esse período, foram substituídos por frei Manuel de Alter e frei Manuel de Cova.

O irmão comissário decidiu regressar ao reino juntamente com os 4 frades da

²¹² O termo *china* era usado para designar de forma genérica os objectos e locais de culto animista. Segundo António Carreira anteriormente ao emprego do termo feitiço os locais onde se realizavam as cerimónias religiosas e os *ídolos* e *símbolos* tinham o nome comum de *China*, nas línguas africanas, do Senegal a Serra Leoa. A expressão *China* foi preservada entre os Felupes, Cassangas e Banhuns, na forma de *Chinabú*, com o acréscimo do sufixo *bú*; André Álvares de Almada no Tratado Breve dos Rios da Guiné descreveu estas práticas; ver: António Carreira, “Símbolos, ritualistas e ritualismos âimo-feiticistas na Guiné Portuguesa” Separata do *Boletim Cultural da Guiné*, Nº 63, Ano XVI, Bissau, 1961, pp. 506-539

²¹³ Relação de Frei André de Faro sobre as missões da Guiné in António Brásio *ob. cit.* p. 184

primeira missão, que se encontravam há quatro anos no convento. Para tal, reuniu o “capitolo dos frades“, dando-lhes directrizes para o funcionamento do convento e nomeou frei André de Faro para seu porteiro.

Os padres que ficaram no convento ocuparam -se de “[...] confessar, pregar, emsinar a doutrina [...]. No seu relato sobre a evangelização na ilha de Santiago frei André de Faro, afirma que:

“O numero de almas que por meio destes exerçios, e das confições se tornaram a Deos; os pecados que se tirarão: os males que se impediram; as necçeçidades esperituaes, e corporaes, que se rremediarão; os abuzos e superstissões grandes, que se arrancarão [...] viviasse com tanta largueza nesta ilha que se passava a Quaresma, e a maior parte da gente se não vinhão confessar, nem dezobrigar senão pelo Sam João, esta isto tão diferente com a vinda dos religiosos, que não somente se confessam pella obrigação da Quaresma, mas muitas vezes pelos dias das indulgências [...]”²¹⁴

Dois meses depois da chegada dos capuchos à ilha de Santiago, a maior parte do grupo adoeceu. Por este motivo a missão na costa da Guiné foi adiada. Nove meses depois da chegada do grupo, frei André de Faro, frei Salvador Taveiro e frei Francisco de Braga partiram para a costa da Guiné, em 9 de Março de 1663.

Os religiosos chegaram à vila de Cacheu a 17 de Março de 1663, no domingo de Ramos, tendo sido recebidos pelo capitão-mor António da Fonseca de Ornelas e por frei Sebastião de São Vicente²¹⁵, que se encontrava na Guiné em trabalho missionário há três anos. Frei Paulo de Lordelo, encontrava-se no reino de Banhnus edificando uma igreja, quando soube da chegada dos seus confrades regressou de imediato a Cacheu.

Os três religiosos ficaram hospedados no hospício de Cacheu. Durante as festividades da Semana Santa os cinco padres ocuparam-se da assistência religiosa comunidade cristão da vila.

²¹⁴ MMA, vol. VI, p. 187

²¹⁵Frei Sebastião de São Vicente fez parte da primeira missão de capuchos da província da Piedade na diocese de Cabo Verde, e aquando da chegada destes religiosos em Cacheu, encontrava-se a 3 anos na costa da Guiné, juntamente com frei Paulo de Lordello.

Segundo relata frei André de Faro, depois da Páscoa, ele embarcou na companhia de frei Paulo de Lordelo e Francisco de Braga “pelo rio acima” chegando no reino dos Banhuns (porto de Quimgim) onde “fazíamos doutrina aos que herão ia bautizados“. Uma vez neste reino, foram visitar o rei, que já havia se convertido ao catolicismo e se chamava D. Diogo. Pediram autorização ao rei para retirar uma *China* que se encontrava perto da igreja que estava a ser construída ali. O rei atendeu ao pedido dos frades e mandou retirar a *China* do local. Este acto provou grande insatisfação entre os seus súbditos. Amotinaram-se ameaçando os religiosos caso a *china* não voltasse ao local.²¹⁶ Os religiosos escaparam ilesos graças a intervenção de alguns homens enviados pelo rei. Neste caso, os amotinados revoltaram-se contra uma ordem do seu chefe. Se, geralmente, os súbditos seguem a região do seu rei, neste reino o forte enraizamento das práticas animistas levou-os a protestar contra os representantes da nova religião do rei. O que na prática significa que a conversão do rei só por si, não resolvia o problema da difusão do catolicismo na região.

De Quimgim voltaram para Cacheu. Desta vila, André de Faro e Salvador de Taveiro embarcaram para o Rio Nuno. A caminho do Rio Nuno, aportaram em Bissau.

Em Bissau, tentaram converter o rei, este mostrou-se relutante em receber o baptismo, mas deixou bem claro que “[...] não empedia e ninguém de seu reyno que se quizesse bautizar e fazer cristão [...]”²¹⁷. A sua mulher “maior” teve autorização para receber o baptismo, uma vez que já tinha sido catequizada pelos padres.

Confessaram cerca de 130 pessoas e baptizaram treze pessoas. Próximo da igreja de Bissau, que segundo André de Faro, ficava junto ao mar, “os gentios tem huma china geral posta debaixo de huma arvore cuberta por uma cabana pequena”, onde os habitantes, incluindo o próprio rei prestam culto em determinados dias do ano, fazendo oferendas. Incomodado, com esta manifestação, o capucho relata que só não pediu para que a *china* fosse retirada do local, por se encontrar com pressa para embarcar para o seu próximo destino.

Lamentando estas práticas religiosas, que denominou de “adorações ao diabo”, afirmou que a falta de ministros do evangelho, não ajudava a resolver esta questão, porque a presença de religiosos na região ajudava a eliminar estas práticas.

A 30 de Abril de 1663 chegaram ao Rio Nuno, onde o rei já era cristão e se

²¹⁶ MMA, vol. VI, p.196

²¹⁷ MMA, vol. VI, p. 198

chamava D. Vicente. A igreja local de invocação a Nossa Senhora da Graça, encontrava-se queimada, na sequência de um incêndio que havia destruído muitas habitações. Nesta povoação confessaram muitos cristãos e baptizaram 54 pessoas. Permaneceram dois meses, tempo em que “todos os sabados cantavamos ladainha de nossa senhora, â qual, todos respondião, no final avia sempre pratica, todos os domingos e dias santos faziamos doutrinas, às quais se juntavam toda a gente que avia, todos os domingos ao tempo da missa avia pratica, por meio dos quais exercícios muitos se tornavão a Deos, e muitos se bautizavam [...]”²¹⁸.

Ao fim de dois meses de assistência, divididos entre a catequização dos gentios e auxílio espiritual aos cristãos, chegou à região uma nau inglesa, com destino à Serra Leoa. A nau fez-se a vela a 18 de Junho, transportando André de Faro, enquanto, frei Sebastião de São Vicente ficou no Rio Nuno.

A embarcação chegou a 2 de Julho à Serra Leoa, André de Faro viajou então numa canoa, em direcção ao porto de Tumba, onde se encontrava o capuchinho espanhol Agostinho de La Ronda. O rei de Tumba já era católico. Os dois religiosos confessavam, baptizavam e administravam os demais sacramentos. Depois, partiram para o interior da Serra Leoa:

“Passados quinze dias da minha chegada, me embarquei em huma canoa em companhia do ditto religioso, a fizemos a primeira sahida, a huma aldea dos gentios, que estava duas legoas pelo rio adentro, o maior que morava nesta aldeia hera hum fidalgo, já christão, o nome que tinha de gentio antes de se bautizar era Longô. Chegamos a dita aldea, o fidalgo christão nos recebeu com cortezia [...]

Esta incursão pelo sertão, deteve-os alguns dias nesta aldeia, onde catequizaram e baptizaram “os principais” da terra. Despertaram a ira dos gentios quando, frei André tirou um “ídolo” que estava no meio da aldeia, substituindo -o por uma cruz. Também, destruiu duas *chinas* na casa de um gentio. O povo reagiu mal à atitude do capucho:

“ [...] houve grande inquietação em à aldea, e todos em hum corpo se

²¹⁸ MMA, vol. VI, p.20

levantarão em guerra, contra quem fizera o dezacato, e derribara e zombara de seos idallos, e todos cercando a cazinha em que eu estava, com arcos, çetas o mosso que com migo estava fogio e se escondeu ficando so eu em caza, o outro religioso não sabia de nada, por estar a caza onde se agassalhara longe desta [...] ²¹⁹”

O religioso foi socorrido por um fidalgo cristão, “que era o maior daquela terra” e pelos seus filhos, todos armados. O desagrado da população leva-nos a crer que não eram cristãos, ao contrário dos “principais da terra” que já tinham sido catequizados. Nos portos e aldeias onde chegavam, primeiramente os missionários estabeleciam contacto com a elite local. Num segundo momento tentavam evangelizar as populações. Depois, deste incidente André de Faro e Agostinho de la Ronda regressaram ao porto de Tumba.

Sozinho, o capucho da Piedade viajou pelo rio acima na companhia de um “homem preto que sabia falar português”. Aportaram num ilhéu, chamado Toso, onde, segundo o missionário os ingleses tinham uma casa de trato do marfim. ²²⁰

Naquele ilhéu não vivia nenhum católico, os ingleses ofereceram agasalho ao missionário. Vinte dias depois da sua chegada, arribou naquele porto, uma nau proveniente da Inglaterra. Cansado da sua peregrinação pela costa africana, o capucho decidiu regressar à Europa na embarcação, desistindo alguns dias depois da viagem.

Aproveitando, que uma chalupa inglesa ia ao reino de Lagozes buscar mantimentos, ele deslocou-se até aí. Encontrou uma igreja edificada, onde se recolheu durante a sua estadia ²²¹. Catequizou muitos gentios durante cinco dias, no final das quais baptizou 25 pessoas; permaneceu doze dias nesta aldeia confessando muitos cristãos. O rei dos lagozes já era cristão e chamava-se D. Filipe, e antes da sua conversão tinha o nome gentio de Bolo Farê. André de Faro regressou ao ilhéu do Torso, onde se desentendeu com os ingleses, por administrar sacramentos na casa onde estava hospedado, que era propriedade dos ingleses.

Embarcou numa canoa com destino ao reino de Boylões, onde o rei era cristão e se chamava D. Miguel. Muito poucos dos seus súbditos eram cristãos, mas conseguiu baptizar 37 pessoas. A passagem por este reino ficou marcada pela conversão de um

²¹⁹ MMA, vol. VI, p. 205

²²⁰ MMA, vol. VI, p. 208

“fidalgo poderoso” chamado Bexari. O capucho procurou o “fidalgo” para catequizá-lo, uma vez que, depois do seu baptismo, poderia converter outros dois gentios e as suas respectivas famílias, na medida que estes dependiam daquele, que era seu parente²²². O religioso explicou ao “fidalgo” que ao receber o baptismo “gozaria das felicidades que gozavam os christãos” e teria uma segura entrada no céu. O gentio reagiu mal agredindo-o e expulsando-o da sua casa. O padre foi queixar-se ao rei, e três “fidalgos” da casa do rei acompanharam-no no dia seguinte a casa de Bexari. Durante uma tarde, foi catequizado com “prolongada pratica”, no final da qual, estava mais receptivo as palavras do padre.²²³ No dia seguinte, ele aceitou ser baptizado e o capucho passou a noite a catequizá-lo e ensinando-lhe a doutrina cristã, recebendo o baptismo na manhã seguinte.

Nesta conversão esta bem patente a importância do rei local na aceitação do catolicismo, neste caso, ao enviar “fidalgos” sua casa, para ajudar o capucho, o rei indirectamente estaria a pressionar Bexari a escutar as palavras de André de Faro, tornando-o mais receptível a catequização.

O trabalho na Serra Leoa compreendeu saídas para o sertão acompanhado por dois cristãos que serviam de intérpretes, chegando numa aldeia, onde segundo André de Faro, não foram reconhecidos como portugueses, devido aos trajes religiosos que usavam, acabando por ser expulsos. O que nos leva a crer que os habitantes daquela aldeia nunca tinham visto missionários, o que é perfeitamente compreensível dado ao escasso número de religiosos na região, e ao facto da aldeia se situar no sertão da Serra Leoa. Viajaram depois, para outro porto, onde eram nativos os donos da canoa que os transportava. Neste porto, André de Faro permaneceu 19 dias, nos quais catequizou e baptizou 27 pessoas, todas familiares de um português, que vivia há mais de 20 anos na Serra Leoa e tinha nove mulheres.

Despedindo-se da aldeia, embarcou numa canoa para fazer a viagem para o “ryo abaxo”, contudo, devidos as condições do tempo, ao fim de três dias e duas noites, a canoa chegou ao ilhéu dos ingleses²²⁴. Nesta terceira estadia, no ilhéu Taso, encontrou dois portugueses na casa dos ingleses, com o intuito de vender marfim e escravos. O padre fez menção que estava “ [...] posta e publicada huma excomunhão do reverendo

²²¹ MMA, vol. VI, p. 213

²²² MMA, vol. VI, p. 216

²²³ MMA, vol. VI, p. 219

²²⁴ MMA, vol. VI, p. 228

cabido de Cabo Verde, pera que nenhum português vendece negros aos ingleses nem a outros herejes”²²⁵ Com a sua presença os portugueses desistiram do negócio, desapontando os ingleses que pediram para se retirar do ilhéu. No dia seguinte, chegou uma embarcação, que transportava frei Salvador Taveiro, que havia ficado no Rio Nuno.

Os dois religiosos trabalharam separados durante oito meses. Durante este tempo, Salvador Taveiro, conseguiu muitas conversões nas aldeias vizinhas do Rio Nuno, como era o caso de Gilbonto, onde baptizou 54 pessoas, e numa aldeia onde vivia o “rei grande” onde baptizou 23 pessoas. Dali embarcou para Ponga, onde demorou três meses na conversão dos gentios; nesta aldeia teve notícias que André de Faro se encontrava no ilhéu Taso na Serra Leoa, e decidiu ir ao seu encontro. Nos últimos dias de André de Faro na Serra Leoa, este baptizou cerca de 46 pessoas²²⁶.

Os dois religiosos partiram para o Rio dos Cáceres; pelo caminho entraram numa aldeia, onde segundo o autor da relação, encontrou a maior quantidades de *chinas*, com os mais variados ornamentos e oferendas. As *chinas* constituíam-se geralmente numa pequena cabana forrada com uma ou duas esteiras, com um pequeno altar com alguns seixos do tamanho de uma mão, cada membro de uma família tinha ali a sua pedra, mas também, podiam ser feitas com sangue de animais em vez de pedras e paus. Estas *chinas* eram erguidas nos caminhos, nas entradas e no meio das aldeias, como também nas habitações.

Os religiosos durante o processo de conversão dos gentios pediam que destruíssem estes locais de culto. Um claro exemplo, foi o que aconteceu nesta aldeia, quando tentavam converter “hum negro rico e poderezo” irmão do rei, e consequentemente pediram que destruísse os seus antigos objectos de culto; acabaram por ser expulsos da aldeia, sem conseguir nenhuma conversão.

Ao chegarem ao Rio dos Cáceres, encontraram sete navios portugueses²²⁷ vindos de Cacheu, para negociar um fruto chamado côla, em troca de panos de algodão. Os negros do rio dos Cáceres por sua vez vendiam os panos de algodão ao mandingas²²⁸

²²⁵ MMA, vol. VI, p. 228

²²⁶ MMA, vol. VI, p. 231

²²⁷ Sobre o comércio português na região ver: Maria Manuel Ferraz Torrão, “Rotas Comerciais, Agentes Económicos, Meios de Pagamento” in *HGCV*, Vol II, p. 17-123

²²⁸ MMA, vol. VI, p 236

Ergueram uma ermida na aldeia de Cachimpim, onde rezaram a missa e confessaram os cristãos. Frei Salvador Taveiro partiu sozinho para a rio de Deponga e dali para o Rio Nuno. No rio dos Cárceres André de Faro, baptizou 50 pessoas tendo como padrinhos os capitães dos navios que estavam naquele porto. Partiu para o interior do reino na companhia de alguns portugueses e intérpretes, visitando muitas aldeias até o fim do rio, em todas elas converteu muitos gentios. Recolhendo-se a aldeia de Cachimpim no final desta viagem, deu continuidade às conversões, baptizando alguns escravos que os portugueses tinham comprado.

A 3 de Fevereiro, embarcou numa barca de que era piloto um português natural do Porto, chamado Manuel Correia de Sá; arribaram no porto de uma aldeia chamada Ratum, onde o chefe local já era cristão e se chamava D. Pedro, e havia aí uma igreja. Baptizaram dez pessoas nesta aldeia, ao fim de alguns dias de catequização. Continuaram a viagem por terra pelo interior, percorrendo muitas aldeias, entre elas a aldeia do rei Sago, que não quis receber o baptismo, não obstante os dias e noites que perderam com a sua conversão.

Deixaram a barra do rio dos Cárceres, em vinte de Abril de 1664²²⁹. Após, vinte e três dias de viagem chegaram a ilha do Meio, no arquipélago dos Bijagós, no dia seguinte, foram a ilha Roxa, e dali rumaram para o Rio Grande, onde chegaram a 15 de Maio.

Encontraram uma igreja feita coberta de palha e com as paredes de barro, que estava a cargo de um cristão natural da Guiné, o rei já era cristão chamava-se Domingos Taborda, e recebeu-os muito bem, oferecendo-lhes frutas e uma vaca²³⁰. Muitos cristãos foram baptizar seus filhos. A comunidade cristã do Rio Grande era na sua maioria fruto do trabalho apostólico de frei Paulo de Lordelo e Frei Sebastião de São Vicente, da primeira leva de missionários da Província da Piedade.

André de Faro administrou os sacramentos aos cristãos e baptizou 27 gentios. O religioso queria voltar para o Rio de São Domingos, mas o capitão da embarcação onde seguia, tinha de ir a povoação de Farim. Nesta povoação baptizou oito pessoas e confessou alguns homens de negócio. De Farim, depois de uma viagem de cinco dias chegou a Bissau. Aí teve a notícia da morte de frei Paulo. Esteve mais três dias em

²²⁹ MMA, vol. VI, p. 245

²³⁰ MMA, vol. VI, p. 250

Bissau, baptizando “quinze pessoas todas filhos de pães e manis christans”²³¹

Em 5 de Junho, após 45 dias de viagem, chegou ao hospício da Piedade em Cacheu, onde encontrou o capuchinho espanhol frei João de Peralta.

Reencontrou frei Salvador Taveiro, que tinha dividido o seu tempo no trabalho apostólico no Rio Nuno e no rio de Deponga. Mais tarde, André de Faro regressou a Bissau com a intenção de passar para o reino dos Balantas, mas soube que os nativos não consentiam a presença de brancos nas suas terras. Em Bissau adoeceu, tendo permanecido dois meses de cama. Passando a época das águas, que terminam em Setembro, preparou-se para regressar a Cacheu, e dali começar a segunda grande viagem pela Guiné, na companhia de Frei Salvador Taveiro. Durante a viagem de regresso a Cacheu foi vítima de uma tempestade, dando a costa junto da região dos Felupes. Ele e os companheiros de viagem ficaram cativos dos gentios. Liberto, conseguiu finalmente chegar a Cacheu, onde se encontrava Salvador Taveiro.

Esta viagem começou e terminou na vila de Cacheu e teve com principal objectivo a conversão da gentilidade da Guiné. Não conseguiram a conversão de nenhum rei. Nos reinos e aldeias por onde passaram a maioria dos reis já eram cristãos e nos poucos casos em que não eram, não aceitaram o baptismo, como foi o caso do rei de Bissau e na aldeia do rei Sago. No entanto, conseguiram muitas conversões entre “os principais da terra” e as restantes populações. Demoravam dias a catequizá-los, ensinando-lhes a doutrina cristã, ao fim dos quais administravam o baptismo, o objectivo principal do trabalho missionário.

O relato do missionário terminou em Cacheu. Os missionários acabam por viajar para a ilha de Santiago, de onde André de Faro regressou a Lisboa.²³² Salvador Taveiro, permaneceu em Cabo Verde, tendo regressado mais duas vezes a Guiné, tendo falecido, por volta de 1676.

Dos muitos franciscanos da Piedade que foram trabalhar para a diocese de Cabo Verde, apenas cinco missionaram na Guiné. Frei Paulo de Lordelo e Frei Sebastião de São Vicente da Beira, da primeira leva de missionários. Frei André de Faro, frei Salvador Taveiro e frei Francisco de Braga da segunda leva de missionários.

Frei Francisco de Braga, depois da estadia dos missionários no reino dos banhuns desaparece dos relatos, desconhecendo a sua acção apostólica e detalhes da sua

²³¹ MMA, vol. VI p. 253

²³² Francisco Santiago *ob. cit.* p. 436

vida nos “Rios da Guiné”.

A acção dos primeiros missionários foi marcada pelos baptismos de alguns reis, conseguindo criar muitas comunidades cristãs na Guiné. Enquanto, que o trabalho apostólico dos últimos missionários, sobressai pela quantidade de conversões e da forma que se processam, aproveitando o trabalho da conversão dos reis feito pelos missionários da primeira viagem. Não há um trabalho sistemático e nem fixação de missionários na Guiné. Durante as viagens visitavam comunidades, podiam demorar dias ou nalguns casos, meses, afim dos quais partiam para outra povoação para converter mais gentios. As novas comunidades cristãs ficavam com fracas ligações a nova religião, as suas práticas e sacramentos, contribuindo para a fraca assimilação e perversão do cristianismo na região.

A província da Piedade permaneceu na diocese até a criação da província da Soledade. A partir daí os capuchos da Soledade ocuparam-se na missionação na Guiné.

3.2- Os Franciscanos da Província da Soledade

Durante a segunda metade do século XVII a missionação da Guiné atingiu o seu auge. A transmissão dos valores do Cristianismo estava a ser feita pelos capuchinhos espanhóis e capuchos portugueses. A par, da luta por parte dos espanhóis para legitimar a missão e os incidentes com as autoridades portuguesas, os dois ramos da família franciscana obtiveram muitas adesões, baptizando chefes locais e seus súbditos. É neste contexto, que uma segunda província capucha portuguesa entrou no cenário missionário da região. A província da Soledade foi estabelecida por breve pontífice de Clemente X (1670 -1676) de 11 de Junho de 1673, fruto de uma divisão no seio da Província da Piedade; foi formada por religiosos de aquém Tejo e da diocese de Cabo Verde, constituindo a 13ª província portuguesa.²³³ Com a missionação na diocese de Cabo

²³³ Francisco Santiago Barcellense, *Chronica da Província de Nossa Senhora da Soledade*, Apresentação de Henrique Pinto Rema, Fac-símile Sara Costa, Lisboa: Província Portuguesa da Ordem Franciscana, [200-]- 2009, p. 137

Verde a cargo da nova província²³⁴, o convento de Nossa Senhora da Piedade, na Cidade de Ribeira Grande em Santiago de Cabo Verde, passou a se chamar convento de São Francisco da Ribeira Grande. Neste ponto do trabalho ocupar-nos-emos da análise do trabalho destes missionários na Guiné, durante as últimas décadas do século XVII²³⁵.

A nível de fontes para o estudo desta missão, ela carece de relatos e relações que nos ajudariam a compreender a dinâmica missionária e a interacção dos religiosos com as populações locais. Temos ao nosso dispor um conjunto de cartas, cartas régias, consultas, bem como as relações das viagens de D. frei Vitoriano Portuense à Guiné.

Em 21 de Fevereiro de 1674, a província enviou 10 capuchos para a missão de Cabo Verde e Guiné²³⁶. Frei Vicente de Celorico foi escolhido como guardião do convento, sendo acompanhado por frei André de Fajã, frei João de Eiras, frei Manuel de Lisboa, frei Manuel de Cantanhede, frei Manuel de Antanol, frei João de Vilarinho, frei Manuel de Castelo Rodrigo, frei André de Coimbra e frei António de Coja.

Este novo grupo missionário não manteve boas relações com o bispo D. frei António de S. Dionísio, apesar de pertencerem à mesma ordem religiosa. Este prelado solicitou que fossem enviados clérigos reformados do recolhimento do Espírito Santo para a missão da Guiné, como veremos mais a frente. Recordemos que este prelado manteve ligações com o missionários espanhóis, que na mesma época trabalhavam na região, pois, até passou uma carta de recomendação a frei António Truxillo, superior daquela missão para que viajasse à Lisboa, afim de legitimar a missão, como já vimos anteriormente. Em 30 de Agosto de 1681, o Conselho Ultramarino fez consulta acerca de uma carta do prelado onde pedia que os capuchinhos espanhóis fossem enviados para a diocese, porque os missionários portugueses que se encontravam na Guiné eram “sem letras nem prestimo, pera [a] empresa”²³⁷

Não obstante, os capuchos terem-se fixado em Santiago na década de 50 do século XVII, o convento carecia de estruturas materiais, como dormitórios e uma enfermaria, para a comodidade dos frades, sendo que D. Pedro II, por provisão de 30 de Março de 1675, fez mercê aos religiosos do convento de 300 mil réis em dois anos pagos com a arrecadação dos direitos dos navios castelhanos que fossem a Santiago,

²³⁴ Idem, p. 148

²³⁵ Os franciscanos capuchos portugueses missionaram na diocese de Cabo Verde até ao início do reinado de D. Maria I (1777-1816), enfrentando depois do apogeu registado no século XVII uma situação de declínio missionário; Cf. Henrique Pinto Rema ob. cit. P. 164

²³⁶ Carta de D. Pedro aos oficiais da Câmara da Ribeira Grande in *MMA*, vol. VI, p. 358

²³⁷ *MMA*, vol. VI, p. 469

para poderem dar andamento às obras do convento²³⁸.

Não sabemos ao certo a data que estes religiosos foram à Guiné, contudo em 1677, já se encontravam dois frades da Soledade em Cacheu para reedificar “ [...] o hospício, que havia anos tinham lá feito, e o deixarão arruinado, e aquela povoação sem remédio, por cuja causa esta aquela cristandade muy atrasada;”²³⁹. Para acompanhar os dois frades, o bispo enviou alguns clérigos e um religioso da Terceira Ordem. D. Fr. António de S. Dionísio testemunhou a decadência da missão da Guiné, numa carta de 2 de Junho de 1677, solicitando o envio de alguns clérigos reformados do Espírito Santo de Lisboa²⁴⁰. Sobre o pedido do bispo, o Conselho Ultramarino foi de parecer que os missionários da Soledade deveriam continuar a missionar na diocese, visto terem aí um convento²⁴¹.

Em Agosto de 1678, 14 religiosos assistiam no convento de Ribeira Grande. Um morador da vila de Cacheu, chamado Sebastião Vidigal da Rosa ofereceu-se para construir e sustentar um hospício em Cacheu para os religiosos da Soledade, onde poderia residir 5 ou 6 capuchos²⁴². Porém, em 1680, o guardião do convento de São Francisco participou ao príncipe regente D. Pedro que as obras do hospício haviam terminado e pediu que enviassem mais missionários, por só se encontrarem dois capuchos no hospício²⁴³.

O número de religiosos portugueses que se fixavam em Santiago foi sempre superior ao dos que viajavam para a Guiné para a conversão dos gentios. A dureza do clima, a pouca qualidade de vida nos Rios da Guiné e a natureza do trabalho, viajando de povoação em povoação, passando por diversas privações à nível de alimentação, tendo sempre a vida em risco, podiam ser fortes entraves à ida de mais missionários para a Costa Africana. Se o continente, era atractivo, por se encontrarem aí os gentios, os principais alvos do seu projecto missionário, a ilha de Santiago oferecia-lhes mais comodidade, poupando mais vidas. Muitos acabavam por ficar no convento de São Francisco, tratando das obras para o seu melhoramento e prestando assistência religiosa na “ilha de Cabo Verde”.

²³⁸ Provisão de D. Pedro aos Franciscanos da Soledade de 30 de Março de 1678 in *MMA*, vol. VI, pp. 417-418

²³⁹ *MMA*, vol. VI p. 388

²⁴⁰ *MMA*, vol. VI, pp 388-389

²⁴¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 12 de Agosto de 1677 in *MMA*, vol. VI, pp. 406 -407

²⁴² *MMA*, vol. VI. p. 430

²⁴³ *MMA*, vol. VI, p. 456

O facto é que, neste período, a evangelização da Guiné tinha-se tornado numa prioridade; o regimento do novo governador de Cabo Verde, João Cardoso Pissaro, datado de 10 de Maio de 1676²⁴⁴, deixou transparecer essa necessidade da cristianização da Costa da Guiné:

“A principal cauza, que obrigou os senhores reys meus predecessores mandarem povoar estas ilhas, e as mais conquistas ultramarinas, foi a redução do gentio dellas e promulgação do Sagrado Evangelho, e o aumento da nossa sagrada religião, pello que vos encomendo e vos encarrego muito que procureis por todos os meynos possíveis, que o gentio de todo o districto das ditas ilhas venham em conhecimento da nossa santa feé, e para isto deis todo o favor e ajuda aos ministros andarem nesta occupação [...]”

O mesmo governador foi incumbido de ajudar o bispo na fundação de um seminário para dez ou doze moços naturais de Santiago²⁴⁵. Esta instituição seria sustentada pelo morgado dos Mosquitos, António Martins. Voltaram, assim a admitir-se a possibilidade de promover clero nativo, mesmo que neste caso o alvo fossem fundamentalmente mestiços.

Nesta época, as correspondências das autoridades portuguesas testemunhavam a superficialidade das conversões, para além das informações do bispo de Cabo Verde, um claro exemplo da vivência destes novos cristãos foi uma carta do coronel Tomás Fernandes:

“ [...] tenho informado delle hé hú negro jentio que se bautizou e depois de se bautizado se tornou a sua ley e nunca se quis sujeitar à igreja nossa mãy; destes que vossa senhoria nesta povoação de Cacheu muitos que estão bautizados e estão vivendo na ley sem chegar à igreja, nem se lhe darem da missa nem confiça, dizendo claramente que não hão de deixar a sua ley, oservando oito, nove molheres [...]”²⁴⁶

Este excerto da carta do capitão demonstra-nos o futuro de muitas conversões

²⁴⁴ MMA, vol VI, pp. 385 -386

²⁴⁵ Carta de D. Pedro ao governador de Cabo Verde in MMA, vol. VI, p. 387

realizadas nos rios da Guiné. O não abandono das práticas religiosas e culturais dos nativos era um dos obstáculos ao sucesso da cristianização. A poligamia, prática comum nas sociedades africanas, condenada pelo cristianismo constituía um forte entrave a aceitação de um modo de vida cristã por parte dos gentios.

Em finais da década de 80 do século XVII, a missão de Cabo Verde passava por grandes dificuldades; o bispo de Cabo Verde, em carta de Julho de 1689, afirmou que, “A miseria e perigo que padecem as almas dos que estão em Cacheu, e que vão lá morrendo missionarios sem se poder resgatar a alma de um só negro, por falta de conquista [...]”²⁴⁷ Enquanto, que em Agosto do mesmo ano o guardião do convento de São Francisco, relatava as dificuldades da missão, pelo facto dos religiosos viverem divididos entre as ilhas de Cabo Verde e a Guiné, e por haver um só convento para um bispado com aquela dimensão. Se o capucho da Soledade se queixava dos problemas logísticos da missão, o bispo considerava a missão pouco útil para a Guiné. Dadas as declarações um pouco contraditórias, D. Pedro II, pediu ao governador de Cabo Verde, Diogo Ramires Esquível que averiguasse junto de D. Vitoriano Portuense e do guardião do convento da situação daquela missão, sobre o facto do bispo se ter queixado que os missionários não tinham feito nenhuma conversão. A resposta do governador chegou a Lisboa, em carta de 28 de Junho de 1690, informando que teve noticias que frei António de Entre os Rios, confessor e assistente no hospício de Cacheu havia baptizado 40, confessado 400 e realizado 7 casamentos durante a sua estadia na Serra Leoa, e que outros dois capuchos, dos quais não mencionou os nomes haviam feito muitas conversões no Rio de Nanu e no Rio de Pongo²⁴⁸. Estas notícias contradiziam com a carta do bispo, o que pode ser explicado pelas más relações entre os religiosos capuchos e o prelado, embora este também fosse capucho.

O problema da falta de missionários foi uma constante ao longo desta missão, os que haviam chegado em 1674, foram adoecendo e alguns como frei Domingos de Braga, frei Constantino de Amarante e frei Braz de Montemor faleceram no ano de 1675. Em 1680, frei Manuel de Vilarinho veio a falecer em Cacheu. A mortalidade entre os religiosos era muito alta e não chegavam obreiros do reino em número suficiente para cobrir as perdas. Em 1687, os capuchinhos espanhóis já tinham deixado a Guiné, diminuindo o número de religiosos na região. D. Pedro II, tentou junto ao

²⁴⁶ MMA, vol. VI p. 391

²⁴⁷ MMA, vol. VI, p. 149

provincial da Soledade organizar uma leva de missionários para a diocese. Todavia, esta tentativa de prover a diocese de religiosos não teve êxito, em Março de 1694, o secretário de estado, Roque Monteiro Paim, escreveu ao guardião do convento, frei André de Coimbra comunicando que a província da Soledade respondera negativamente ao pedido de envio de mais frades²⁴⁹.

Outros problemas foram levantados ao longo deste período, como a deslocação dos religiosos da ilha de Santiago para a Guiné. O guardião do convento de São Francisco queixava-se de que os mestres das embarcações transportavam os missionários mediante o pagamento de um frete, da mesma forma que o provedor da fazenda os obrigava a pagar pelo transporte das pipas do vinho que o rei lhes oferecia. Dado os fracos recursos que os missionários dispunham para o seu sustento, o procurador da coroa foi de parecer de que o governador de Cabo Verde devia obrigar os mestres das embarcações a transportar os missionários sem cobrar o referido frete, mas que a Fazenda Real, devia fazer a mantalotagem da embarcação. O Conselho Ultramarino, em consulta de 24 de Novembro de 1688, emitiu o mesmo parecer que o procurador da coroa tendo obtido despacho real positivo²⁵⁰.

Quanto ao trabalho missionários, para além de se fixarem em Cacheu, os missionários da Soledade, também missionavam em Bissau e na Serra Leoa. Através da relação da segunda viagem do bispo à Guiné, apreendemos que anualmente dois missionários viajavam para a Serra Leoa, para dar andamento ao projecto missionários e visitar as comunidades católicas da região²⁵¹.

Nesta época um dos principais objectivos da missão dos capuchos da Soledade era a cristianização de Bissau. A conquista desta povoação tornou-se numa prioridade para a consolidação da presença portuguesa na costa guineense, dada a sua boa localização e o seu bom porto. Em Lisboa chegaram muitas informações, pedidas por D. Pedro II sobre as reais condições da povoação. Em 1694, o escrivão da Fazenda Real da praça de Cacheu, Francisco Cordeiro dos Santos, enviou a Lisboa, *a notícia da introdução da fé na ilha de Bissau*. O autor faz uma exposição detalhada do reino, da sua localização, do seu porto, os géneros comercializados nos “rios” que tinham ligação à Bissau, das actividades comerciais dos franceses, da necessidade dos portugueses

²⁴⁸ MMA, vol. VI, p. 170

²⁴⁹ MMA, vol. VI, p. 207

²⁵⁰ MMA, vol. VI, p. 145 - 147

²⁵¹ Relação do baptismo de D. Pedro rei de Bissau in MMA, vol.VII p. 329

construírem aí uma fortaleza e nomear um capitão –mor, e que para tal a Companhia de Cabo Verde tinha de introduzir cabedais na ilha de Bissau.

Estas e outras medidas foram propostas como solução para expulsar os estrangeiros, contudo o autor adverte que “Nam faz duvda que hé muito necessario ser de modo que se apponta a commerceaçam com este rey e suas gentes, e magnifectura da fortaleza, introducçam do gentio à christandade; porque deste modo se dezenganará o estrangeiro de nam hir commercçar a esta ilha [...]”²⁵². O mesmo acontece com o relato de frei Francisco da Guarda, um missionário que havia regressado da missão da Guiné, respondendo sobre a melhor forma de conquistar Bissau afirmou que:

“Demais, esta dependencia em Bissao ficará sendo de um só rey christão, e nela se pode fazer uma abitação de brancos que os domine, e principalmente porque admitindo a pregação evangelica, como não só admitem mas procurão, os missionários serão os capitães mais seguros que V. Magestade terá pera os conversar na sua observancia [...]”²⁵³.

Estas informações chegadas a Portugal realçavam a importância da missionação para a conservação do comércio português em Bissau e a expulsão dos franceses; para tal era necessário conseguir a conversão do rei e da sua família. Pressupunha-se, assim, que o sucesso do comércio português na região dependia da cristianização de Bissau.

O grande interesse suscitado pela missionação da costa da Guiné, foi demonstrado por D. Vitoriano Portuense, que ficou na História como o primeiro bispo de Cabo Verde a proceder uma visita pastoral à costa africana, pois durante o seu bispado visitou aquela região duas vezes, com pouco intervalo de tempo.

A primeira viagem foi feita em 1694, decorrendo entre 14 de Fevereiro a 6 de Julho, tendo visitado Bissau, Geba, Cacheu, Farim, Chine e Bolor²⁵⁴. Durante a segunda viagem o prelado esteve quase um ano na costa africana, escrevendo um detalhado relato sobre as primeiras semanas da viagem, a relação datada de 15 de Junho de 1696, refere o regresso do *principie* Manuel de Portugal a sua terra natal, depois do seu

²⁵² Notícia da introdução da fé em Bissau in *MMA*, vol.VII p. 24

²⁵³ *MMA*, vol. VII, p. 259

²⁵⁴ Sobre as viagens do bispo à Guiné ver: Avelino Teixeira da Mota, *As Viagens do Bispo D. Frei Vitoriano Portuense à Guiné*, Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa, 1989

baptismo em Lisboa, a sua morte, as diligências para o baptismo do rei de Bissau, bem como a morte deste chefe local. Aspectos que trataremos mais aprofundadamente no próximo ponto deste trabalho reservado a cristianização de Bissau.

3.3. Bissau - Reino Cristão

Nas últimas décadas do século XVI, começaram a estabelecer-se junto ao porto de Bissau, alguns portugueses, com o beneplácito do rei local. A povoação de Bissau atraía europeus dadas as suas qualidades físicas, e ao seu bom porto, que servia uma área do “chão” papel-brame-manjaco. A leste encontrava-se os balantas, que durante séculos recusaram o trato com os europeus, dificultando a acção dos portugueses na sua região²⁵⁵. O missionário capucho André de Faro na sua relação, aludiu ao facto de não poder visitar a nação dos balantas por não aceitarem presença de brancos, mas os balantas frequentavam as feiras da orla leste da ilha de Bissau²⁵⁶, sendo uma oportunidade para estabelecer trocas comerciais com membros daquela etnia; outros, como os papeis, os brames e os manjacos, tinham bom relacionamento com os portugueses.

Nos finais do século XVII, Bissau, era uma importante praça da costa africana, para onde afluíam comerciantes estrangeiros, o rei Bemcapolo Có escreveu que “Bissau hé dos estrangeiros e não dos portugueses, porque olandeses, ingleses, e franceses à porfia ocupam sempre o porto delle com os seus negocios²⁵⁷”.

De facto, a presença estrangeira, principalmente a francesa intensificou-se na Guiné, sobretudo com a actuação da Companhia do Senegal, constituída para assegurar a mão de obra escrava nas Antilhas. Já numa carta régia ao capitão mor de Cacheu, António Barros Bezerra, de 25 de Dezembro de 1680, o príncipe regente, informava que o governador de Cabo Verde, Veríssimo Carvalho da Costa aludiu a necessidade de Portugal construir uma fortaleza em Bissau, com o consentimento dos reis vizinhos²⁵⁸. O mesmo capitão-mor de Cacheu, bem como o governador de Cabo Verde, escreveram

²⁵⁵ Sobre a presença portuguesa na Guiné ver: António Carreira, *Os portugueses nos Rios da Guiné: 1500-1900*, Lisboa, [s,n], 1985

²⁵⁶ Relação de André de Faro in *MMA*, Vol. VI, p. 256

²⁵⁷ Carta de Bemcapolo-Có in *MMA* vol VII p. 212

²⁵⁸ *MMA*, vol.VI, p. 461

ao monarca português, durante o ano de 1687, alertando para o facto de dos franceses pretenderem construir uma fortificação em Bissau²⁵⁹. A partir daí pretendiam fazer incursões e estabelecer contactos com os gentios, indo negociar no rio de São Domingos, onde os portugueses haviam erguido a vila de Cacheu. Becampolo-Có era a contra a pretensão francesa de construir uma fortaleza na povoação.

A necessidade da cristianização e conquista de Bissau marcou o panorama missionário das duas últimas décadas de Seiscentos. Graças a acção dos missionários e de D. Vitoriano Portuense, Bemcapolo-Có assumiu um compromisso de lealdade para com rei de Portugal, em troca o chefe africano pediu que D. Pedro II, mandasse fortificar Bissau e lhe enviasse armas para defender a terra. O empenho para fixar a presença portuguesa na zona levou a criação da capitania de Bissau em 1692, com a autorização de Bemcapolo-Có²⁶⁰, dando início as obras da fortaleza, que seriam custeadas pela Companhia de Cacheu e Cabo Verde, criada em Janeiro de 1690²⁶¹.

O porto de Bissau era melhor em tornos físicos, quando comparado com o de Cacheu, no rio de São Domingos:

“ [...] para navegação de quaesquer embarcações; he em em sy naturalmente sadia, he abundante de mantimentos: hé o seu porto jeral sorgidouro de todos os rios de honde communmente se tiram os melhores e amyor quantidade de generos da Guiné, marfim, ouro, sera e escravos, como sam: Rio Grande, Rio Nuno, de Guinalá, da Deponga, da Geba, dos Bijagós, da Serra Lehoa”

Bissau, encontrava-se numa situação geográfica privilegiada, situada no estuário do rio Geba, onde cruzavam as rotas comerciais internas dos Rios da Guiné, ganhando desta forma, muita importância em detrimento de Cacheu.

No campo missionário, para além dos trabalho junto das populações guineenses, uma grande conquista dos religiosos da Soledade foi a conversão do rei de Bissau e de boa parte da sua família. Os contactos dos religiosos com o rei levou-o a decidiu enviar

²⁵⁹ MMA, vol. VI, pp.79- 89

²⁶⁰ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. V, Lisboa, Editorial Verbo, 1996, p. 284

²⁶¹ Inicialmente foi fundada em 19 de Maio de 1676, com o nome de Companhia de Cacheu, com privilégios por 6 anos., e esteve voltada para o comércio negreiro, em 1690, desenvolveu-se, mudando o nome para Companhia de Cabo Verde e Cacheu

um dos seus filhos com 25 anos para Portugal para ser catequizado e baptizado. E ainda enviou os seus outros filhos para junto do bispo de Cabo Verde que se encontrava em Cacheu, com propósito de viajarem para Santiago para serem instruídos na doutrina cristã.²⁶²

Bemcapolo Có escreveu a D. Pedro II, evocando os motivos do envio do seu primogénito para Lisboa, esperava que a conversão do *príncipe* unisse os laços entre Portugal e o seu reino, realçando que “todos estes vassalos conseguiram a segurança e grandes felicidades pelo estabelecimento de um frequente e opulento comércio”²⁶³

Em Lisboa, o *príncipe* Manuel de Bissau recebeu o baptismo, a 30 de Outubro de 1694, tendo como padrinhos o casal real e em Novembro do mesmo ano numa frota com destino a Pernambuco, iniciou a viagem de regresso a costa africana, na companhia de 15 religiosos da Soledade²⁶⁴, sendo eles, os pregadores: frei Vicente de Vila Nova, frei Marcos de Azurara, frei Custódio da Barca, frei António de Aguiar, frei Bento de Anxaris, frei Manuel do Porto, os confessores: frei Matias de Mação, frei Manuel de Fratel e os sacerdotes: frei Pedro de Abrantes, frei José de Castelo Branco, frei António de Basto, frei Pedro de Chaves, frei Simão de Peraboa, frei José de Covilhã, frei João de Castelo Branco. Estes religiosos permaneceram em Santiago, chegando a Bissau apenas em Junho de 1695.

Manuel de Bissau faleceu prematuramente em Setembro de 1695, durante uma viagem a povoação de Geba. Depois da sua morte, Bemcapolo -Có decidiu finalmente receber o baptismo. Em Janeiro de 1696, Bemcapolo Có, já era um rei moribundo. Foi baptizado a 4 de Fevereiro, na presença de alguns *fidalgos* do seu reino, que desaprovavam esta decisão do régulo. Recebeu o nome cristão de D. Pedro, em homenagem ao rei de Portugal, falecendo no dia seguinte, 5 de Fevereiro de 1696.

A sua conversão foi um processo lento. Anteriormente, os missionários da província da Piedade tinham tentado convertê-lo, porém, não obtiveram sucesso. As resistências na aceitação da nova religião estavam ligadas à sua função na sociedade de Bissau. A sociedade papel dava grande importância às suas manifestações religiosas, tendo no seu rei uma figura chave. Ao rei eram atribuídas funções de carácter social e religioso. Desta forma, os principais membros daquela sociedade opunham-se à sua conversão. Dificilmente um rei católico, com funções religiosas governaria um reino

²⁶² Francisco de Santiago Barcellense *ob. cit.* p. 472

²⁶³ MMA, vol.VII, p. 473

animista²⁶⁵. Segundo a relação da segunda viagem de D. Vitoriano Portuense, o rei de Bissau havia afirmado que “[...] nunca me tenho rezolvido por me parecer que sendo rei cristão, impossivel hé governar meus subditos gentios sem que manche a pureza da lei catholica;”²⁶⁶

Em 1694 ao rei D. Pedro II, demonstrava o desejo de receber o baptismo:

“ [...] a conhecer a verdade da lei evangelica, que tantos missionários e a tantos anos me tem pregado e culminando o bispo que ao presente se acha nesta ilha. O qual com a sua doutrina e virtude me ilustrou de sorte e o entendimento, que desterrada a cegueira do gentilismo em que até agora vivi, so desejo receber aquela saudavel agua que purifica os homens e os faz filhos do verdadeiro Deos [...]”²⁶⁷

A par do seu desejo em se tornar cristão, o rei pedia mais religiosos para dar continuidade a conversão do seu povo. O baptismo de Becampolo Có que tinha algumas rivalidades com os franceses fruto dos atritos que tiveram durante a época que estes construíram aí uma casa de trato, foi um acto simbólico da união de forças entre o rei africano e a monarquia lusa para expulsar os gauleses de Bissau. Com a morte do rei instalou-se em Bissau uma disputa pelo poder, por um lado encontrava-se o irmão do rei, Tôrô Có e Izinhá seu tio. Face a crise sucessória, os dois pretendentes a rei Bissau, tentaram receber o apoio das autoridades portuguesas. Tôrô Có escreveu a D. Vitoriano Portuense para Santiago a fim de demonstrar o seu desejo de receber o baptismo e de dar continuidade as promessas do seu falecido irmão. Como a sucessão entre os papéis fazia por via matrilinear, Tôrô Có por ser irmão uterino de Bemcapolo - Có torna-se rei de Bissau.

²⁶⁴ MMA, vol.VII, p. 475

²⁶⁵ Avelino Teixeira da Mota, *ob. cit.* pp. 38-39

²⁶⁶ Relação do baptismo de D. Pedro rei de Bissau de 15 de Junho de 1696 in MMA, Vol.VII, p.

²⁶⁷ Carta de Becampolo Có de 26 de Abril de 1694 transcrita por Francisco Santiago Barcellense *ob cit.* p. 473

Considerações finais:

O apogeu missionário verificado durante o século XVII, no espaço geográfico Senegal - Serra Leoa pode ser explicado sob dois aspectos. Primeiramente, a atenção dada pela Propaganda Fide para a região, organizando missões, à revelia das autoridades portuguesas. A iniciativa de mandar estes grupos missionários para aquela região de jurisdição do padroado correspondeu a um projecto da instituição romana de expandir a sua influência missionária pelo mundo. Depois, há que se ter em conta o esforço português em “conquistar” a Costa da Guiné e expulsar os povos das restantes potências europeias que tinham pretensões sobre a região.

Algumas mudanças que se ocorreram na Europa, durante o século XVII, projectaram transformações na costa africana, marcando a história do Cristianismo na região. Sendo uma delas, a Restauração da independência portuguesa em 1640, após um período de união ibérica, que iniciou em 1580. Este marco da história lusa levou à Guerra da Restauração com a Espanha e ao corte das relações com a Santa Sé, por quase trinta anos.

Anterior à independência portuguesa, foi a criação da Congregação para a Propaganda Fide, em 1622. O surgimento desta instituição revolucionou a missionação na costa africana, pois para além de acompanhar a prática religiosa na Europa, expandiu a sua acção para áreas do globo onde julgaram carecer de trabalho apostólico. Consequentemente, as acções da Propaganda Fide conduziram ao fim da exclusividade ibérica no campo missionário, no sentido em que enviou religiosos para zonas da jurisdição do padroado português e do patronato espanhol. Na “Guiné do Cabo Verde”, a ausência de missionação originada pela saída da Companhia de Jesus, levou a que esta nova instituição organizasse os primeiros grupos missionários direccionados para a região.

Outro factor, que determinou a história africana foi a entrada de novas potências europeias na corrida para o controle do comércio ultramarino. Esta concorrência levou Portugal a sofrer muitas perdas e, cedo, a recorrer a muitas medidas para expulsar os estrangeiros, sendo uma delas o envio de religiosos portugueses.

Sob a égide do padroado português e da Propaganda Fide trabalharam na região capuchinhos franceses e espanhóis, bem como capuchos portugueses. A sua dinâmica missionária: acção dos religiosos junto das populações africanas, a catequização, a conversão dos chefes e dos seus súbditos, a relação dos missionários com as autoridades eclesiásticas e seculares do bispado, o contexto missionário africano, as contingências do espaço físico e social foram alguns dos temas tratados por nós ao longo deste trabalho.

O contexto missionário guineense, principalmente na segunda metade do século XVII, foi muito diversificado, à nível dos religiosos, dos propósitos das missões e dos povos alvos do processo de catequização. A curta missão dos religiosos da Normanda fez emergir a questão da presença de missionários estrangeiros numa época, em que os portugueses se envolveram em conflitos com outros povos europeus, pela disputa das suas possessões ultramarinas. Embora esta missão contasse com a protecção de Luís XIII de França, fracassou logo no início. Apesar de ter sofrido forte oposição por parte das autoridades portuguesas, as razões apresentadas pela desistência dos capuchos foram problemas na adaptação ao clima e as realidades da igreja na região. Da primeira estadia dos freis Aleixo de Saint - Lo e Bernardinho du Renouard na Guiné, através do relato detalhado da viagem, podemos compreender aspectos do quotidiano missionário, da evangelização, dos baptismos, confissões e demais sacramentos que administraram ao longo dos meses que durou aquela viagem de exploração. Contrariamente, em relação à segunda e última viagem dos capuchinhos franceses a Guiné não encontramos fontes alusivas ao trabalho de evangelização, ficamos pelos problemas dos missionários com o não reconhecimento da missão por parte de Portugal e o precoce abandono da mesma. Porém, este fracasso, não desmotivou a Propaganda Fide, que mais de dez anos depois enviou religiosos espanhóis para a região. Os 40 anos da missionação de capuchinhos espanhóis revelou-se muito importante, dado ao momento em que a missão foi implantada. Seis anos depois da Restauração, o primeiro grupo chega os Rios da Guiné, resultando numa série de problemas jurisdicionais com o oficialato régio português nas ilhas de Cabo Verde e no seu distrito. Ao todo, 38 capuchinhos espanhóis estiveram na Guiné, número não superado por nenhuma outra ordem religiosa até ao decorrer do século XVII. A presença destes missionários revestiu-se de muitas particularidades, para além de terem ido todos directamente à Guiné e em grande número, eles em geral permaneciam pouco tempo no terreno regressando muito cedo à

Espanha, derivado a muitos factores. Outro aspecto, que procuramos explorar, quando abordamos esta questão foi o facto, desta missão ter sido inovadora pelo facto de ter sido independente a qualquer monarquia europeia, não estando comprometida com algum projecto de colonização.

O envio de missionários portugueses para região correspondeu a uma tentativa lusa de consolidar a sua presença na região, facto importante, se pensarmos que na década de 40 do século XVII, D. João IV debatia-se com o problema da legitimação da independência. Os capuchos da Piedade e da Soledade missionaram na Guiné, na mesma época que os capuchinhos espanhóis. Politicamente, Portugal lutou para expulsar os capuchinhos. O oficialato régio de Cabo Verde e da Guiné fez valer as leis régias que impediam estrangeiros de missionar nas regiões de jurisdição do padroado. No entanto, no dia-a-dia, religiosos portugueses e espanhóis trabalharam juntos pelo ideal da “conquista da alma do gentio”. André de Faro nutriu grande admiração pelo capuchinho Serafim Leão pelas informações que obteve do seu bom trabalho e também trabalhou na companhia de outro religioso espanhol, frei João de Prelada.

Quanto ao trabalho apostólico, a acção dos religiosos junto às populações africanas, ao longo da nossa investigação procurámos encontrar factores intrinsecamente ligados às missões, que expliquem a evolução do catolicismo na região. Ao longo de todo o período, a falta de padres fez-se sentir. Para superar o problema, uma vez que do reino não chegava obreiros suficientes para estabelecer um fio condutor e conseguir conversões douradoras, a questão da formação do clero nativo esteve em foco no decorrer da centúria de Seiscentos. Não obstante, não se ter efectivado oficialmente uma criação de uma instituição capaz de formar eclesiásticos africanos da diocese, a discussão do tema, suscitou muitas teses sobre a questão.

A par do fraco número de religiosos, registavam-se muitas perdas de vida entre os poucos que trabalhavam naquelas missões, por conta do clima pouco sadio para nativos europeus. Se os missionários espanhóis sofreram forte oposição das autoridades portuguesas, os religiosos lusos, concretamente os franciscanos da Soledade, tiveram problemas com o bispo de Cabo Verde, D. frei António de São Dionísio. O quotidiano dos frades, não era fácil, enfrentando um itinerário diversificando, muitas vezes enfrentando dificuldades, por vezes a hostilidades dos gentios, num território que lhes era estranho.

Os missionários portugueses estavam subordinados a um programa

expansionista, pelo que o seu trabalho e os seus meios de intervenção foram condicionados pelos enredos políticos da Europa da segunda metade do século XVII. Um claro exemplo da importância da missão para os desígnios do império foi a luta travada pelos padres da Soledade para a conversão de Bemcapolo- Có, rei de Bissau. A ilha de Bissau, ao longo da história da presença portuguesa na Costa Africana, foi ganhando importância, dado ao papel que detinha no circuito de rotas comerciais entre-os-rios da Guiné. Para afastar os franceses, Bemcapolo – Có e as autoridades portuguesas uniram esforços, para fortificar e defender a povoação. O seu baptismo foi o selar desta união.

Até à missão franciscana, o Catolicismo na Guiné tinha fraca expressão. Estes missionários converteram muitos reis africanos e seus súbditos, criando comunidades de cristãos ao longo da costa entre Senegal e a Serra Leoa. Muitos destes novos cristãos voltavam as suas antigas práticas animistas. Principalmente, devido a dois motivos, a persistências das crenças animistas, uma vez que estavam enraizadas socialmente e no seu próprio modo de vida e a falta de padres para dar continuidade ao trabalho apostólico. Sendo muitos dos povos desta região muçulmanos, o que conseguimos apreender das fontes disponíveis foi o facto de não terem conseguido conversões no seio dos praticantes desta religião.

Num trabalho como o nosso, em que as fontes utilizadas foram escritas por europeus, dificilmente conseguimos retirar a perspectiva africana, resultante da interacção destes missionários com as populações locais.

Ao iniciarmos a nossa investigação tínhamos em mente explorar a dimensão religiosa da missão, o processo de evangelização e catequização dos gentios. Mas é certo que ao longo do trabalho e devido à natureza das fontes apreendemos essencialmente uma dimensão política do trabalho destes missionários. O conjunto de fontes que tiveram ao nosso dispor relatam principalmente a história política da evangelização. Deparamos, na generalidade das missões, com um panorama de relações políticas e económicas, onde a adesão ao catolicismo se tornava num elemento simplificador destas mesmas relações. Grosso modo, problemas de ordem política e institucional preencheram as páginas dos relatos e cartas dos missionários e das autoridades eclesiásticas e seculares, não deixando espaço a descrição do dia-a-dia em terras africanas.

Para terminar, resta questionarmo-nos se durante o século XVII, com os

contornos políticos que norteavam o processo missionário, sendo o público alvo da missionação praticantes das religiões animistas, se era possível uma aproximação estritamente religiosa entre os religiosos e os convertidos?

Bibliografia

Fontes Manuscritas:

Arquivo Histórico Ultramarino

Fundo Conselho Ultramarino

Cabo Verde, Papéis Avulsos, Caixas 1, 2, 3, 4, 5, 5-A, 6, 6-A, 7, 007-A, 8 e 9.

Guiné, Papéis Avulsos, Caixas 1, 2, 3, e 4.

Conselho Ultramarino, *Consultas Mistas*, Cód. 14 e 15.

Conselho Ultramarino, Cód. 14, 15, 17, 35, 39, 45, 47, 48, 49, 50, 363, 380, 275, 478, 479 e 489.

Cartografia manuscrita:

Planta da Praça de São Jozé de Bissau, desde a ponta de Balantas até a ponta de Bandes / Bernardino António Alves de Andrade.- Escala de 1440 pés reais de França.- [Guiné] : [s.n.], 1776.

Rio Grande de Bissau. / [José Luís de Braun].- Escala indeterminada.- [Guiné] : [s.n.], [ca.1778].

BISSAU. / José Luís de Braun.- Escala indeterminada.- [Guiné] : [s.n.], [ca.1780]

[Fortaleza de Bissau].- Escala indeterminada.- [Guiné] : [s.n.], [ca.1777]

Fontes Impressas:

ALBUQUERQUE, Luís, SANTOS, Maria Emília, *História Geral de Cabo Verde – Corpo Documental*, Vol I e II Lisboa: Junta de Investigação Científica Tropical: Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1988- 1991.

ALMADA, André Álvares de, *Tratado breve dos rios de Guiné do Cabo Verde*; pref. do Pe. António Duarte Brásio. Lisboa: Editorial L. I. A. M., 1964.

BARCELLENSE, Francisco Santiago, *Chronica da Província de Nossa Senhora da Soledade*, Apresentação de Henrique Pinto Rema, Fac-simile Sara Costa, Lisboa: Província Portuguesa da Ordem Franciscana, [200-]- 2009.

COELHO, Francisco Lemos, *Duas descrições seiscentistas da costa da Guiné*, manuscritos inéditos publicados com introdução e anotações históricas de Damião Peres, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1953.

BRÁSIO, António, *Monumenta Missionária Africana*, 2.^a série, vols. I, II, III, IV, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1958-1968.

BRÁSIO, António, *Monumenta Missionária Africana*, 2.^a série, vols. V, VI e VII, Academia Portuguesa de História, 1979, 1991 e 2004.

MONFORTE, Frei Manuel de, *Chronica da Província da Piedade, Primeira Capucha de toda a Ordem e Regular observância de nosso Serafico Padre S. Francisco*, Lisboa, Oficina de Miguel Manescal da Costa, Impressor do Santo Ofício, 1751.

Notícia Corográfica e Cronológica do Bispado de Cabo Verde, dos Exmos. Bispos, Governadores e Ouvidores, e os sucessos mais memoráveis e verídicos, tirados dos livros e papéis antigos. E assim mais algumas insinuações dos meios mais conducentes para o restabelecimento deles por se achar na última decadência, apresentação, notas e comentários por António Carreira, Lisboa, Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 1985.

Peregrinação de André de Faro a terra dos gentios, ed. e notas de Luís da Silveira, Lisboa, Bertrand, 1960.

SAINT – LÔ, Alexis, *Relation du Voyage du Cap- Vert*. A Paris, Chez François Targa, au premier piller de la grand'salle du Palais, devant la Chapelle, au Soleil d'or. M. DC. XXXVII.

SALGADO, Frei Vicente, *Compêndio da Congregação da Terceira Ordem de Portugal*, Lisboa: na oficina de Simão Thaddeo, 1793.

Estudos:

Actas do Congresso Internacional de História. Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas, 4 vols., Braga, Universidade Católica Portuguesa e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993.

ALBUQUERQUE, Luís, SANTOS, Maria Emília (dir.), *História Geral de Cabo Verde*, Vol I e II, Lisboa: Junta de Investigação Científica Tropical: Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 1991- 2002.

ANGUIANO, P. Mateo, *Misiones Capuchinhas en Africa*, vol. II, *Misiones al Reino de la Zinga, Benim, Arda, Guinea y Sierra Leona*, Madrid, 1957.

ALDEN, Dauril, *The making of an enterprise: The Society of Jesus in Portugal, its Empire and beyond, 1540- 1750*, Stanford, California: Stanford University Press, 1996.

AMES, Glenn J., *Renascent empire: the house of Bragança and quest for stability in portuguese mansoon Asia c. 1640 – 1683*, Amesterdão: University Press, 2000.

AMELANG, S.J, *O Homem do Barroco*, Dir. de Rosario Villari, Trad. De Maria Jorge Vilar de Figueiredo, Lisboa: Presença, 1995.

ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*, nova ed. Preparada e dirigida por Damião Peres, Vol. I, II, III, Porto: Portucalense Editora, Livr – Civilizações Editora, 1967 – 1971.

AMORIM, Maria Adelaide, *Os franciscanos no Maranhão e Grão- Pará, missão e cultura na primeira metade de seiscentos*, Centro de Estudos de História Religiosa, Universidade Católica Portuguesa, 2005.

ANDRADE, Elisa Silva - *As ilhas de Cabo Verde da «descoberta à independência nacional (1460-1975)*, L'Harmattan, Paris, 1996.

AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. II, III, IV Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, Mem Martins, Circulo de Leitores, 2000- 2001.

AZEVEDO, Carlos Moreira (Dir.), *História Religiosa de Portugal* - Vol. I, II, III, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, Circulo de Leitores, 2000-2002.

BARCELLOS, Christiano José de Senna, *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, parte I, II, III, Academia Real das Ciências de Lisboa, Lisboa, 1899.

BARRETO, João, *História da Guiné, 1418 - 1918*, pref. do coronel Leite de Magalhães, Lisboa, Impr. Beleza, 1938.

BERSANI, Jacques, BALADIER, Charles – *Grande Atlas das Religiões*, Lisboa: Página Editora, 2000.

BRANGERT, William V., *História da companhia de Jesus*, (tradução portuguesa de Joaquim de Santos Abranches e Ana M. Lago da silva), Porto – São Paulo, Livraria Apostolado da imprensa, Edições Loyola, 1985.

BOXER, Charles R., *A Igreja e a Expansão Ibérica. 1440-1770*, Lisboa, Edições 70, 1989.

BRÁSIO, António, *História e Missionologia. Inéditos e Esparsos*, Luanda, Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.

BRÁSIO, António, *História e Missionação: Inéditos e Esparsos*, Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1973.

CANAVARRO, Pedro, "uma «traça jesuítica para a cidade de S. Tiago de Cabo Verde", in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa* IV, série, nº1 (1976-1977), pp.385-403

CARREIRA, António, *Estudos da Economia Caboverdiana*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1892.

CARREIRA, António, *O Tráfico de Escravos nos Rios da Guiné e ilhas de Cabo Verde (1810-1850)*, Lisboa: Junta de Investigação Científica do Ultramar, Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1981.

CARREIRA, António Mendes, *Ultramar Português*, Vol. II : As ilhas de Cabo Verde, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959.

CARREIRA, António, "Símbolos, ritualistas e ritualismos ânimo-feiticistas na Guiné Portuguesa" Separata do *Boletim Cultural da Guiné*, Nº 63, Ano XVI, Bissau, 1961

CARREIRA, António, *Os portugueses nos Rios da Guiné: 1500-1900*, Lisboa, [s,n], 1985

CARREIRA, António Mendes, *Ultramar Português*, Vol. II : As ilhas de Cabo Verde, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959.

CARVALHO, José Freitas de, "Manuel Severim de Faria: espiritualidades e realidades missionárias nas 'Províncias de Guiné' no século XVII", sep. de *Bracara Augusta*, 38, 1984.

CHÂTELLIER, Louis, *A Religião dos pobres, as fontes do cristianismo séc. XVI - XIX*, Lisboa, Editorial Estampa, 1995

CARVALHO, José Freitas de, "Manuel Severim de Faria: espiritualidades e realidades missionárias nas 'Províncias de Guiné' no século XVII", sep. de *Bracara Augusta*, 38, 1984.

CARVALHO, Filipe Nunes "A disputa pelo domínio dos portos e ilhas de África" in *Portugal no Mundo*, dir de Luís de Albuquerque, vol. V, Publicações Alfa, 1989, pp. 125 -

CATÃO, Francisco Xavier, “A Diocese de Cabo Verde e o clero de Goa”, *Studia* Nº 19 (Dez. 1966), pp. 93 - 118

COENH, Zelinda «, *Os Filhos da folha (Cabo Verde - Séculos XV- XVIII)*, Praia, Spleen - Edições, 2007.

COSTA, João Paulo Oliveira e, “D. Afonso V e o Atlântico: a base do projecto expansionista de D. João II” in *Mare Liberum*, Nº 17, Junho 1999, pp. 39-71

COSTA, Leonor Freire da, CUNHA, Mafalda Soares da, *D. João IV*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006;

DIAS, António Joaquim, “Glórias missionárias da nossa história. O primeiro bispo que foi à Guiné”, *Boletim Mensal das Missões Franciscanas e da Ordem Terceira*, ano XXX, 1937, pp. 19-25.

DIAS, António Joaquim, *As missões católicas na evolução político-social da Guiné Portuguesa*, separata de *Biblos*, Coimbra, XIX, t. I, 1943.

ESTEVES, Maria Luísa, *Gonçalo de Gamboa de Aiala, Capitão -Mor de Cacheu, e o Comércio Negreiro Espanhol (1640 -1650)*, IV Centenário da Fundação da Cidade de Cacheu 1588-1988, Lisboa: Centro de Estudos de Cartografia Antiga, 1988

FARIA, Francisco Leite de, OFM. Cap., *A Primeira Missão dos Capuchinhos em Cabo Verde*, separata de *Colectânea de Estudos*, Braga, 2.^a série, ano V, n.º 1, 1954.

FARIA, Francisco Leite de «Os Capuchinhos em Portugal e no Ultramar Português» in *Anais, Academia Portuguesa de História*, II série, Vol 27. Lisboa. 1981, pp.159-180.

FARO, Jorge, Manuel Severim de Faria e a evangelização da Guiné”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, nº 55, Junho de 1959, pp. 485-494.

FELICÍSSIMO, Albino, “Capuchinhos (Ordem dos Frades Menores Capuchinhos)” in *DHRP* Dir. de Carlos Moreira de Azevedo, Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Circulo de Leitores, 2000, pp. 288 -294.

GONÇALVES, Nuno da Silva, “Escravidão e Consciência Cristã. O Caso de Cabo Verde e Guiné na segunda metade do século XVI e inícios do século XVII”, *Brotéria*, n.º 141, 1995, pp. 225-275.

GONÇALVES, Nuno da Silva, *Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, ed. Brotéria, 1996.

GONÇALVES, Nuno da Silva; GOMES, João Pereira Gomes (transc.) “Uma carta

ânuia dos jesuítas de Cabo Verde (1618)”, *Stvdia*, n.º 56/57, 2000, pp. 303-318.

GONÇALVES, Nuno da Silva, “A Igreja e a Cultura” in *Nova História da Expansão Portuguesa*, vol. III, tomo 2 dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marquês, coord. Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Editorial Estampa, 2005, pp. 204 -229.

GONÇALVES, Manuel Álvares, “Actividade e obra do Padre Manuel Álvares nos “Rios da Guiné” (século XVII). Alguns apontamentos”, *CIHMPEC*, vol. I, pp. 661-682.

GONÇALVES, Padre Manuel, *A Missionação dos Jesuítas e dos Franciscanos nos “Rios da Guiné” no Século XVII*, Tese de Mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991 (polic.).

GONÇALVES, Manuel Pereira Gonçalves, «D. Frei Vitoriano Portuense (Primeiro Bispo a visitar as cristandades da Guiné no século XVII», Lisboa, *Mare Liberum*, n.º 10, pp. 369-377.

HORTA, José da Silva, *A representação do africano na Literatura de Viagens, do Senegal à Serra Leoa (1453 -1508)*, dissertação de mestrado em História Moderna, apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1990

HORTA, José da Silva, “*A Guiné do Cabo Verde*”: *produção textual e representações (1570 -1684)*, tese de doutoramento em História da Expansão Portuguesa apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2002.

KI-ZERBO, Joseph, *História da África Negra*, trad. De Américo de carvalho, Ed. rev. e actualizada pelo autor, Mem Martins : Europa-América, [D.L. 1979-D.L. 1982].

LAEYE, Issaiaka-Prosper, “As Religiões da África Negra” in *As Grandes Religiões do Mundo*, Dir. de Jean Delumeau, trad. De Pedro Tamen, Lisboa, Editorial Presença, 1997

LOPES, Marília, “A exploração económica da Guiné e de Cabo Verde nos Séculos XV e XVI in Portugal no Mundo, vol I, dir de Luís de Albuquerque, vol. V, Publicações Alfa, 1989, pp. 250 -263

LOPES, Adelino Pereira, *Os Primeiros Frades Menores: apontamentos de história franciscana*, Fátima: Cidade do Imaculado Coração de Maria, 1998.

MARQUES, A. H. Oliveira, «Gaspar Frutuoso e a colonização de Cabo Verde», in *Garcia da Orta*, Lisboa, 1961 (nº I), pp.28-29.

MARTÍNIZ, Pedro Soares, *História Diplomática de Portugal*, 2º Ed. Editorial Verbo, 1992

MELO, Márcia E. A. Sousa e, *Pela propagação da fé e conservação das conquistas portuguesas. As juntas das missões – Séculos XVII – XVIII*, tese de

doutoramento em História, Universidade do Porto, 2002.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de, Os franciscanos e a formação do Brasil, in *Itinerarium*, revista trimestral de cultura, Ano XIV- Nº60, Abril – Junho de 1968, pp238 – 263.

MONTEIRO, Jonh M., “Alforrias, litígios e a desagregação da escravidão indígena em São Paulo”, *Revista História*, São Paulo, 120, Jan\jul 1989, pp. 45 – 47.

MOTA, A. Teixeira da, *As Viagens do Bispo D. Frei Vitoriano Portuense à Guiné e a cristianização dos reis de Bissau*, Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, “Memórias, 14”, 1974.

MOTA, A. Teixeira da, *As Viagens do Bispo D. Frei Vitoriano Portuense a Guiné*, Biblioteca da Expansão Portuguesa, Publicações Alfa, S. A, Lisboa, 1989.

OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, ed. revista e actualizada, Lisboa, 1994.

PAIVA, José Pedro, *Os Bispos de Portugal e do Império 1495 -1777*, Coimbra Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

PIMENTEL, Maria do Rosário, *Viagem ao fundo das consciências: A escravatura na época moderna*, Lisboa, Colibri, 1995.

PINTO, Ana Alice Mendonça, *Um discurso da fé missionária: Relação de frei André de Faro*, dissertação de mestrado em Literaturas Brasileira e Africanas de Língua Portuguesa, apresentada a faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001

REGO, A. da Silva, *Curso de Missionologia*, Lisboa, 1956.

RAMOS, Rui (coord.) *História de Portugal*, Lisboa: Esfera dos Livros, 2009.

REMA, Henrique Pinto, “A primeira evangelização da Guiné (1434-1533), *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 1966, n.º 83, pp. 307-351.

REMA, Henrique Pinto, “As primeiras missões na Costa da Guiné (1533-1640) ”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 1967, n.º 85, pp. 225-268.

REMA, Henrique Pinto, “A primeira missão franciscana da Guiné (séculos XVII-XVIII)”, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, vol. XXIII, 1968, pp. 89-156.

REMA, Henrique Pinto – "As missões Católicas Portuguesas no Atlântico Sul no Século XVII", Lisboa: sep. de *Itinerarium*, 43(159), 1997.

REMA, Henrique Pinto, *As Missões Católicas da Guiné*, Braga, ed. Franciscana, 1982.

RIBEIRO, Ilídio de Sousa - características da Espiritualidade Franciscana , in

Itinerarium Ano IV, Janeiro – Março de 1958, Número 19, pp. 1-16.

SILVA, Maria Nolasco da - Subsídios para o Estudo dos “Lançados” , na Guiné in Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, vol XXV, nº 97, 1970.

SANTOS, Maria Emília Madeira, Os primeiros “lançados” na costa da Guiné: aventureiros e comerciantes in Portugal no Mundo, vol. II, dir de Luís de Albuquerque, Vol. V, Publicações Alfa, 1989, pp. 125-136.

SANTOS, Maria Emília Madeira – As Estratégicas Ilhas de Cabo Verde ou a “Fresca Serra Leoa”, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988.

SILVA, António Leão A.C.C, *A influência do Atlântico na Formação dos Portos em Cabo Verde*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 1990.

SILVA, Artur Augusto da, Apontamentos sobre as populações oeste - africanas segundo os autores portugueses dos séculos XVI e XVII, in Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, 14 (1959) pp. 373 -406

SOARES, Maria João, “A caminho do Maranhão passando por Cabo Verde: a estada do padre António Vieira na ilha de Santiago (1652)” in *Actas do Congresso Internacional do Terceiro Centenário da morte do padre António Vieira*, vol. I, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1999, pp. 563-586.

SOUSA, Julião Soares, *A Guiné na Literatura Portuguesa de Viagens (Séculos XV -XVII)*, Dissertação de mestrado apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1996.

TAVARES, Maria do Carmo, "Os Franciscanos na Formação do Brasil", in *Itinerarium*, Porto, 14 (60), Abril – Junho 1968 pp.238-263.

THOMAZ, Luís Filipe – "Descobrimentos e Evangelização, da Cruzada à missão pacífica" in *Congresso Internacional de História: Missionação e encontro de Culturas, Cristianização Portuguesa até ao século XV, Evangelização Interna, Ilhas Atlânticas e África Ocidental*, Vol.I, Braga: Universidade católica Portuguesa, 1993.

TEIXEIRA, André, “A Administração das Ilhas”, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, tomo 2 dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marquês, coord. de Artur Teodoro de Matos, Lisboa, Editorial Estampa, 2005, pp. 29- 83.

TEIXEIRA, André Pinto de Sousa Dias, *A ilha de São Nicolau de Cabo Verde nos séculos XV a XVIII*, Lisboa, Centro de História de Além - Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

TEIXEIRA, André, “A Economia - O Comércio do Regaste no Litoral Africano

ao Comércio Transatlântico. A Recolecção, A Pecuária e a Agricultura. A Tributação e as Finanças” in *Nova História da Expansão Portuguesa*, tomo 2 dir. de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marquês, coord. de Artur Teodoro de Matos, Editorial Estampa, 2005.

VASCHETTO, Bernardo, *Ilhas de Cabo Verde: origem do povo caboverdiano e da diocese de Cabo Verde*, Bóston, 1987.

VICENTE, João Dias, “Novos subsídios para a história da primeira missão franciscana portuguesa na Guiné (1660-1834)”, *Itinerarium*, Braga, pp. 122-219.

WRIGHT, Jonathan, *Os Jesuítas, missões, mitos e histórias*, Lisboa: Quetzal, 2005.

XAVIER, Ângela Barreto, CARDIM, Pedro, *D. Afonso VI*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2006;

Lista de Figuras

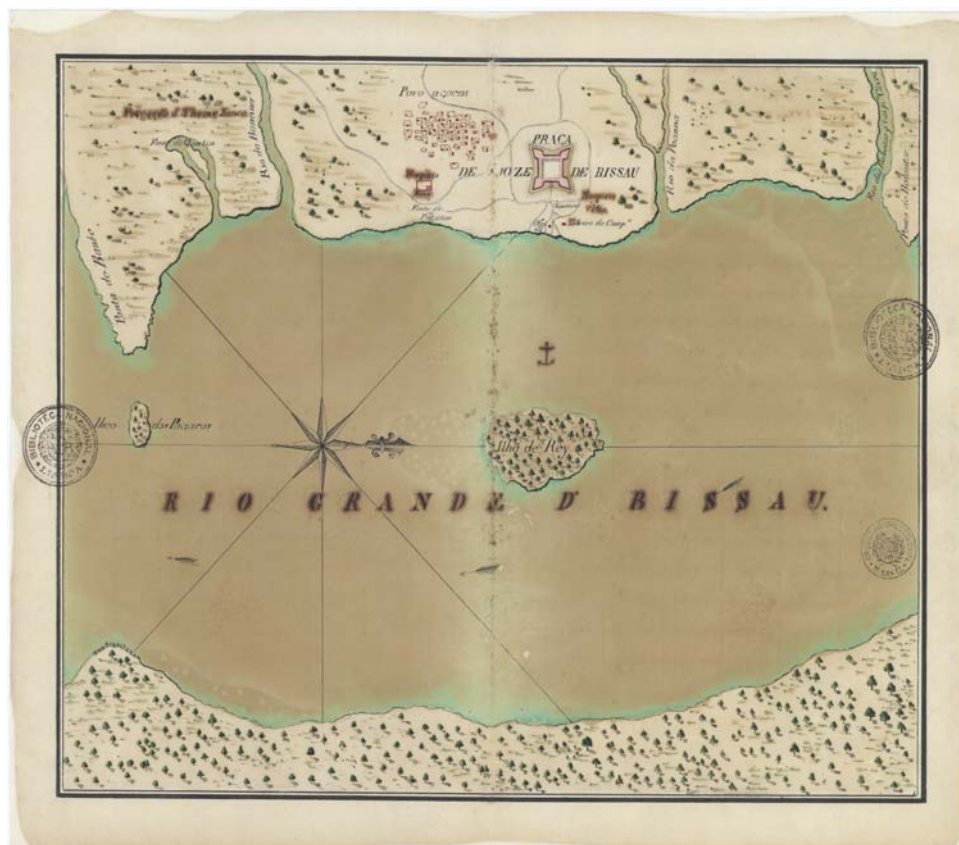
Fig. 1. Fortaleza de Bissau.....	110
Fig. 2. Rio Grande de Bissau.....	111
Fig. 3. Bissau.....	112
Fig. 4. Planta da Praça de São José de Bissau.....	113
Fig. 5. Mapa da Costa Africana.....	114

Lista de Tabelas

Tabela 1- Reis convertidos ao catolicismo.....	70
Tabela 2- Missionário espanhóis: primeira leva.....	115
Tabela 3- Missionário espanhóis: segunda leva.....	116
Tabela 4- Missionário espanhóis: terceira leva.....	117

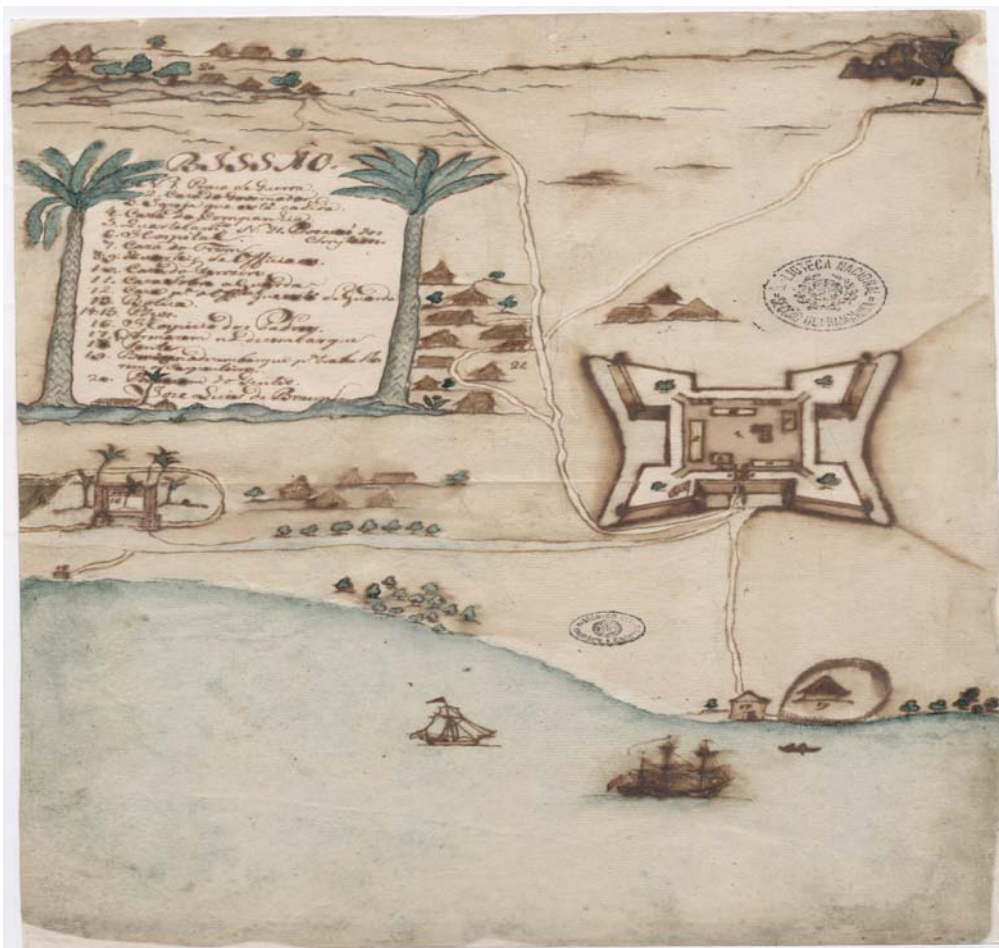
Apêndices

Fig. 2- Rio Grande de Bissau



Fonte: AHU_CARTm_049_D.161

Fig. 3- Bissau



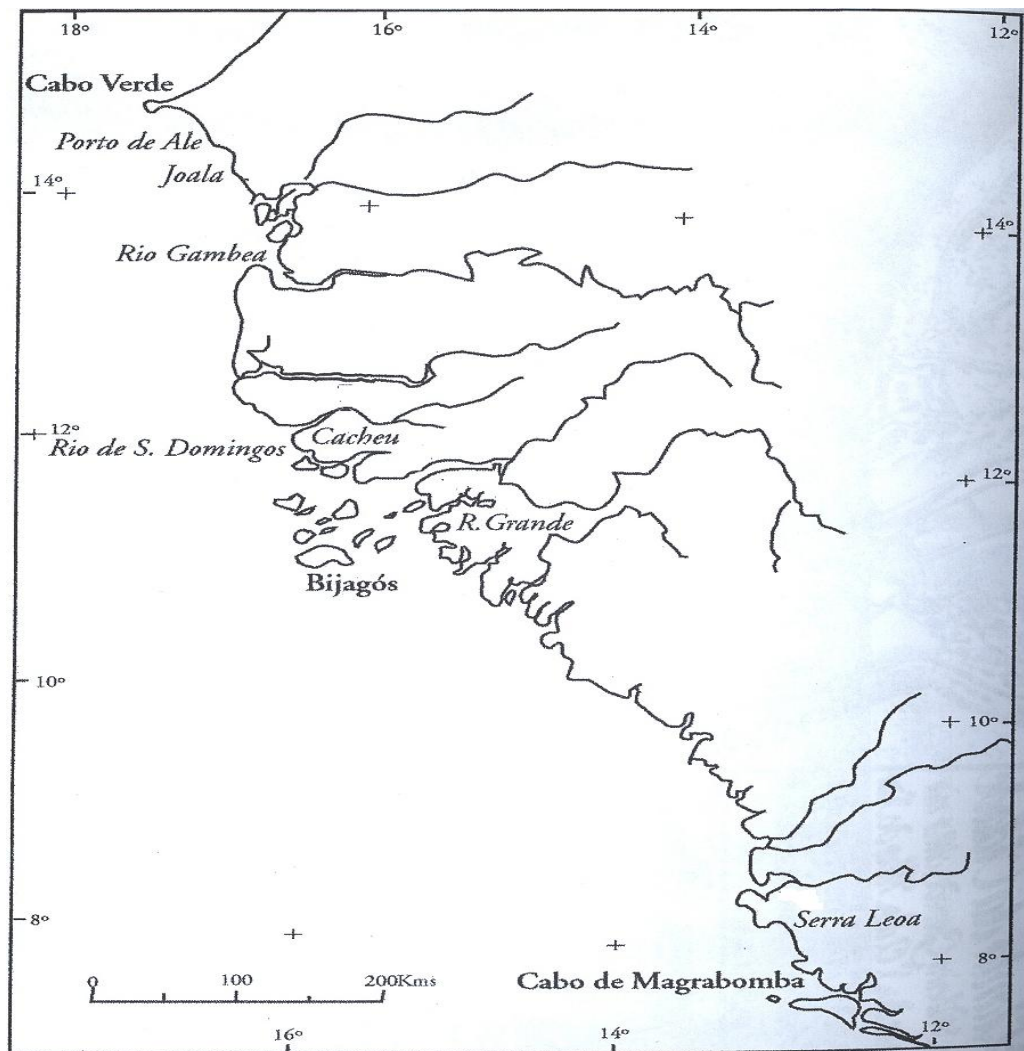
Fonte: AHU_CARTm_049_D.162

Fig. 4- Planta da Praça de São José de Bissau



Fonte: AHU_CARTm_049_D.160

Fig. 5



Mapa da Costa da Guiné (adaptado de Nuno da Silva Gonçalves, *Os Jesuítas e a missão de Cabo Verde (1604-1642)*, Lisboa, ed. Brotéria, 1996.)

Franciscanos capuchinhos espanhóis: primeira missão

Tabela 2- Primeira leva

Nome	Data da chegada na Guiné	Data da morte na diocese de Cabo Verde	Data da saída da diocese	Obs.
Frei Gaspar de Sevilha	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	Foi prefeito da missão
Frei Manuel de Granada	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	Foi preso em Cacheu e Enviado para Santiago
Frei António de Ximena	23 de Dezembro de 1646	Faleceu em Bissau		
Frei Serafim Leão	23 de Dezembro de 1646	Faleceu em 1657, em Cacheu		
Frei Francisco Vallecás	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	
Frei João de Sevilha	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	
Frei Luís de Priego	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	
Frei José de Lisboa	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	Foi preso em Cacheu e enviado para Santiago

Frei João de Bergara	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	
Frei Miguel de Granada	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	Foi preso em Cacheu e enviado para Santiago
Frei Alonso de Macharavia	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	
Frei André de Sevilha	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	
Frei Brás de Hardales	23 de Dezembro de 1646		Regressou à Espanha	

Tabela 3- Segunda leva

Nome	Data da chegada na Guiné	Data da morte na diocese de Cabo verde	Data da saída da diocese	Obs.
Frei Agostinho de Ronda	1657			
Frei João Peralta	1657	Faleceu em Bissau em 1666		

Tabela 4- Terceira leva

Nome	Data da chegada em Cabo Verde	Data da morte na diocese de Cabo verde	Data da saída da diocese	Obs.
Frei José de Málaga	[1664]			
Frei Teodoro de Bruxelas	[1664]		Saiu de Cacheu com destino à Europa, naufragando acidentalmente na ilha de S. Nicolau de Cabo Verde por volta de 1666	Em 1670 já se encontrava em Sevilha
Frei Paolo Jerónimo de Fregenal	[1664]			
Frei Inácio de Canárias	[1664]			
Frei Basílio de Cabra	[1664]		Saiu de Cacheu com destino à Europa, naufragando acidentalmente na ilha de S. Nicolau de Cabo Verde por volta de 1666	Em 1670 já se encontrava em Sevilha
Frei Eusébio de Granada	[1664]			

Frei Diego de Rute	[1664]			
Irmão frei Jerónimo de Antequera	[1664]			

